

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CAROLINE APARECIDA DE VARGAS**

**A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA EM A *BRUXA DE MONTE CÓRDOVA* E A  
*DOIDA DO CANDAL*, DE CAMILO CASTELO BRANCO**

**CURITIBA**

**2016**

CAROLINE APARECIDA DE VARGAS

A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA EM *A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA* E *A DOIDA DO CANDAL*, DE CAMILO CASTELO BRANCO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Literários, no Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Augusto Nery

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Vargas, Caroline Aparecida de  
A representação da loucura em *A bruxa de Monte Córdova* e a  
*Doida do Candal*, de Camilo Castelo Branco / Caroline Aparecida de  
Vargas – Curitiba, 2016.  
103 f.; 29 cm.

Orientador: Antonio Augusto Nery  
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Paraná.

1. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890 – História e crítica. 2.  
Literatura portuguesa – Séc. XIX. 3. Mulheres na literatura - Loucura.  
I. Título.

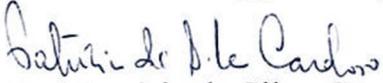
CDD 869. 3



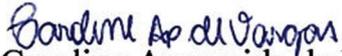
Setor de Ciências Humanas  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras  
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata septingentésima sexagésima quinta, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu a mestranda **CAROLINE APARECIDA DE VARGAS**. No dia doze de agosto de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 1013, 10.º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: Antonio Augusto Nery, Presidente, Rosana Apolonia Harmuch e Patrícia da Silva Cardoso designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada “**A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA EM A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA E A DOIDA DO CANDAL, DE CAMILO CASTELO BRANCO**”, apresentada por **CAROLINE APARECIDA DE VARGAS**. A sessão teve início com a apresentação oral da mestranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após, o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Antonio Augusto Nery retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Literários**. A versão final da dissertação deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia doze de agosto de dois mil e dezesseis.

  
Dr. Antonio Augusto Nery

  
Dr.ª Patrícia da Silva Cardoso

  
Dr.ª Rosana Apolonia Harmuch

  
Caroline Aparecida de Vargas



Setor de Ciências Humanas  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras  
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

## PARECER

Defesa de dissertação de mestrado de **CAROLINE APARECIDA DE VARGAS** para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo-assinados Antonio Augusto Nery, Rosana Apolonia Harmuch e Patrícia da Silva Cardoso arguíram, nesta data, a candidata, que apresentou a dissertação "**A REPRESENTAÇÃO DA LOUCURA EM A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA E A DOIDA DO CANDAL, DE CAMILO CASTELO BRANCO**".

Procedida à arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
Dr. Antonio Augusto Nery (Presidente)		Aprovada
Dr. <sup>a</sup> Rosana Apolonia Harmuch		Aprovada
Dr. <sup>a</sup> Patrícia da Silva Cardoso		Aprovada

Curitiba, 12 de agosto de 2016.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia da Silva Cardoso  
Coordenadora

## **AGRADECIMENTOS**

Ao longo de minha pesquisa contei com o apoio de algumas pessoas as quais gostaria de agradecer. Primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Augusto Nery, que ao longo dos últimos anos sempre esteve disposto a me auxiliar nas reflexões necessárias para o meu trabalho. Além disso, agradeço também a sua amizade, que vem desde a Graduação e a Iniciação Científica, e tem um grande significado para mim.

Agradeço à Capes pela bolsa de estudos, que possibilitou a dedicação à pesquisa e também a minha ida a vários congressos dos quais participei.

Agradeço à Prof. Dr. Milena Martins e à Prof. Dr. Patrícia Cardoso, ambas da Universidade Federal do Paraná, por todos os apontamentos feitos na minha banca de qualificação. Todas as sugestões foram muito importantes para que eu tivesse mais clareza dos meus objetivos. Agradeço também à Prof. Dr. Rosana Harmuch, da UEPG, por sua participação em minha banca de defesa.

Agradeço a todos os professores que tive ao longo da Graduação e da Pós-Graduação, por todo o aprendizado que me proporcionaram ao longo desse tempo.

Aos meus sogros, Maria Matilde e Kizahy, por todo o carinho dos últimos três anos.

Aos meus pais, Andréa e Eraldo, agradeço por toda a dedicação que sempre tiveram com relação aos meus estudos. Ao meu irmão, Otávio, por ser um bom ouvinte e fazer de mim uma boa ouvinte.

Ao Fábio, por todo o seu amor e apoio em todas as horas, das mais escuras às mais radiantes.

Ainda que alguém pudesse mensurar o valor do dom de qualquer pessoa neste momento, esses valores mudariam; daqui a um século muito provavelmente eles terão mudado por completo. Mais ainda, daqui a cem anos, pensei ao chegar à soleira da minha porta, as mulheres não mais serão o sexo protegido. É lógico que elas farão parte de todas as atividades e dos esforços que um dia lhes foram negados. A ama-seca carregará carvão. A dona da loja conduzirá uma locomotiva.

Virgínia Woolf, *Um teto todo seu*

## RESUMO

O objetivo de nosso trabalho é compreender de que forma Camilo Castelo Branco representa a loucura em dois de seus romances, *A Bruxa de Monte Córdova* e *A Doida do Candal*, ambos publicados no ano de 1867. Desejamos analisar principalmente a trajetória de duas personagens femininas e a relação que elas travam com os papéis sociais estabelecidos para as mulheres no século XIX. Nossa hipótese é a de que Camilo concebe a loucura como uma reação a um meio social pouco amistoso às mulheres que não se mantêm dentro dos padrões de comportamento circunscritos a elas. Questões como a necessidade da tutela masculina, a obrigação do casamento, o enclausuramento, o controle sexual e a culpa carregada pelas personagens por não se adequarem aos seus papéis sociais serão importantes para nossa pesquisa. A ideia é mostrar que ao tratar da loucura e atribuí-la aos padrões sociais injustos e opressores Camilo Castelo Branco estava consciente de sua influência junto às leitoras e disposto a colaborar, de alguma forma, com mudanças em sua realidade.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco; Personagens femininas; Loucura; Século XIX.

## ABSTRACT

The aim of our work is to understand how madness is represented by Camilo Castelo Branco in two of his novels, *A Bruxa de Monte Córdova* e *A Doida do Candal*, both published in 1867. Our goal is to analyze the relationship between two female characters and the established social roles for women in the nineteenth century. Our hypothesis is that Camilo conceives madness as a reaction to an unfriendly social environment for women who do remain within the established behavior patterns to them. Issues such as the need of male guardianship, the obligation of marriage, the confinement, the sexual control and the guilt female characters carry because they do not fit their social roles will be important to our research. Our idea is to show that when dealing with madness and assigning it to unjust and oppressive social standards Camilo Castelo Branco was aware of his influence among female readers and was willing to collaborate with changes in his reality in some way.

Keywords: Camilo Castelo Branco; Female characters; Madness; XIX century.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 UM BREVE OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES NO SÉCULO XIX</b> .....	13
1.1 Família e papéis sociais.....	13
1.2 Classe, educação e trabalho.....	16
1.3 A sexualidade e o desejo.....	19
1.4 A histeria feminina.....	22
1.5 Em Portugal.....	25
1.6 Camilo e o feminino.....	26
<b>2 A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA</b> .....	30
2.1 Angélica Florinda, bela e corajosa.....	30
2.2 Angélica e sua relação com a religião.....	37
2.3 O transtorno de Angélica.....	47
2.4 O fim de Angélica.....	52
<b>3 A DOIDA DO CANDAL</b> .....	57
3.1 Maria de Nazaré e Marcos Freire.....	57
3.2 Como a sociedade abre as sepulturas.....	63
3.3 A doença de Maria de Nazaré.....	66
3.4 A história de Margarida.....	73
3.5 O fim de Maria de Nazaré.....	75
<b>4 UMA LEITURA COMPARADA ENTRE A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA E A DOIDA DO CANDAL</b> .....	79
4.1 Destinos femininos.....	79
4.2 O enclausuramento.....	84
4.3 O narrador.....	87
4.4 A loucura na economia narrativa das obras.....	91
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	96
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	101

## INTRODUÇÃO

Camilo Castelo Branco escreveu incansavelmente por pouco mais de quarenta anos, até seu suicídio, em 1890. Sua obra inclui romances, teatro, poesia, crítica literária e não poucas polêmicas. A escrita intensa do autor justifica-se, em parte, pela sobrevivência, já que ele foi um dos primeiros, senão o primeiro escritor português a viver somente da renda advinda da venda de seus escritos.

Um dos temas na obra de Camilo que nos chama a atenção é a sua concepção de honra. Para ele, o caráter de um sujeito pode ser avaliado, em grande medida, analisando a forma como lida com suas relações amorosas. Se a personagem é fiel aos seus sentimentos, vive-os de forma sincera e corajosa, se é capaz de contrariar a opinião familiar e a opinião pública para viver de acordo com suas convicções, ela pode ser considerada honrada e nobre. Mesmo que essa resistência termine por liquidar sua vida, ela sucumbirá, ao menos aos olhos do narrador, de forma heroica.

Essa visão pode ser considerada romântica porque valoriza o empenho do indivíduo contra a sociedade que o impede de viver, principalmente o amor, de forma plena. A defesa da liberdade do indivíduo escolher viver conforme seus desejos pode ser considerada uma constante na ficção de Camilo. Usualmente as personagens que não têm a determinação suficiente para se opor aos ditames sociais, são ridicularizadas porque se decidiram pela hipocrisia, escolheram se adaptar às exigências da sociedade e viver apenas visando às aparências e ganhos materiais.

Partindo da forma como Camilo constrói seus heróis e heroínas, acreditamos que a crise enfrentada pelas mulheres que ousam se opor a ordem social determinada é um tema importante na obra camiliana e que merece atenção. Os indivíduos que não se adaptam à lógica da sociedade, na qual é preciso, para sobreviver, usar da falsidade e da bajulação para garantir os interesses, entram em um estado melancólico e recorrem ao suicídio ou adoecem gravemente, processo que os leva à morte.

A crise psicológica mostra o sofrimento da personagem devido à culpa que carrega por não atender às exigências sociais e à pressão que sofre ao ser

marginalizada. Em nosso trabalho, analisaremos dois romances em que mulheres são representadas como pessoas que sofrem desequilíbrios psicológicos e mentais por conta da opressão, e também observaremos como as leis morais muito rígidas criam complicações para aqueles que não têm a habilidade, a desfaçatez necessária para progredir socialmente.

*A Bruxa de Monte Córdova*, publicado em 1867, apresenta como personagem principal uma moça saudável, bonita, que atrai a atenção de muitos enamorados. Porém Angélica Florinda carrega uma culpa que a acompanhará e a fará doente: ama um rapaz destinado à vida religiosa, frei Tomás. Ele também a ama, mas ama ao mesmo tempo, e talvez com mais força, seus ideais liberais que não são bem vistos no mosteiro onde vive. Ajudado por um frade mais velho, Jacinto de Deus (religioso nada dogmático, pelo contrário, bastante progressista em questões religiosas), Tomás foge do mosteiro e alista-se no exército liberal no ano de 1828 enquanto Angélica abandona sua casa e passa a viver em um convento porque não quer se casar com o pretendente escolhido por seu pai. Os dois se encontram e passam a viver juntos sem o sacramento do matrimônio, com um filho não batizado, porém muito bem quisto por frei Jacinto, que se torna o conselheiro do casal. Tomás morre em uma batalha depois de alcançar sucesso em sua carreira militar e Angélica sofre, com a perda de seu companheiro, um golpe terrível que acentua a culpa que ela acreditava carregar por ter colaborado com a desistência, por parte de Tomás, da carreira religiosa. A partir de então, Angélica torna-se uma beata dada à penitências e jejuns, com o intuito de salvar a alma de seu amado, que ela acredita estar no purgatório. Mas mal aconselhada em sua vida religiosa, apesar dos esforços de frei Jacinto de Deus, Angélica vai aos poucos entrando em crise, esquecendo-se do filho, definhando agudamente. A moça saudável do início da narrativa, transformada em penitente, muito velha e carcomida, passa a ser conhecida como *a Bruxa de Monte Córdova*, já que passa seus dias rezando em uma ermida que escolheu como casa, no alto de uma montanha. O filho dela e de Tomás, que ironicamente tornou-se barão, vai ao Monte acompanhado da esposa e filhos, para conhecer a mulher tida como milagreira. O reencontro é banhado em lágrimas, e acaba por terminar de matar Angélica, dada a emoção que sentiu.

Já em *A doida do Candal*, também publicado em 1867, conhecemos a história de Maria de Nazaré, filha de um tamanqueiro, que vive uma relação amorosa com Marcos Freire, um fidalgo de posição social elevada. Nenhum dos conhecidos de Marcos, nem sua família, aprovam a relação. Sua ligação com a moça não se mantém porque ele a ama, mas sim porque ama o filho que tem com ela, e sente-se responsável por Maria, já que ela deixou sua família para trás para viver com ele. A trama também envolve outra mulher, Lúcia Peixoto, prima de Marcos e por ele apaixonada. Porém ela resigna-se com a ideia de que ele nunca será mais que um grande amigo e protetor, porque ela, assim como Marcos, tem grande consciência da responsabilidade do compromisso dele com Maria e o filho. Lúcia tem um irmão, Simão Peixoto, que insiste em interná-la em um convento para que possa controlar a parte dela na herança advinda dos pais. Marcos, seu pai Cristovão e um amigo da família, José Osório, resolvem proteger Lúcia dos desmandos do irmão, já que ela não pretende nem se casar, nem aceitar a ida para o convento. O embate entre os familiares termina com a morte de Marcos e Simão, e a falta que o primeiro faz a Maria de Nazaré desencadeia nela o processo de crise. Ela não tem a quem recorrer para sobreviver junto com o filho, e depois da morte de Marcos, é Lúcia quem salva os dois da pobreza, mas não consegue, apesar das tentativas, salvar Maria da demência. Descobre-se mais tarde que Simão era pai de uma menina, cuja mãe ele enganou ao declarar um falso amor. Margarida, já mais velha e sem condições de prover a filha, procura a família de Simão e é bem recebida por Lúcia, que garante o conforto de mais uma mulher abatida pela pobreza e pela culpa. Margarida era freira e se acreditou amada por Simão quando ainda vivia no convento. A gravidez e o abandono, somados ao julgamento moral imposto por outros religiosos transformam-na em uma mulher tão degradada quanto Maria de Nazaré. As três terminam por viver juntas, remoendo seus sofrimentos, esperando que a morte as levasse embora de um mundo injusto, desconcertado.

O que pretendemos realizar em nosso trabalho é principalmente a análise dos romances tendo em vista a crítica de Camilo aos moldes sociais e ao cinismo necessário para se fazer caber neles. A crise psicológica e emocional seria uma representação do embate que os sujeitos enfrentam quando não querem ou não

podem, dada a sua constituição moral e ética, abraçar a desfaçatez. De acordo com Jacinto do Prado Coelho:

A novela camiliana pode chamar-se um libelo contra a subordinação do mais nobre sentimento, o amor, a preconceitos de casta ou de cálculos materiais. Toda a pessoa tem direito a realizar a felicidade pelo amor, tem direito a escolher, sem constrangimentos, o companheiro ou a companheira de sua vida. É esta a ideia central da novela camiliana. (PRADO COELHO, 1983, v2, p.199).

As personagens femininas em crise que analisaremos, seguiram a ideia central de Camilo aqui apresentada por Jacinto do Prado Coelho. Porém essa escolha tem como produto o desequilíbrio emocional que as acomete, podendo chegar muito perto da loucura.

Outro ponto importante que desenvolveremos, ainda que brevemente, é a questão da situação da mulher no século XIX e qual o papel social destinado a ela. Isso é fundamental para que entendamos quais são os comportamentos e enfrentamentos femininos que causam o ostracismo social que contribui para o desencadeamento da loucura.

Após essas considerações, daremos início à análise literária das obras de Camilo por nós escolhidas para esse trabalho. Procuraremos dar maior ênfase ao estudo do narrador e de seu discurso sempre presente ao longo da narrativa, e à caracterização das personagens em confronto ou em consonância com as normas sociais.

Pretendemos, ao final de nosso trabalho, fazer uma breve comparação entre os romances estudados, ressaltando as semelhanças e diferenças na representação da mulher em crise por conta das opressões sociais.

## 1 UM BREVE OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES NO SÉCULO XIX

Para que possamos observar o desenvolvimento do que chamaremos de loucura feminina nos romances de Camilo, objetos de estudo em nosso trabalho, precisaremos voltar nosso olhar para como viviam as mulheres no século XIX. Não pretendemos esgotar o assunto e sim oferecer uma visão sobre o contexto histórico no qual nosso autor vivia e no qual suas personagens foram representadas. A tarefa a que nos propomos aqui é relevante porque ajudará a embasar nossa interpretação do texto literário, já que partimos da ideia de que o contexto da produção da obra é fundamental para uma leitura crítica mais aprofundada.

### 1.1 Família e papéis sociais

Em um texto intitulado *Funções da família*, a historiadora francesa Michele Perrot afirma que a “família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos 'interesses privados', cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade” (Perrot, 1997, p. 105). É possível compreender que, segundo essa concepção, a família é o centro de todo o desenvolvimento social. Não há como o interesse individual suplantar o coletivo, pelo contrário, é necessário que o indivíduo, para que atinja seus objetivos, participe de forma comprometida e obediente do seu núcleo familiar. Segundo Eric Hobsbawm, ao pensar o núcleo familiar no século XIX:

A "família" não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada com outras unidades similares através de um sistema de trocas mulher-mais-propriedade (o dote do casamento) em que as mulheres deveriam, por estrita convenção derivada de uma tradição pré burguesa, ser *virgines inlactae*. Qualquer coisa que enfraquecesse esta unidade familiar era inadmissível, e nada a enfraquecia mais do que a paixão física descontrolada, que introduzia herdeiros e noivas "inadequados" (isto é, economicamente indesejáveis), separava maridos de mulheres e desperdiçava recursos comuns. (HOBBSAWM, 1991, p. 233-234).

Dentro da estrutura familiar oitocentista é notável a importância da manutenção do papel da mulher enquanto esposa e mãe. Ela é uma espécie de propriedade da família, e o fato de que no momento do casamento o homem recebe a sua esposa junto de uma quantidade de dinheiro que o pai dela dispõe (dote), é uma demonstração clara de como a formação de uma nova família passa pela formação de novas propriedades e do desenvolvimento econômico. A mulher, nessa lógica, deve manter-se virgem para assegurar que os descendentes de seu casamento sejam filhos do mesmo pai, para que assim não haja divisão da riqueza da família entre seus membros. A sexualidade da mulher deveria somente ser exercida dentro do casamento, o que claramente é uma forma de repressão do desejo.

Os casamentos, de acordo com a lógica burguesa, são realizados com base nos interesses econômicos, pois a melhor união é aquela que garante o aumento da riqueza das famílias. Homens e mulheres eram desestimulados a fazer casamentos que não trouxessem benefícios a suas famílias, logo o poder de escolha com relação ao matrimônio era reduzido. Para as mulheres, o poder de escolha era quase nulo. Havia na época um pensamento de que a mulher era destinada ao âmbito privado, apenas ao casamento, à reprodução e aos filhos. Geneviève Fraisse, ao refletir sobre as afirmações de Karl Marx nos *Manuscritos de 1844* afirma que:

A família é a passagem entre natureza e sociedade, o elemento primeiro de toda a sociedade. Nesse movimento, a mulher torna-se a primeira propriedade do homem (sua escrava, tal como os filhos). É portanto lógico que na sociedade capitalista ela seja reduzida a uma mercadoria. A mulher é originalmente um ser de natureza e torna-se em seguida um objeto mercantil: só a evolução da família e do conjunto das relações sociais está em condições de lhe restituir a sua humanidade. (FRAISSE, 1991, p. 80).

A mulher enquanto propriedade deveria obedecer as ordens, quase como uma escrava. Seu papel enquanto participante do núcleo familiar era bastante estrito segundo essa concepção. Ela responderia ao pai e depois ao marido, sendo mantida em uma espécie de infância eterna. Dentro de uma sociedade formatada

em torno apenas dos interesses econômicos, não há forma de a mulher deixar de ser transformada em mercadoria, tendo seus direitos suprimidos automaticamente.

Todavia, é importante atentar para o fato de que há uma dimensão pública feminina, principalmente nas relações com outras famílias. Segundo Fraisse e Perrot:

Nem todo o público é masculino, nem todo o privado é feminino. As mulheres circulam no espaço público e, através dos salões, a sua casa mantém-se aberta para o exterior. Os homens não estão também ausentes do privado, e os poderes do pai pesam sobre a família. A mulher civil é a um tempo pública e privada, em sua casa e na cidade, no parentesco e na sociedade. A este respeito, importa evitar as armadilhas do discurso e desmontar os estereótipos tradicionais. (FRAISSE & PERROT, 1991, p. 347).

É importante notar que a dimensão pública da mulher se desenvolve apenas enquanto ela é membro de uma família. Mesmo que não seja apenas um ser privado, a mulher é vista na sociedade através dos ideais ligados ao seu papel de esposa, mãe e responsável pelo lar. Podemos afirmar que para que a mulher pudesse ter alguma forma de ação na vida pública ela dependia da sua habilidade em manter seu papel no âmbito privado. Uma mulher solteira não se relacionava com o resto da sociedade da mesma forma que uma mulher casada. Interessante notar ainda que uma forma de ser feminista no século XIX era justamente exigir direitos, como a educação feminina, partindo da ideia de que tais direitos fariam da mulher uma melhor mãe e dona de casa. Abordaremos esse assunto mais detalhadamente a seguir.

O século XIX é marcado por mudanças da concepção do papel que as mulheres devem exercer. O feminismo ganha força ao longo dos anos e cresce o questionamento de que a mulher deve apenas movimentar-se no âmbito privado (e no público somente em consonância com seu papel na família). Segundo Fraisse, “a contestação da desigualdade dos sexos é a consequência do postulado da nova era, aquele que estabelece a liberdade do indivíduo e a autonomia do sujeito” (1991, p. 59). A ideia da mulher enquanto sujeito, que pode escolher independentemente seu destino, e não apenas aceitar-se como destinada ao casamento e à maternidade, ganha força ao longo do oitocentos.

Dessa forma, podemos afirmar que a mulher que se opusesse ao cumprimento do seu papel enquanto proprietária e reprodutora, era vista como um revés para o desenvolvimento econômico e social.

## **1.2 Classe, educação e trabalho**

A liberdade da mulher, dentro da lógica capitalista, só poderia ser alcançada se de propriedade ela passasse a ser uma proprietária. E a liberdade é algo que está em voga no século XIX com a ideia do individualismo como algo positivo e desejável ganhando força. Segundo Michelle Perrot:

A família, no século XIX, se encontra numa situação contraditória. Fortalecida em sua dignidade e poder por toda a sociedade, que nela vê um mecanismo regulador fundamental, ela tenta impor a seus membros seus próprios fins, considerando o interesse do grupo superior ao de seus integrantes. Mas, por outro lado, a proclamação do igualitarismo, os progressos insensíveis, mas constantes, do individualismo exercem pressões centrífugas geradoras de conflitos, que por vezes chegam à ruptura. (PERROT, 1991, p. 263).

É visível que o elogio ao indivíduo é perigoso para a unidade familiar, e que as ideias ligadas ao individualismo, como já foi dito, fomentam o debate sobre o papel feminino. A mulher não era vista como sujeito do seu desejo, tendo que dobrar-se perante o poder patriarcal e de seu marido, que tornava-se uma espécie de pai. Logo, as discussões sobre o poder do indivíduo, sobre a força dos seus desejos e realizações têm influência na forma como as mulheres se viam e eram vistas.

Não há como falar em individualismo sem falar nas realizações públicas do sujeito. A vontade humana é vista como a força que provoca a evolução, e as mulheres desejavam participar desse processo. Eram também indivíduos capazes de realizações. A demanda pela educação feminina cresce, e para que a ideia

ganhasse credibilidade e aceitação em um mundo dominado por homens, ela foi vestida de ideais voltados para a família.

A defesa dos direitos da mulher à educação parte da ideia de que as mulheres são obviamente mães. Logo, para que os futuros cidadãos sejam educados corretamente, é fundamental que as mães saibam educá-los. Para tanto elas precisam ter educação formal. Ou seja, o feminismo se apropria das ideias sobre o papel familiar da mulher para garantir que ela tenha educação e assim desenvolva-se enquanto indivíduo. Dessa forma a educação feminina perdia sua aura perigosa, já que a instrução poderia fazê-las mais rebeldes com relação ao cumprimento de seus estreitos papéis sociais.

Porém a instrução que as mulheres recebiam era voltada, de início, para seu papel em família. Aulas de costura e sobre cuidados com a saúde eram bastante comuns. A educação era vista, em algumas famílias, apenas como um verniz de cultura para as meninas. Elas seriam mais refinadas depois de educadas formalmente, e poderiam assim conseguir melhores casamentos. Muitas meninas não concluíam o ciclo completo que os colégios (em sua maioria católicos) ofereciam. Seus pais as levavam para casa quando achavam que a educação que tinham tido era suficiente. Logo, não havia um compromisso com a educação formal por parte da maioria das famílias. Segundo Anne-Marie Fugier:

Estudar, para uma adolescente da burguesia, significa se preparar para desempenhar seu papel de mulher do lar: cuidar de uma casa, dirigir empregados, ser a interlocutora do marido e a educadora dos filhos. Para isso, não há necessidade de saber latim nem dominar conhecimentos científicos especializados, bastando um verniz de cultura geral, de artes recreativas – música e desenho – e uma formação teórica e prática em economia doméstica – cozinha, higiene, puericultura. (FUGIER, 1991, p. 236).

Além disso, a educação em colégios católicos era bastante cara. Meninas mais pobres eram aceitas como um gesto de caridade, e recebiam tratamento diferenciado. Como a educação era voltada para o casamento, não representava uma forma eficiente de desenvolvimento econômico para as meninas pobres, que provavelmente se casariam com rapazes da mesma classe social que elas.

Irene Maria Vaquinhas, ao discorrer sobre o papel das Ursulinas, principais religiosas que ofereciam educação às meninas em Portugal, afirma que:

A formação proporcionada pelas religiosas obriga-nos a repensar o papel da educação na reprodução das discriminações de caráter sexual e na transmissão de estereótipos e a pôr em causa a imagem tradicional que identifica a instrução como um instrumento privilegiado de acesso à identidade coletiva e à conscientização feminina. (VAQUINHAS, 2011, p. 136).

O projeto de educação feminina no século XIX é importante para o desenvolvimento dos direitos das mulheres, porém a instrução pode servir para a manutenção da ideologia ligada ao destino natural da mulher, como esposa e mãe. Essa é uma das contradições que podemos encontrar nas discussões e práticas voltadas para a libertação das mulheres de seus papéis.

Outra questão importante é o trabalho feminino. Segundo Anne Martin-Fugier:

Se um jovem sem fortuna, mas com diplomas e um futuro profissional pela frente, podia se casar burguesamente, o inverso não era verdadeiro: uma jovem burguesa sem dote tinha todas as possibilidades de permanecer solteira. Para ela, não havia qualquer hipótese de compensar a falta de dote com estudos superiores e o exercício de uma profissão (em 1914, existiam na França doze advogadas, algumas centenas de médicas e um número um pouco maior de professoras do ensino secundário). Pois, ganhando a vida, ela se desclassificava. (FUGIER, 1991, p. 241).

A falta de dinheiro poderia impedir o casamento, como vimos, único caminho para a mulher viver sua vida, tanto pública quanto privada, ao menos de acordo com a moral vigente na época. O trabalho, forma de tornar-se proprietária de algo ao invés de propriedade do marido, e forma ainda de desenvolver-se enquanto indivíduo, desclassificava a mulher. O trabalho deixava aparente que sua família não tinha dinheiro suficiente para oferecer como dote, logo era uma atividade prejudicial a imagem de sua família. Segundo Michelle Perrot:

A família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. Cerra fileiras contra o estranho que lhe faz uma ofensa. O erro comprometedor de um membro seu mergulha-a num contrangimento cruel.

Solidariedade na reparação, punição no tribunal familiar, exclusão, cumplicidade do silêncio: todas as reações são possíveis. Ai daquele, porém, que traz a desgraça! (PERROT, 1991, p. 266).

A mulher que decidisse optar pelo trabalho, além de lidar com a falta de educação formal que realmente fosse voltada à profissionalização, era julgada por sua família por conta da ideia que outras pessoas fariam de sua atitude. Eram vários os fatores que dificultavam o acesso da mulher ao mundo do trabalho. Porém, no século XIX a discussão sobre o tema ganha força e torna o papel social tradicional da mulher cada vez mais passível de contestação e mudança.

É importante levar em conta que o casamento, para muitas mulheres, por conta da dificuldade de ingressar de forma justa no mercado de trabalho, era uma forma de proteção. Não era muito fácil para as elas rebelar-se contra o padrão de comportamento como esposa e mãe porque a sua situação econômica determinava a submissão. A opressão das mulheres passa necessariamente pela desigualdade entre classes sociais.

### **1.3 A sexualidade e o desejo**

A questão sexual para as mulheres deveria ficar circunscrita pelo casamento. Como já dissemos, a virgindade era um valor importante porque garantia a descendência legítima dos filhos da família. Além de um valor moral, bastante alimentado pelas ideias religiosas, a virgindade feminina era um valor de certa forma econômico. Segundo Michelle Perrot:

A desonra chega através das mulheres, sempre situadas do lado da vergonha. Isso porque os homens poderiam incorrer em uma forma de desonra, a financeira, a falência. Porém não se dava tanta importância a isso, do ponto de vista da honra. Já a mulher, seu único bem é justamente o mais visado pela lógica de julgamento da perda da honra, são os maus comportamentos sexuais, e filhos bastardos. (PERROT, 1991, p. 267).

O sexo para as mulheres era fonte de vergonha, culpa e desonra. Caso ela tivesse relações antes de se casar, tornava-se desonrada e espalhava a desonra por sua família. Caso tivesse relações extra-conjugais, desonrava a si e ao marido. Portanto o casamento, de acordo com a moral da época, era o único espaço disponível para a mulher viver sua sexualidade. Fica óbvio que seu marido deveria ser o único homem com quem ela deveria manter relações ao longo da vida. Se a mulher desejasse/precisasse se casar, se não tivesse nenhuma outra forma de sobreviver, como o trabalho, deveria seguir rigorosamente as regras sexuais destinadas a ela. Segundo Judith R. Walkowitz:

No decurso do século XIX este modelo classista de assexualidade feminina tornou-se cada vez mais somático, apoiado pela opinião das autoridades médicas, ansiosas por estender a sua autoridade cultural ao corpo da mulher. Embora os médicos discutissem o grau de passividade feminina, tinham no entanto tendência para atribuir à mulher respeitável, quando muito, uma sexualidade secundária, em segunda mão, subserviente do prazer masculino, sem autonomia própria, uma pálida imitação do desejo erótico masculino. (WALKOWITZ, 1991, p.404).

Walkowitz chama a atenção para uma forma de assexualidade feminina, ou seja, para a não-presença do sexo na vida da mulher caso ela devesse se casar. Apenas depois do casamento ela poderia viver sua sexualidade, porém sempre de forma secundária. Parece-nos claro que esse modelo de relação com o desejo sexual pode facilmente criar opressões e transtornos nas mulheres.

O sexo é um tema que aponta para várias outras questões, como afirma Walkowitz:

As culturas sexuais do século XIX exemplificaram o caráter socialmente construído da sexualidade. A sexualidade do século XIX era um terreno de viva contestação, onde se jogavam, tanto em privado como em público, conflitos de classe, de raça e de sexo. Através do pânico moral, de escândalos sexuais e de medidas legislativas, diversos grupos sociais e interesses profissionais tentaram alargar a sua autoridade política e cultural. Ao mais alto nível público, homens e mulheres participaram em lutas que contribuíram também para redefinir a sua identidade e subjectividade mais privada. (WALKOWITZ, 1991, p.403).

Tanto homens quanto mulheres sofreram com as regras morais ligadas à vida sexual no século XIX. A honra é algo muito importante na época, o que significa que qualquer deslize no comportamento sexual era julgado por outras pessoas. As mulheres eram mais afetadas por isso, como vimos, porque sua sexualidade era mais cerceada pelos valores familiares. O respeito social era alcançado apenas a partir da opressão do desejo, ou a partir da habilidade da mulher de esconder e fingir seus atos.

A vivência da sexualidade feminina então era de certa forma clandestina. E tal clandestinidade também significava uma forma de opressão, dada a culpa que poderia advir de um caso de infidelidade, por exemplo. Uma mulher criada desde sua infância nessa lógica moral de ser propriedade do homem e mãe apenas, poderia se sentir em crise caso assumisse o controle de seu desejo sexual e o vivesse em plenitude. Segundo Eric Hobsbawm:

O problema do puritanismo sexual burguês é mais complexo. A crença de que o burguês de meados do século XIX era incomumente vigoroso e portanto obrigado a construir defesas incomumente impenetráveis contra a tentação da carne não é convincente: o que fazia as tentações tão tentadoras era precisamente o extremismo dos padrões morais aceitos, que tornavam a queda igualmente dramática. (HOBSBAWM, 1991, p. 233).

O que torna a sexualidade tão complexa, segundo Hobsbawm, são os padrões de comportamento muito estritos. Não são os desejos do indivíduo que podem causar crises emocionais, mas sim as proibições advindas de fora. Os resultados dessa moral extrema estavam sempre espreitando as pessoas que decidissem viver algum de seus desejos sexuais. As mulheres então, que como já vimos, estavam mais sujeitas à punições por seus comportamentos, deveriam manter-se atentas constantemente, vigiando sua honra.

De acordo com o pensamento vigente no século XIX, essa vigilância constante do comportamento sexual poderia causar distúrbios mentais e psicológicos.

#### 1.4 A histeria feminina

Em um texto intitulado *Gritos e cochichos*, o pesquisador Alain Corbin afirma que “o esforço de cada um para construir sua própria personalidade e a influência do olhar do outro estimulam o descontentamento, até a difamação de si, e desaguardam no sentimento de insuficiência” (1997, p. 563). Mais uma vez percebemos que os conceitos positivos sobre o individualismo fazem com que as pessoas se sintam impelidas a buscar sua felicidade, realizando seus desejos. Porém, caso houvesse fracasso, isso seria devidamente julgado pelos outros como uma derrota pessoal, individual. Quando a derrota é individual, claramente ela pesa mais sobre a pessoa que já está frustrada com sua impossibilidade de sucesso.

O individualismo, segundo Corbin, é fundamental para que possamos compreender porque as pessoas sentem-se tão mal quando fracassam. O mérito pessoal vem do sucesso, logo há uma imagem que a pessoa precisa manter. Em uma sociedade de padrões de comportamento estritos, fica claro que qualquer desvio do que se espera do sujeito, inclusive em questões de sucesso em seus empreendimentos, pode levá-lo a uma queda brusca.

A impossibilidade das mulheres viverem de acordo com o que desejavam enquanto indivíduos (condição reconhecida como também delas no século XIX), poderia trazer transtornos psicológicos. Além disso, a mulher era vista como um ser frágil, isso para tentar justificar a regra segundo a qual ela deveria manter-se na esfera doméstica, no âmbito privado. Segundo Corbin “a fascinante psicologia da mulher, sua fragilidade, a convicção de que seu sexo rege os males que a afetam, explicam a amplitude das perturbações que na época se agrupam comodamente sob o termo 'doenças femininas’” (1997, p. 572). As doenças femininas, segundo Corbin, poderiam ser assim classificadas porque a visão médica/científica sobre as mulheres colocava-as como mais frágeis. Elas estavam mais sujeitas ao sofrimento, mas, podemos afirmar, não porque eram mais frágeis, mas sim por conta de sua dependência econômica dos homens, porque eram obrigadas a casar com quem sua família escolhesse para elas, porque não podiam viver sua sexualidade

livremente. Podemos lembrar as palavras de Hobsbawm sobre a dificuldade de se viver sob regras morais extremas. Segundo Corbin:

Para quem estuda a vida privada, o essencial é a onipresença desta enfermidade na cena doméstica. A mulher da época, quando não é enclausurada até o delírio e o grito para se fazer ouvir, emprega toda sorte de mal-estares e perturbações visando atrair a atenção para seu sofrimento íntimo. (CORBIN, 1997, p. 574).

O pesquisador afirma que em muitos casos a histeria é apenas o sofrimento externalizado. É possível, nesse momento, que imaginemos o quanto as mulheres da época poderiam sofrer com as opressões sociais de que eram vítimas. Mas esse sofrimento, de acordo com a moral vigente, na realidade é apenas a vida feminina, o que ela precisa viver enquanto mulher obediente. Logo vira doença, algo fora da normalidade, já que como a mulher era vista como ser predestinado ao âmbito privado, seu sofrimento era irracional. Ela naturalmente deveria se adaptar a vida destinada a ela. Mas essa vida era cheia de opressões, e claramente seu destino foi construído culturalmente, não era algo intrínseco à sua natureza. Logo a mulher não se adapta, impossível adaptar-se. Para ter alguma atenção para o seu sofrimento, em uma manobra para tentar aliviá-lo, ela torna-se sujeito da histeria. Usa a doença como forma de externalizar o que sente.

Obviamente havia as loucas verdadeiras, o que é perfeitamente verossímil numa sociedade opressora. Segundo Michelle Perrot:

A reclusão das mulheres ditas loucas aumenta de maneira vertiginosa no século XIX: de 9930 em 1845-1849, passam para quase 20 mil em 1871. Em 80% dos casos, os solicitantes são os homens (um terço são maridos, pais ou patrões). É verdade que as mulheres recorrem ao pedido de reclusão com uma frequência ainda maior do que os homens, num procedimento que opera de modo mais geral como uma polícia familiar. (PERROT, 1997, p. 123).

O uso do “ditas” na primeira frase da citação, mostra que Perrot também acredita que nem todas as mulheres que eram internadas realmente sofriam de doença mental. Os dados que ela usa são sobre a França do século XIX. Mostram

como qualquer desvio de comportamento ou de formas de sentir são tratadas, ao longo do século, cada vez mais como loucura. Se em 80% dos casos os internamentos eram requisitados por homens, fica claro que a interpretação do sofrimento e das emoções femininas está nas mãos dos homens, o que fortalece a sociedade patriarcal. Quando de vontade própria, as mulheres buscam mais o internamento que os homens, talvez em uma espécie de movimento de fuga da sociedade, se assumirmos que o hospital/hospício/asilo tem uma realidade própria. Pode ser uma forma de se distanciar das opressões sociais, talvez terminando por viver outras formas de opressão, médicas e científicas. Segundo Perrot:

A loucura também é uma saída para uma infelicidade familiar real. Entre as loucas contam-se muitas amantes abandonadas, mal-casadas, esposas enganadas, mães enlutadas pelos filhos. A demência masculina parece estar mais ligada aos percalços da vida pública ou profissional. A falência, a dilapidação, o jogo: tais são as formas de insanidade dos homens, denunciadas pelas mulheres – e é de lembrar que os homens formam maioria nos asilos. Em todo caso, mesmo que a polícia, através do internamento normal, continue a usar o asilo como depósito para os perturbadores da ordem pública, tal instituição passa a se alimentar cada vez mais do drama privado e do conflito familiar, que têm no médico seu juiz e árbitro. (PERROT, 1997, p. 282).

O asilo é um local de resguardo. A infelicidade, o engano, a derrota pessoal (no caso dos homens), leva as pessoas ao refúgio do hospital e do tratamento médico. É necessário pensar também que uma mulher que perdeu sua honra (em termos sexuais) pode internar-se, no convento ou no asilo, para evitar o julgamento da sociedade. Circular normalmente entre as pessoas mesmo desonrada configura uma insurreição condenável. Logo, o recolhimento, basicamente uma forma de ostracismo, é recomendável às mulheres.

O predomínio da opinião médica é relevante. A busca da ciência para curar males essencialmente sociais é uma demonstração da credibilidade que o saber científico vai angariando ao longo do século XIX. O corpo e as emoções, não somente as femininas, mas principalmente essas, são tomadas pelos médicos. Fica aparente que o remédio errado para algo que nem ao menos de doença se trata, vai cada vez mais aprofundando a opressão que vivem as mulheres. Isso porque qualquer desvio moral e emocional (que nem poderiam ser considerados desvios, já

que na realidade a moral vigente é que pode ser considerada exageradamente restrita) poderia injustamente ser visto como doença.

## 1.5 Em Portugal

A situação da mulher em Portugal no século XIX não é muito diferente do que vimos até aqui. As diferenças aparecem no âmbito político, já que o crescimento do feminismo em Portugal está intimamente ligado ao republicanismo. Segundo Irene Maria Vaquinhas:

Em Portugal irá assumir particular relevância, o ideário republicano, segundo o qual, a democratização do país seria impossível enquanto se não desse uma reconversão do estatuto social da mulher, o que implicava o seu acesso à instrução, bem como o seu reconhecimento como um sujeito com direitos e deveres civis iguais aos dos do homem. E isso, pensava-se, só a República conseguiria realizar. (VAQUINHAS, 2011, p. 26-27).

Fica evidente a ligação entre ideias de libertação social da mulher e ideias de progresso político. Porém a chegada de tais ideais em Portugal demora um pouco, a primeira associação feminista data de 1897 e os primeiros manifestos em favor dos direitos das mulheres datam da primeira década do século XX. Além disso, o fato de o crescimento do feminismo português estar intrinsecamente ligado à política tem como consequência que o debate permanece em mãos masculinas. O voto feminino só será permitido efetivamente em 1926, apenas se as mulheres votantes fossem chefes de família (somente depois da Revolução dos Cravos, especificamente em 1976, o voto torna-se universal). A I República pouco avança nos direitos políticos das mulheres. Segundo Vaquinhas:

A constituição de um movimento feminista organizado estará, aliás, intimamente ligado a esta formação política, nascendo no mesmo contexto em que o Partido Republicano Português e outras forças democráticas, como a Maçonaria, irromperam na sociedade portuguesa, mais

precisamente, a crise do sistema monárquico que antecedeu a implantação da República. (VAQUINHAS, 2011, p. 27).

É importante atentar para o contexto progressista em que nasce o feminismo em Portugal, e para a contradição do voto apenas para algumas mulheres na I República. Também é preciso notar que a educação feminina era dominada por organizações religiosas, e era cara, o que não ajudava na diminuição da desigualdade entre mulheres de classes sociais diferentes. De toda forma, é necessário reconhecer que houve avanços na discussão do tema, que houve mulheres enfrentando o poder instituído. O fato de a República ter durado apenas de 1910 até 1926 freia os intentos de progresso na área dos direitos das mulheres. Segundo Vaquinhas:

Sendo o feminismo português solidário, desde o início, com o republicanismo, havendo finalidades comuns – democratização e laicização da sociedade, secularização do Estado – que cruzaria com outras preocupações – a defesa da educação feminina e infantil, o livre acesso ao mercado de trabalho, um sufrágio moderado, os dois movimentos influenciaram-se mutuamente, atuando por vezes em conjunto, como na questão da luta pelo divórcio. (VAQUINHAS, 2011, p. 27).

É possível compreender que a maioria das mulheres que viveram no século XIX não tinham acesso aos direitos que hoje consideramos básicos. Porém a discussão a respeito do papel da mulher na sociedade estava presente, tanto que culmina com organizações feministas no final do século.

## **1.6 Camilo e o feminino**

Camilo Castelo Branco publicou seu primeiro romance em 1851 (*Anátema*) e o último em 1886 (*Vulcões de Lama*). O escritor estava em condições de observar a situação da mulher portuguesa ao longo da segunda metade do século XIX. Segundo Maria Cristina Pais Simon:

Camilo vive e escreve num contexto político, econômico e social dominado pelos barões do Liberalismo, ou seja pelo “primeiro sexo”, cuja respeitabilidade não depende só da ação pública mas também do “sexo fraco” que está sob sua cúpula. No entanto, e embora tudo contribua para manter as “burguesinhas do catolicismo” no seu papel tradicional, elas vão-se paulatinamente afirmando como indivíduos independentes; a mulher atreve-se agora a exprimir ideias e aspirações pessoais, as feministas recém-nascidas têm estranhas ousadias. Noutros meios sociais, a indigência e as cruéis condições de vida levam-na a atos mais francos e mais visíveis, é o caso das operárias dos meios urbanos que, reunidas em associações desde meados do século, reivindicam barulhentos seus direitos. Assim, o feminino preocupa altamente o século XIX, e as publicações refletem essa preocupação, não só os textos ensaísticos e científicos, na área da filosofia ou da medicina, como também a literatura romanesca onde a mulher assume novos papéis e é apresentada sob aspectos e ângulos até agora recônditos. (PAIS SIMON, 2014, p. 179-180).

A presença da mulher na obra de Camilo é imensa. As dificuldades enfrentadas com relação ao casamento, à maternidade, ao trabalho são representadas em inúmeros romances. O escritor tinha consciência de que grande parte de seu público era formado por mulheres, mesmo com a alta taxa de analfabetismo feminino na época. Ele dizia escrever para as “donas de casa”, e sobre isso Pais Simon questiona:

Em que consistem então as obras que o autor escreve para as “donas de casa”? São novelas cujo enredo e cujas protagonistas as emocionam, nas quais se veem e vivem por procuração, através das quais podem se evadir. Anjo ou demônio, erudita ou limitada, fina ou boçal, rica ou pobre, cidadã ou aldeã, fatal ou repelente, a mulher está no centro da novelística de Camilo Castelo Branco como musa, como protagonista e como leitora amiúde interpelada e solicitada, tornando-se quase uma personagem a parte inteira, pois toma partido, questiona, colabora com o autor à escrita. (PAIS SIMON, 2014, p. 183).

A leitora pode acompanhar vidas que não são suas por meio da ficção, vivendo virtualmente o que não pode viver na prática, por conta das convenções sociais que deve obedecer. A ficção nesse caso funciona como uma fuga da realidade opressora, mas que ao mesmo tempo apresenta formas de lidar e muitas vezes de se opor às opressões. Há também é claro, a lição moral. A leitora fica avisada sobre as punições que pode sofrer caso incorra em alguma desobediência.

Camilo, na maioria das vezes não compactua com tais punições, mas as denuncia, instilando de alguma forma a revolta no espírito feminino. Segundo Pais Simon:

A novela camiliana produz na leitora de Oitocentos o efeito que a tragédia clássica causava nos espectadores: identificando-se com as personagens sente emoções, vive experiências ousadas sem, no entanto, se comprometer, tanto mais que a moral final é para todas uma lição exemplar. (PAIS SIMON, 2014, p. 190)

O papel de Camilo enquanto intérprete da situação feminina no século XIX é relevante por conta do alcance de sua obra, tanto por conta da quantidade de leitores que tinha, como pela sua sobrevivência ao longo do tempo, chegando até nós. A ficção camiliana pode nos dar notícia das opressões que viviam as mulheres em sua época, e sobre como esse tema recebia atenção no período.

Em nossa pesquisa pretendemos observar como Camilo representa a loucura, as crises psicológicas que são produto de um meio social opressivo. As personagens femininas que estudaremos, como já dissemos, não seguem as regras sociais relacionadas à sua vida sexual e ao casamento. Elas não obedecem às suas famílias e sofrem punições e exclusões por conta disso. De acordo com Alda Maria Lentina:

O nervosismo feminino que faz passar as personagens de Camilo da simples insatisfação/tédio ao adultério, da crise nervosa à loucura, dos desmaios aos histerismos, não só será uma maneira de exteriorizar um feminino em crise, como também de abalar com a predestinação feminina, revelando um feminino excêntrico, profundamente “contranatural”, ou “desnaturado”, em que o corpo sofreu uma re-apropriação por parte da mulher. (LENTINA, 2014, p.35).

É relevante o fato de que Camilo, com a representação das personagens em crise por conta da relação complexa que elas têm com os padrões de comportamento, colabora para “abalar com a predestinação feminina” como afirma Lentina. É uma das grandes contribuições da obra de Camilo, não somente com o registro da vida feminina no Oitocentos, mas também com o efeito que provavelmente suas narrativas tinham em suas leitoras. Ele demonstra os perigos da retomada do corpo pela mulher, tanto que nos dois romances que analisaremos as

personagens tem como fim a morte. Mas mesmo que haja risco em contrariar as regras sociais, podemos afirmar que as narrativas provocam obviamente o questionamento dos padrões que as mulheres deveriam seguir.

## 2 A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA

A partir de agora analisaremos, mais detalhadamente, de que forma a relação entre a mulher, as pressões sociais que ela enfrenta e os danos psicológicos advindos dessas opressões se configuram na obra de Camilo Castelo Branco. Primeiramente analisaremos o romance intitulado *A Bruxa de Monte Córdova* (1867).

### 2.1 Angélica Florinda, bela e corajosa

O romance inicia com a descrição de Angélica, uma das protagonistas da narrativa e de sua beleza:

O capitão-mor de Cabeceiras de Basto morria por ela. Dois frades bentos de S. Miguel de Refojos andavam como energúmenos desde que a lobrigaram na sua igreja. O juiz ordinário, o alferes de milícias, o juiz dos órfãos, o escrivão das sizas, o boticário e o mestre-escola farejavam-na, tanto à inveja, que a rapariga, quando eles, um por cada vez, se lhe faziam encontros, resmuneava, formando com os dedos uma figa oculta:  
 – Eu t'arrego, diabo! (CASTELO BRANCO, 1924, p. 9).

Logo percebemos que Angélica Florinda chama muito a atenção de todos aqueles que a conhecem, mas ela não se mostra aberta a tais flertes, muito pelo contrário, trata-os todos como indesejados. Ao respondê-los com a figa e com a frase acima citada, ela confere uma aura demoníaca aos desejos de seus pretendentes. Sua beleza é algo que parece enfeitiçar aqueles que têm contato com ela, e o narrador afirma que a culpa disso tudo não era sua, mas sim do “*fomes peccati*”, a ‘isca do pecado’” (CASTELO BRANCO, 1924, p.10). Ironicamente ele afirma que essa é a forma como os religiosos tratam algo muito simples, resumidamente, o desejo natural, inevitável e saudável entre homens e mulheres. Ou seja, logo no início da narrativa percebemos que o desejo e o amor serão tratados pelo narrador como algo que não deve ser julgado como nocivo ou contrário aos desígnios divinos. Temos contato, desde já, com algumas ideias que serão

desenvolvidas ao longo da trama, como a dubiedade com que é entendida a paixão e a relação de Angélica com um frade bento, Tomás. Para o narrador o relacionamento entre eles é algo que não afronta a religião porque se trata de um amor verdadeiro, logo algo que não deve ser evitado nem condenado. Para ele a relação entre os dois não configura pecado, porém as convicções religiosas de Angélica somadas ao aconselhamento rigoroso de frei Silvestre (seu superior no convento), fazem-na acreditar que o que vive com Tomás é passível de punição. Para o narrador, Angélica é apenas bonita, e o amor que nasce entre ela e Tomás é natural e positivo, algo que deve ser vivido plenamente mesmo que algumas convenções sociais recomendem o afastamento dos dois.

O pai de Angélica afirma que “a sua filha não casava com algum dos lavradores que lha tinham pedido porque um tio materno, estabelecido em Pernambuco, a vira, quando veio à terra, tendo doze anos a moça, e prometera vir casar com a sobrinha, assim que ela perfizesse os dezenove” (CASTELO BRANCO, 1924, p.11). Ou seja, Angélica recebe a ordem paterna para casar-se com o tio brasileiro, e ir contra a ordem do pai seria tanto socialmente inconveniente, porque estamos tratando de uma época em que os pais decidiam o destino dos filhos, quanto errado do ponto de vista religioso, já que o respeito ao desejo paterno é algo pregado pela religião católica. Importante notar ainda que a oposição entre os lavradores que pediam a mão da moça e o tio brasileiro rico, mostra o interesse financeiro por trás das intenções do pai de Angélica. A crítica de Camilo ao casamento por interesses, e, principalmente se vai contra aos desejos do coração, é algo muito comum em sua obra e bastante presente nesse romance que nos dedicamos a estudar.

A prática da religião, por parte de Angélica, é também descrita pelo narrador num momento em que seu pai afirma que “ela não vai a espadeladas nem festas de ninguém. Romarias é lá uma d'ano a ano. O seu regalo é ir às festas de igreja do mosteiro. Isso vai a todas, e raro o mês que lá se não confessa” (CASTELO BRANCO, 1924, p.12). Porém logo em seguida o narrador esclarece que a religiosidade de Angélica não é exatamente da forma que o pai imagina. Afirma o narrador que:

Estava mal informado o tio Joaquim da Thereza no artigo confissão. Angélica Florinda não exercitava tão louváveis espiritualidades. Às festas ia; mas, fora da quaresma e jubileus, a moça parece que andava armazenando fazenda pecaminosa que assoalhasse no confessionário. (CASTELO BRANCO, 1924, p.12).

Angélica não parece tão inocente quanto julga seu pai, e a ida às festas no mosteiro é compreendida quando ficamos sabendo que ela é apaixonada por um frade, Tomás. O amor entre os dois não é novo quando a narrativa se inicia, pois o narrador nos informa que já fazia sete anos que a moça sentia saudade do frade, muito provavelmente sendo esse tempo aquele que Tomás estava trancafiado no mosteiro – também obrigado a seguir tal caminho devido à vontade paterna.

O narrador ainda nos informa que Angélica “sentia no íntimo peito uma tristeza alegre e uma alegria triste, um bem de que padecia e um mal que a consolava, enfim, um mal que a recreava e um bem que a afligia” (CASTELO BRANCO, 1924, p.12) e nesse momento percebemos que ela vive confusa a respeito do que sente por Tomás, pois tal sentimento a tenta a recusar o casamento arranjado pelo pai, a faz pecar mais do que o aceitável para uma moça de índole católica – indo às festas da igreja apenas para ver seu amado – e também a faz pensar na paixão proibida que alimenta, já que não pode relacionar-se com Tomás porque o rapaz é celibatário. O amor que ele tem por ela também a leva a crer que peca porque afasta o frade de sua vocação, que ele em verdade não tem, já que é frade somente por desejo de seu pai.

A confusão que notamos em Angélica já pode nos dar uma pista de seu incômodo em relação aos seus sentimentos, pois não consegue adequá-los ao que é esperado dela como mulher cumpridora de seus deveres familiares e religiosos. Essa confusão mostra também que está mais suscetível aos desarranjos emocionais que acabarão sucedendo a ela. Na descrição dos sentimentos da protagonista já podemos vislumbrar uma personalidade em conflito. O narrador camiliano realiza um processo de acumulação de informações que ao final nos ajudará a entender o que levou a personagem ao desequilíbrio emocional. Trata-se de uma espécie de convergência dos fatos que ele nos narra, para traçarmos um perfil de Angélica. Isso explicará seu transtorno como um fenômeno gerado por pressões exteriores, sociais

e religiosas, que pioram seu estado emocional e a confusão em que se encontram seus sentimentos.

Quando Angélica faz uma visita à igreja em um dia no qual Tomás está presente na missa, o narrador nos mostra uma espécie de culpa que ela já carrega. Afirma ele que “a espaços relançava ao coro a vista com recato e a modo de assustada. Deu tento que a observavam de lá” (CASTELO BRANCO, 1924, p.19). É visível a preocupação de Angélica com o julgamento que podem fazer dela, com a conclusão que outras pessoas podem tirar ao vê-la ali, prestando atenção em Tomás. A forma como ela se comporta é relevante porque nos dá informações que convergem em uma ideia mais completa sobre sua configuração emocional, e são essas informações que nos farão compreender seu transtorno posterior.

A visão do narrador sobre a relação e os sentimentos tanto de Angélica quanto de Tomás pode ser apreendida em uma interpelação que o narrador faz durante esse mesmo episódio da missa. Afirma ele que Tomás, ao notar a presença e a atenção de Angélica para com ele “não se furtou à tentação: alheou de si a consciência de monge, e fitou-lhe uns olhos amorosos, orvalhados de doce alegria, como se fora homem, e dentro do peito sentisse alguma coisa mais sagrada que o hábito exterior” (CASTELO BRANCO, 1924, p.19). O que podemos concluir é que o narrador coloca o amor como algo mais digno de atenção e de obediência do que o celibato e as obrigações religiosas de Tomás. O rapaz deve obedecer seu coração, pois assim alcançará a dignidade que certamente não terá ao seguir a carreira religiosa sem nenhuma vocação. Ele já havia demonstrado em uma passagem anterior da narrativa, que estava no mosteiro apenas porque fora obrigado pelo pai, logo fica claro que o narrador defende a carreira religiosa apenas para aqueles que realmente a desejam, e que no caso de Tomás o amor dele por Angélica seria mais sagrado porque mais verdadeiro. A condenação do desejo de Tomás não é correta porque no caso dele o amor não é dedicado à religião, o que não significa que não possa ser um rapaz cumpridor de suas obrigações. Em carta a seu pai, após ser detido no mosteiro por conta de uma confusão com outros religiosos, Tomás escreve o seguinte:

Meu pai, estou preso porque não sou bom frade. O cárcere não poderá corrigir os aleijões da minha índole. Serei sempre mau religioso, e nunca poderei ser bom homem. Peço-lhe que concorra para a minha saída do convento. Em sua casa poderei ser um homem útil e respeitador da religião em que fui criado. (CASTELO BRANCO, 1924, p.35-36).

Tal passagem é importante porque mesmo que não tenha foco em Angélica, a ideia sobre o valor dos sentimentos verdadeiros em oposição à obrigação de se viver algo falso e indesejado, somente por ordem paterna, fica muito clara. O narrador coloca sua concepção do que deve ser levado em conta - o amor entre os dois - e assim retira a culpa que Angélica e Tomás teriam em viver essa relação, mal vista tanto pela igreja quanto por seus familiares. No momento em que a situação de Tomás fica insustentável, Frei Jacinto, um frade mais velho e descrito pelo narrador como alguém excepcional em termos de caráter e de bondade, o ajuda a fugir do mosteiro. Tomás, além do amor que sente por Angélica, também partilha dos ideais liberais, e assim que consegue se ver livre do hábito, alista-se no exército liberal. Seu encontro com sua amada se dará somente depois de algum tempo.

É relevante pensar a posição política de Tomás, pois ele se coloca como progressista. Tal postura pode ajudar a explicar sua falta de vocação, caso pensarmos que o mosteiro é um local conservador, em que mais vale a família de que procede o religioso do que sua vocação ou suas ações enquanto frade.

Nesse ínterim, Angélica foge de casa para evitar o casamento com o tio brasileiro. Tomamos conhecimento desse fato no momento da fuga de Tomás do mosteiro, quando ele pergunta por ela, principalmente se ela ainda está solteira. A resposta dada por outro religioso que o ajuda na fuga é a seguinte:

O tio brasileiro chegou há quinze dias. O pai aprontou os papeis para o casamento, leram-se os banhos três vezes, e ela desapareceu na véspera do casamento. Procuraram-na, e ainda ontem souberam que ela estava a servir no convento de Santa Clara no Porto. Eu já o sabia desde que ela fugiu. O pai partiu ontem para lá a fim de a trazer; mas a rapariga me disse a mim que não saía de lá senão morta. Não há memória de um amor assim de rapariga! (CASTELO BRANCO, 1924, p.71).

A fuga de Angélica mostra como ela, além de enfrentar a culpa de amar um frade, também se sentia oprimida com o possível casamento com o tio. O convento

torna-se um lugar onde ela poderia servir, trabalhar para outra freira em troca de sustento), o que mostra que ela não tinha recursos financeiros. É ainda um lugar onde sua honra está resguardada, pois não se fariam comentários maldosos relacionados à sua fuga, já que haveria um motivo louvável, uma provável vocação para ser freira. Mas sabemos muito bem que ela apenas desejava manter-se longe das ordens paternas, mesmo que ao se refugiar no convento ficasse longe também de Tomás. É importante ainda a informação de que ao fugir de casa, Angélica não pode mais requerer sua parte na herança de seu pai. Todo o dinheiro da família será destinado ao irmão dela. Vemos então que, ao seguir os seus sentimentos, ela sofrerá com a pobreza. É notável a crise que se instala devido à dependência feminina, e tal dependência não comporta atitudes que revelem o respeito da mulher aos seus próprios desejos. Caso a mulher siga seus desejos, se verá sozinha, pobre e culpada.

O reencontro de Angélica e Tomás se dá quando ele, soldado do exército liberal, encontra-se no Porto. O amor entre os dois renasce, e ele propõe a sua amada que ela abandone o convento e que os dois vivam juntos. Angélica carrega consigo uma culpa que é descrita pelo narrador, juntamente com a opinião de outras religiosas:

O que de si consigo Angélica não acreditava até certo tempo era que o frade de S. Miguel de Refojos pudesse ainda ser seu marido, sem enorme ultraje e afronta das leis da igreja católica. As velhas mais antigas do convento diziam-lhe que nunca se vira semelhante coisa; sua ama, porém, com ter visto menos que as velhas, era de parecer que sim, que podia casar com o frade, visto que passar de monge bento a alferes de lanceiros valia tanto como passar de frade ou alferes solteiro a frade ou alferes casado. (CASTELO BRANCO, 1924, p.86).

O que é notável nessa passagem é que Angélica mantém os ideais católicos muito presentes em seus pensamentos sobre o casamento. Ela não fica tão tranquila, segundo o narrador, como em uma união proclamada e totalmente aceita pela igreja. Essa informação mostra como ela está presa a um sistema de ideias considerado por alguns como ultrapassado, caso da sua ama, que simplifica os acontecimentos afirmando que não há nada demais no fato de Angélica se casar com Tomás, já que ele passou facilmente de monge a alferes, ou seja, que na

prática não tem mais obrigações religiosas de um frade, como o celibato. É interessante notar que a hierarquia dentro da instituição católica é vista pela freira mais experiente como algo de pouco valor, que não deve ser levado muito a sério já que a diferença entre as posições de Tomás não é muito relevante. Nesse ponto, parece-nos que os dogmas católicos estão sendo colocados à prova. Aqui se configura uma oposição entre o que a religiosa pensa, e que é o que pensa também o narrador, e o que entende Angélica. Ela confere aos ditames católicos uma importância exagerada que acabará por se intensificar depois da morte de Tomás em uma batalha da qual ele participa.

Podemos concluir que o transtorno que acometerá Angélica começa a se instaurar desde o começo do romance, pois são as obrigações religiosas e familiares não seguidas por ela que fazem com que se sinta culpada. Ela é corajosa o suficiente para levar adiante seu relacionamento com Tomás e sua recusa do casamento com o tio brasileiro, mas suas opiniões e crenças com relação à religião não a abandonam, muito pelo contrário, se adensam e a oprimem.

A igreja é representada no romance como uma instituição com grande poder para legitimar as ações das personagens e, mesmo que elas se oponham a esse poder, passam a viver em uma situação de clandestinidade, pois nasceram e cresceram em uma cultura que coloca a obediência aos dogmas acima de qualquer coisa. Angélica passa a crer que porque desrespeitou os dogmas (especialmente o do casamento), tornou-se uma pecadora imperdoável. A culpa que ela desenvolve é o principal motivo de seu transtorno, e, mesmo que haja um bom religioso que tente demovê-la de seu flagelo, o narrador deixa claro que é a religiosidade exagerada, irracionalmente dogmática, que leva as pessoas ao desequilíbrio emocional. A igreja, ou ao menos parte dela, é considerada a grande culpada pelo que acontece a Angélica.

## 2.2 Angélica e sua relação com a religião

A morte de Tomás representa no romance um dos principais acontecimentos que intensificam o desequilíbrio psicológico de Angélica. É a partir da morte de seu companheiro que ela passa a sentir a culpa religiosa de forma mais pungente. Em sua concepção, ela é a culpada por Tomás ter deixado o mosteiro e se afastado de sua vocação (algo que sabemos que ele não tinha). Ela se vê como o objeto que suscitou desejo em Tomás, que o fez cair em pecado, e, conseqüentemente, ir para o purgatório.

Precisamos lembrar ainda que ela não tinha nenhum direito sobre a herança paterna porque tinha fugido de casa para evitar o casamento com o tio brasileiro. A casa simples em que ela e Tomás viviam era mantida com os rendimentos dele enquanto alferes. Os dois tiveram um filho no breve tempo em que viveram juntos, antes que sua morte trágica os separasse. É importante pensar sobre esses fatos porque Angélica se vê sem nenhum apoio financeiro quando sofre a perda de Tomás.

O religioso exemplar que ajudara Tomás a fugir do mosteiro é o mesmo que leva a notícia da morte do marido a Angélica. Jacinto de Deus é um religioso já bastante envelhecido, porém com ideias muito modernas em relação à religião. A sua postura já ficara expressa no auxílio que prestara a Tomás no mosteiro, pois ele também acreditava que o rapaz não poderia ser mantido ali contra a sua vontade e seria mais útil fora dali. É então perfeitamente compreensível que Jacinto não mostrasse nenhuma oposição à união de Angélica e Tomás, que poderia ser considerada indigna do ponto de vista da igreja, já que para todos os efeitos Tomás ainda era um frade. Jacinto compartilha da visão do narrador sobre a importância do sentimento verdadeiro e do respeito que devemos devotar a ele. Podemos inclusive afirmar que as ideias de Jacinto se alinham perfeitamente às do narrador e que este último utiliza o discurso de Jacinto para corroborar o seu, sempre favorável ao respeito ao amor e contra qualquer coisa ou pessoa que se coloque contrário a ele.

O momento em que Angélica recebe a notícia da morte de Tomás é fundamental para entender o que sucede a ela posteriormente, e o apoio constante

de frei Jacinto de Deus também é relevante para compreendermos as oposições que se delineiam ao longo da narrativa. O trecho a seguir, instante em que Jacinto de Deus ajuda a moça em seu sofrimento, nos mostra como a sanidade mental de Angélica começa a ser abalada nesse exato momento:

O frade, tremente e mal firme nas pernas convulsas, tirou-lhe do seio a criancinha, quando ela ia já tombando sem acordo ao pavimento (...). Por sobre a lívida face d'ela erguia o monge as mãos e mentalmente orava, postos os olhos nas imagens que pendiam das paredes. O menino brincava com as tranças soltas da mãe, e retraía-se quando ela vociferava uns sons roucos de estertores como os do halo da morte. (CASTELO BRANCO, 1924, p.124).

A forma como Angélica reage à perda de Tomás é significativa porque percebemos que ela perde o controle sobre suas emoções. Podemos também pensar que as situações pelas quais ela vinha passando desde que se apaixonou por Tomás, enquanto ele ainda era frade, somaram-se e tiveram vazão nesse momento. Já sabemos que ela carregava culpas religiosas e familiares, e a essas vêm se somar a solidão em que se encontra com o filho ainda muito pequeno.

Frei Jacinto a apoia nesse momento difícil e suas atitudes convergem para que comecemos a traçar um perfil dele, um homem mais voltado à prática da bondade do que à pregação dos dogmas e ao julgamento religioso. Ele se mostra muito disposto a ajudar Angélica e a criança. Segundo o narrador:

Mês e meio assistiu frei Jacinto de Deus à cabeceira de Angélica. Pode ele criar no espírito da enferma a imagem do céu; depois a da esperança; a morte como transformação para a vida infinita; a reunião das almas santificadas pela agonia terreal; a consciência dos espíritos d'além-mundo em coisas d'este; a memória e constante visão dos entes queridos que ficaram aquém dos áditos da eternidade, esperando redimir-se. O monge tinha créditos de santo no ânimo de Angélica. (CASTELO BRANCO, 1924, p.127).

Podemos notar que a visão de frei Jacinto sobre os sentimentos de Angélica é bastante positiva. Ele a anima com uma versão sobre a morte que serviria para tranquilizá-la sobre suas atitudes antes da morte de Tomás e também sobre sua perda. É importante ter em mente a posição tomada por Jacinto, muito mais

humanitária, busca confortar Angélica. A postura dele entrará em confronto com a postura de outro religioso, Silvestre, que aconselhará a menina quando ela decidir internar-se em um convento por sentir que não é mais capaz de viver livremente depois da morte de Tomás, mesmo com o apoio de frei Jacinto.

Se Angélica fosse capaz de seguir os ensinamentos de Jacinto de Deus, ela provavelmente poderia continuar sua vida e criar seu filho mesmo sem seu esposo. Poderia ela livrar-se da culpa que ainda carregava por ter vivido com Tomás mesmo sem ter se casado com ele. Frei Jacinto mostrara-se disposto a ajudá-la em tudo. A forma como Jacinto de Deus se relaciona com a religião não é muito dogmática. Ele se dispõe a ajudar o filho de Angélica e de Tomás, que é fruto de uma relação ilegal perante a igreja e que não é batizada. Logo, o clérigo está indo contra o correto a se fazer de acordo com os dogmas católicos, mas ele mantém uma postura que combina muito com a postura do narrador desde o início: de que a bondade e os sentimentos verdadeiros devem prevalecer frente às regras duras da igreja. Ou seja, os valores cristãos e sua prática devem ser mais importantes do que os dogmas, que nessa narrativa são representados como regras vazias, que não trazem nenhum desenvolvimento espiritual para quem as obedece.

Angélica, por sua vez, mesmo com o apoio de Jacinto, ainda carrega consigo a tendência a seguir uma forma de religiosidade mais restrita, que considera pecado muitas das atitudes tomadas por ela. Em respeito às suas ideias religiosas, decide ir para um convento e recebe apoio de Jacinto, que paga suas despesas e se responsabiliza pelos cuidados com a criança que ficará sem o apoio materno.

A forma como Angélica é tratada no convento em que se interna é muito diferente da forma compreensiva como Jacinto de Deus a tratava nos momentos de crise. Em uma visita que Jacinto faz a ela, ele percebe uma piora no estado mental e emocional da moça:

Angélica apareceu-lhe já de todo desformada da beleza com que ainda entrara no mosteiro. Observou o padre que a linguagem dela era refinadamente mística com seus entremeios de credices disparatadas (...). Contava os milagres feitos por freiras mortas e vivas daquela casa, muito mais inverossímeis do que os contam as crônicas franciscanas. (CASTELO BRANCO, 1924, p.136).

A primeira constatação feita por Jacinto é a mudança física de Angélica, como sua beleza, que já conhecemos do início do romance, se perdera. Esse é um ponto importante que devemos salientar, pois a saúde física de Angélica é prejudicada conforme sua concepção religiosa se torna mais dogmática e intolerante. A deterioração do corpo de Angélica é algo que faz sentido se posta ao lado da deterioração de sua sanidade mental. Na percepção de Jacinto de Deus, ela se mostra mais mística, acreditando em milagres dos quais ele duvida veementemente. As ideias veiculadas nos discursos dela parecem muito diferentes das que ele tentou inculcar no seu pensamento quando da morte de Tomás: opostas à esperança na vida eterna e no que de bom se obteria nessa vida por meio da fé. A linguagem de Angélica, somada a sua aparência mostram a Jacinto e a nós leitores que sua transformação em uma religiosa fervorosa e irracional está se dando por conta de sua vivência no convento em que se encontra. Jacinto de Deus a questiona justamente sobre sua rotina naquele lugar:

- Muito bem minha filha, folgo de vos encontrar tão espiritual; sinto, porém, que a matéria se vos converta em espírito mais que o útil e necessário. Estais muito acabadinha.
- Os jejuns e os cilícios – murmurou ela.
- Quem vos inculcou a precisão de jejuns e cilícios?
- Um fradinho muito santo da Arrábida, que está em casa de alguns fidalgos e vem aqui confessar algumas santinhas.
- O frade é santo, e as freiras são santas... – voltou o egresso coçando a calva – Será essa gente bem santa, minha filha? Se tu quisesses, reflexionávamos um pouco sobre o que cada um deve a Deus, a si e ao próximo. Estes deveres bem cumpridos produzem excelentes qualidades em que os pratica. Formam-se com eles a mulher boa e o homem bom. Quanto a santos, isso é lá com Deus que os vê e com o Espírito Santo que os canoniza. (CASTELO BRANCO, 1924, p.136-137).

A conversa que os dois personagens mantêm elucidada a forma como pensam, e a diferença entre eles. Enquanto Angélica está convencida da santidade de algumas religiosas e principalmente do frade que a confessa, Jacinto preocupa-se com a crença cega da moça nessas pessoas. Tenta explicar a Angélica que somente Deus pode dizer quem é santo ou não. Os deveres para com a religião e para com Deus, segundo Jacinto, passam bem longe de qualquer castigo físico. Para ele, ser um bom religioso é cumprir seus deveres, que se resumem em boas ações. A prática

constante do bem é que faz a mulher e o homem bons, não a fé desmedida nem a punição corporal.

É perceptível ainda como Angélica está convencida de que precisa dos jejuns e dos cilícios, como tem a certeza de que precisa se penitenciar para ser uma boa cristã. Interessante notar que o “fradinho santo”, como o confessor de Angélica é denominado, está em casa de alguns fidalgos, imaginamos então que em boas condições, bem longe de jejuns como os da religiosa. Notemos ainda que o controle mental que esse “fradinho” tem sobre as religiosas e sobre Angélica é muito forte, o que, veremos a seguir, não serve a nenhum propósito religioso, muito pelo contrário.

O que motiva Angélica a se penitenciar é a crença que ela tem, e que é inflamada pelo “fradinho” de que é uma grande pecadora. Jacinto de Deus tenta fazê-la mudar de ideia, mas ela insiste dizendo:

– Há maior pecadora do que eu fui! – exclamou ela gesticulando à feição de muito aflita – Por causa do meu pecado é que o senhor Tomás morreu... fui eu a causa da sua morte... Se eu o não fosse desafiar ao convento, estava ele vivo... e assim está morto e talvez para sempre nas penas do inferno!  
 – Isso disse-t’o o fradinho?  
 – Sim, senhor frei Jacinto; e, eu, esperando que Deus não condenasse ao inferno a alma do senhor Tomás, aplico todas as manhãs as minhas penitências por alma d’ele a ver se o tiro do fogo do purgatório. (CASTELO BRANCO, 1924, p.137).

Se antes era apenas uma culpa recôndita, agora Angélica tem a convicção de que é a responsável por tirar Tomás do mosteiro, por desviá-lo da vida de frade. Para a menina, seus jejuns e cilícios servem para tirá-lo do purgatório em que ela acredita que ele esteja, e isso, para Jacinto de Deus, é apenas uma falácia do “fradinho”. Ao lembrarmos do início da narrativa, no episódio em que Angélica vai à missa para observar Tomás, podemos já encontrar essa preocupação na alma dela. Sabemos que ela não estava confortável com o fato de amar um frade, com o fato de ir à missa para vê-lo. Havia, na descrição que o narrador nos fez dela, certo pudor. Não foi um pudor forte o suficiente para que ela não fugisse de casa antes de se casar com o tio, nem forte o suficiente para impedi-la de ir viver com Tomás e ter um filho com ele. Mas Angélica não se mostrou decidida a deixar completamente de lado as convenções religiosas, familiares e sociais. Logo, essa relação entre desejo e culpa nunca foi equilibrada, e frei Jacinto tentou em vão trabalhar nesse equilíbrio

no momento da morte de Tomás. A fé sem limites e totalmente irracional que frei Silvestre incutiu na alma de Angélica no convento, fez com que o pudor ganhasse terreno em seus pensamentos, e a culpa tomasse conta de seus sentimentos.

Frei Jacinto de Deus assusta-se com a narrativa mística de Angélica, e, já consternado pela situação em que ela se encontra, pergunta-lhe sobre o filho pequeno:

– Tens visto o teu filhinho?

Rompeu Angélica em soluços e gemidos, podendo apenas dizer:

– O confessor não quer que ele cá venha, se não de longe a longe.

– De sorte que eu perdi todo o império que tinha em tua alma! Há seis meses a minha vontade eram ordens divinas. Hoje, eu, em comparação do arrábido, sou nada (...) Pois pudeste, Angélica, obedecer ao fanático estúpido, que te ordenou que lançasses de ti, e do teu amor, e do teu coração o filhinho de Tomás? (CASTELO BRANCO, 1924, p.138).

A importância que Jacinto dá à maternidade é muito grande, e percebemos que ele se convence ainda mais de que o “fradinho” não pode estar certo. Afastar Angélica de seu filho é algo que não está nem perto dos deveres que produzem mulheres e homens bons. O comportamento de Angélica ao fugir de casa e ao viver com um rapaz que, pelas leis da igreja, devia respeitar o celibato e a função de frade, não era, segundo Jacinto, pecaminoso. Mas o abandono do filho pequeno por conta das ordens de um “fanático estúpido” pode ser uma atitude recriminável. Ou seja, Angélica torna-se contrária a um comportamento correto para a religião, segundo Jacinto, justamente no momento em que acredita ser mais fiel à religião do que nunca. Jacinto decide levar a criança para ver a mãe porque percebe que ela sente a falta do filho, mas se encontra confusa por conta dos péssimos conselhos que recebe do “fradinho”.

Nesse instante é importante notar como é representada uma personagem que tem bastante relevância na economia da narrativa, pois apresenta um discurso que converge com as ideias de Jacinto e com as do narrador. A senhora Maria é uma mulher advinda de outra classe social, que cuida do filho de Angélica enquanto ela está no convento. Além de recriminar a distância que Angélica mantém do filho, a senhora Maria percebe muito mais rapidamente que tipo de “fradinho” é o que a aconselha. No momento em que Jacinto leva a criança para ver a mãe, a senhora

Maria o acompanha. Os dois são impedidos de ver Angélica, porque ela está doente, porém Maria não acredita na doença da moça e acredita que quem a impede de ver a criança é o “fradinho”. Depois de uma freira defender o religioso dizendo que Angélica não pode sair devido a ordens médicas, a senhora Maria insiste:

– Havia de ser o frade – interveio a senhora Maria, esposa do espírito forte da alfândega – Que eu me não levante mais d'aqui se não foi o machacaz do frade! Má mez p'ró diabo do impostor, que aqui anda a comer as freiras com bichancrises! O meu Bento já me disse que qualquer dia lhe pega pelas pernas e o estatela n'uma esquina! Olha a praga que havia de cair n'este convento! (CASTELO BRANCO, 1924, p.150).

A senhora Maria mostra que está muito consciente do tipo de religioso que o “fradinho” Silvestre é. Um impostor. Posteriormente descobriremos que ele realmente é um impostor: vende ossos de animais como se fosse de santos, o que chamamos relíquias. Ele realmente será mandado embora violentamente depois que é descoberto o golpe que costumava armar, e Maria, uma mulher sem educação formal, que poderia ser considerada menos ilustrada que Angélica e por isso mesmo, menos capaz de perceber as “bichancrises” do fradinho, é quem de imediato enxerga a situação com muita clareza. Ela é a pessoa mais sensata na cena, e por esse motivo, é possível depreender que Camilo pretende figurar a religiosidade popular como a que na realidade está mais atenta às qualidades de freiras e frades.

O confronto que acontece entre frei Jacinto e frei Silvestre é relevante porque a concepção de religiosidade que leva Angélica à loucura é questionada pelo primeiro. A descrição de frei Silvestre já retira dele qualquer credibilidade: “orçaria por sessenta anos, ainda frescasso, cores sadias, introncado e algum tanto pançudo e cachaçudo” (CASTELO BRANCO, 1924, p.152). O fato de frei Silvestre estar gordo vai contra o definhamento de Angélica, que pratica constantemente os jejuns. Parece-nos que Silvestre não acompanha suas freiras nas penitências, e que ele deseja é apenas manter o controle sobre elas usando da religião, dizendo inclusive que prevê o futuro. Esse controle é muito importante para que ele possa vender suas falsas relíquias sem levantar suspeita, garantindo assim seu sucesso financeiro. Tanto a opulência física quanto a financeira não combinam muito bem com um frade que fez seus votos de pobreza. E a gula, como sabemos, é um

pecado capital. Silvestre então é desacreditado pelo narrador que nos oferece esses detalhes, e assim o seu discurso também é desacreditado. Dessa forma se configura a oposição entre ele e frei Jacinto, um homem bondoso, honesto e humilde, que tem seu discurso validado e compartilhado pelo narrador.

Quando os dois frades se encontram, suas convicções religiosas são discutidas. No momento em que Jacinto diz que levou o filho de Angélica para vê-la, Silvestre encena uma forte reação negativa:

– Valha-me Deus, valha-me Nossa Senhora, valham-me todos os Santos! – atalhou com santo frenesi o arrábido – Não falemos nisso, que é uma desgraça, uma verdadeira calamidade, senhor frei Jacinto, e releve que eu lhe diga, com muitíssima agonia do meu coração, que não deve aqui vir mais essa criança, nem vossa paternidade consentir que a mulher não leve por diante a sua conversão que tão bem dirigida vai... (CASTELO BRANCO, 1024, p.153).

A forma exagerada como frei Silvestre reage mostra apenas seu cinismo, pois o religioso quer se fazer parecer muito respeitador dos dogmas, afirmando que a criança seria uma desgraça, porque filho de uma relação pecaminosa. A conversão de Angélica, segundo ele, dependia de que ela não fosse lembrada de seus pecados, e portanto, que não visse o filho. A diferença entre o tratamento que frei Jacinto de Deus e que frei Silvestre dão à criança é notável. O primeiro não se importa se o menino é resultado de uma relação que não recebeu o dogma do matrimônio, na realidade, Jacinto cuida dele como de um filho, arcando com os custos de sua criação. Já Silvestre sugere que a criança seja deixada na roda dos expostos, que seja abandonada. Jacinto questiona o comportamento de Silvestre com relação à maternidade:

Acha edificante lanço arrancar-lhe as entranhas maternais, e encher-lhe o seio de imagens do inferno que a trazem espavorida, estúpida e até desnaturada dos sentimentos de gratidão para mim, que a salvei nos meus braços, quando a miséria, pior que a morte, a ia talvez levar à voragem das perdas! Que santo é vossa reverência, que veio aqui fazer o mal que nem as legiões infernais confederadas conseguem vingar! Responda, padre, se a vergonha ou o remorso o não estrangularem! (CASTELO BRANCO, 1924, p.155).

A contraposição que Jacinto faz entre a maternidade, que seria o melhor caminho para Angélica superar a morte de Tomás e tornar-se mais forte depois das dificuldades pelas quais passou, e entre o ascetismo em que ela foi mergulhada por Silvestre, deixa claro que ele acredita que o “fradinho” não age como um bom religioso. Silvestre inclusive deveria estar repleto de vergonha ou de remorso por afastar um filho pequeno de sua mãe, por fazê-la negar os deveres maternais e por incutir nela o medo constante de que Tomás estivesse sofrendo no purgatório por sua responsabilidade. Jacinto ainda lembra que ele a salvou da miséria – algo que tem relação direta com a fuga de Angélica de casa, o que retirou dela o direito à sua herança, e que ele pode ser considerado aquele que realmente cumpriu seu papel como religioso, fazendo o bem, usando seu dinheiro para ajudar a ela e à criança.

Nessa primeira visita, Angélica não pode ver o filho porque estava doente. Então frei Jacinto retorna com o menino para que ele visite a mãe, e leva consigo novamente a senhora Maria. Ao ver o filho Angélica rompe em gritos e exclama: “Meu filho! Meu amor! Meu querido anjo!... Vai para o céu, filho da minha alma, vai para o céu, e pede a Deus por teu pai, pede-lhe que o não lance no inferno para todo o sempre” (CASTELO BRANCO, 1924, p.159). Percebemos que ela chega ao ponto de desejar a morte da criança para que salve a alma de Tomás. Para frei Jacinto, ela chegou ao limite da sanidade, e ele faz uma proposta:

Esta mulher não pode aqui estar, nem precisa estar onde por força há de ser mal vista, embora se macere com penitências e leve o seu ascetismo até a desmoralização de renegar o filho. Angélica, é necessário que te retires deste convento. Irás para outro; eu te escolherei em Guimarães ou Braga, mosteiro onde possas amar e servir Deus sem romper os laços que te prendem ao teu filho. (CASTELO BRANCO, 1924, p.159-160).

A senhora Maria concorda com Jacinto e alerta Angélica que o mais prudente seria aceitar a mudança. Inclusive tenta convencer a moça de que “não há inferno nenhum. O inferno é cá neste mundo. Quem não tem que comer nem beber, nem umas palhas em que se deite, isso é que é inferno!” (CASTELO BRANCO, 1924, p.160). A senhora Maria mostra-se mais realista que Angélica, tentando mostrar a ela outras dificuldades pelas quais poderia passar sem o auxílio de Jacinto, e que essas sim seriam algo infernal. Tenta ainda fazer com que Angélica perceba que a

situação em que se encontra, parecendo “que a desenterrassem” (CASTELO BRANCO, 1924, p.160) era que poderia ser considerada outra forma de inferno.

A clareza com que Maria vê a situação de Angélica é interessante porque sendo ela uma mulher pobre e sem instrução formal, o que seria de se esperar era que fosse talvez mais suscetível a acreditar cegamente no “fradinho”. Mas sua fé mostra-se mais esclarecida do que a da moça. Tanto Maria quanto Jacinto acabam por perguntar-se se ela não estaria demente, já que recusa a mudança proposta pelo frade, e ainda garante que não está demente, mas sim em uma situação pior: “condenada às penas eternas” (CASTELO BRANCO, 1924, p.161).

Jacinto se convence de que não há mais volta para a sanidade de Angélica e declara:

Aí está uma filha espiritual do santo frade arrábido. É essa criatura que já tem o melhor da vida morto em si: razão e coração morreram! Aí está! (...) O supremo juiz pedirá contas ao frade que te reduziu a isso, pobre louca! Não temas o inferno, que a responsabilidade de teus crimes já não é tua: é do teu confessor. (CASTELO BRANCO, 1924, p.162).

A declaração de Jacinto nos mostra que ele acreditava que tanto a razão como os sentimentos eram importantes para Angélica. Ele é um religioso que defende uma fé racional, sem nenhuma forma de cegueira ou ascetismo. É notável ainda que ele não culpa somente a moça por suas escolhas, mas sim Silvestre, que a colocou em uma situação de medo, irrealidade e sofrimento. Isso é importante porque de certa forma salvaguarda Angélica de se transformar em uma personagem indesejada pelo leitor, afinal, por mais que ela tenha agido mal com o filho e tenha se mostrado crédula demais às mentiras de Silvestre, Jacinto ressalta o fato de ela ter sido manipulada pelo “fradinho”. Podemos então pensar que tanto o fato de Angélica não ter sabido como lidar com a culpa que carregava por ter fugido de casa e porque vivia com Tomás sem o matrimônio, quanto o controle emocional que Silvestre exerceu sobre ela, a levaram ao desequilíbrio emocional. Precisamos lembrar que a culpa de Angélica advém do não cumprimento do código social recomendado a uma mulher: a obediência aos pais, no que se refere ao casamento que eles arranjaram, e também a obediência religiosa, que recomenda que uma mulher não “tente” um homem, principalmente se ele for um frade. O desejo feminino é totalmente

cerceado, e no caso de Angélica, ela sofre por ter seguido seus desejos e também pela recriminação, principalmente religiosa, que recebe.

Jacinto de Deus, já envelhecido, desiste de tentar convencer Angélica a fazer qualquer mudança. Ele dedica-se aos cuidados com o filho dela, que tem o mesmo nome que o seu: Jacinto. Perto de sua morte, o frei recomenda a seus sobrinhos que cuidem do menino e que deem a formação necessária para que ele escolha uma profissão quando adulto. A morte de Jacinto de Deus é narrada de forma poética, o que corrobora a visão positiva que o narrador tem dele. Seu rosto, depois da morte, é descrito pelo narrador como “glacial, com o riso do adeus ao mundo em que deixara alguma parte de sua essência de anjo” (CASTELO BRANCO, 1924, p.168). Uma partida que só poderia ser de alguém classificado como muito bom homem e frade. Com a morte de Jacinto, a sua família para de fornecer os recursos necessários para a permanência de Angélica no convento. Em uma votação feita pelas “bondosas” freiras companheiras de Angélica – e aqui usamos da mesma ironia de que Camilo faz uso – decide-se pela expulsão da interna que agora, sem Jacinto de Deus, não tem mais como pagar por sua estadia. Ela vive lá por mais algum tempo sustentada pela esmola que sua antiga ama lhe destina.

### **2.3 O transtorno de Angélica**

A família de Jacinto de Deus não cumpre com o que tinha sido acordado com o frade a respeito da criação do pequeno Jacinto. O menino termina vivendo de forma bem diferente do que as outras crianças da família, sem educação formal, sem roupas e alimentação adequadas. Adotado por um frei que era amigo tanto de Tomás quanto de Jacinto de Deus, chamado João Antonio, o menino vai uma vez mais ver a mãe no convento. Angélica, quando é chamada a ver o filho, luta contra seus sentimentos maternos em nome da punição que ainda acredita ser necessária para salvar-se e salvar Tomás do sofrimento infernal. O narrador afirma que nesse instante ela “quedou a represar a veemência do coração, para não deixar-se arrebatado de pecadora alegria. Venceu-se. Venceu o demônio que por um triz lhe

não mete no peito um coração maternal” (CASTELO BRANCO, 1924, p.182). Notamos que Angélica está completamente tomada pela cegueira de sua fé irracional, totalmente convencida dos perigos do inferno, da materialidade de seus pecados e do sofrimento tanto físico quanto emocional, para evitar que tudo que temia se realizasse. Ela não era uma má pessoa, podemos concluir. E frei Jacinto estava certo quanto à culpa de frei Silvestre na maneira como Angélica passou a entender a religiosidade. Ela se nega à alegria, porque a alegria é sem dúvida um tipo de pecado.

João Antonio, depois de perceber que Angélica evitava qualquer afetividade para com o filho, já com quatro anos, começa a sentir certo nojo dela. Segundo o narrador, o nojo se dava porque “o corpo, os olhos, a boca, tudo nela a trejeitar de um modo típico de beataria, vaporava um certo fedor da santidade específica daquela espécie” (CASTELO BRANCO, 1924, p.186). Tal sensação nos mostra como fisicamente Angélica estava diferente da jovem saudável do início do romance, que era “alta, reforçada, com nálgas e espáduas boleadas, breve cintura separando os tumentes seios das ancas maciças e rotundas, e cabelos em ondas lustrosas” (CASTELO BRANCO, 1924, p.10). Tal mudança em pouco tempo mostra como o transtorno psicológico é representado não apenas como uma forma de desordem mental e sentimental, mas também como uma forma de descontrole e sofrimento do corpo. A identidade de Angélica muda com o desequilíbrio que toma conta dela, isso porque além de ela estar desumanizada com a perda da maternidade, seu corpo também perde aspectos humanos. Ela definhará mais e mais até seu fim, mas antes disso o narrador se dedica a um capítulo em que somente o discurso dele aparece, trata-se de um capítulo em que ele teoriza sobre a situação de Angélica, sobre o “beatério”, que segundo ele é resultado de uma fé desmedida e irracional.

O principal argumento que o narrador utiliza para demonstrar que a fé, quando cega pode transformar-se em beatério, é o excesso de conceitos que os religiosos usam para referir a algo muito simples. Sua ideia central é que a religião se simplifique, e para tanto ele refere-se à oração do Pai Nosso e no entendimento da mensagem que ela traz. Segundo ele o beatério se oporia à simplicidade e à sinceridade do Pai Nosso, e, além disso, a complexidade dos conceitos religiosos pode “desmanchar a ordem das ideias” (CASTELO BRANCO, 1924, p.191). Para ele

a palavra beatério “assumiu proporções de zombaria; mas o que há aí de lágrimas e lama nessa palavra não o calcula a chacota e a indiferença” (CASTELO BRANCO, 1924, p.191). Uma vez mais ele situa Angélica entre o ódio e a dó. Ou seja, por conta do beatério dela, podemos sentir ódio de sua postura, principalmente como mãe. Mas sabemos muito bem que não somente a sua inocência com relação à religião foi a razão de seu enlouquecimento. As crenças de Angélica no valor das regras sociais e a condenação de seu comportamento por frei Silvestre, levaram-na ao estado deplorável em que se encontrava quando saiu do convento para viver de esmolas. Ela toma essa atitude por causa da morte da ama que a sustentava, e sem esse apoio, decide que viverá somente com o necessário, e que isso poderá ser conseguido com doações ao longo de seu caminho fora do convento.

Nessa época da saída para a peregrinação, ela já está totalmente mudada e envelhecida. O narrador afirma que ela tinha “quarenta e indo com parencas de sessenta” (CASTELO BRANCO, 1924, p.198). Ao encontrar duas mulheres que param para ajudá-la, Angélica responde a algumas perguntas que mostram a perda da sua identidade:

Acompanharam-na até Ponte Ferreira duas mulheres da casa caritativa que lhe quisera dar boa ceia e cama, e lhe foram perguntando de onde era.  
 – Sou deste vale de lágrimas – respondeu ela.  
 – E como se chama?  
 – A Penitente.  
 – Para onde vai?  
 – Não sei, minhas irmãs em Jesus Cristo. (CASTELO BRANCO, 1924, p.201).

Angélica oscila entre o uso de seu nome e o uso do adjetivo com o qual ela deseja se caracterizar. Ela prefere ser conhecida como “a Penitente”. Ou seja, em sua identidade o que tem relevância nesse momento de sua vida é o sofrimento que insiste em infligir a si mesma. Depois de tantos anos de penitências, fazendo uso de jejuns e cilícios, ela ainda acredita que precisa pagar por seus pecados e pelos de Tomás. É visível como a sua estadia no convento foi prejudicial, ao menos enquanto frei Silvestre ainda vivia por lá. Ele pode ter sido expulso porque era um criminoso que vendia ossos de animais como sendo de santos, mas Angélica não percebe que tudo o que ele tinha incutido no espírito e na mente dela não passava de uma

estratégia para controlar a todas elas, e se fazer respeitado. Ela continua mergulhada em uma espécie de êxtase espiritual, vista pelo narrador como negativa, como parte de seu desarranjo psicológico.

No dia seguinte a esse diálogo, Angélica chega à cidade onde vivera, quando era menina e ia às missas apenas para ver Tomás. Devido ao frio que faz na cidade no momento de sua chegada, ela é convidada por uma família a entrar em casa deles para aquecer-se e comer. Ela reconhece seu irmão e se dá conta de que ali era a casa de sua família, onde vivera anteriormente. Angélica pergunta a seu irmão se ele tem filhos, e ele afirma que uma de suas filhas está doente, que ela "pegou a não comer, a imaginar e chupar-se, que está na pele e osso. Tem bebido tudo quanto há na botica e não sai dali. Está tolhidinha!" (CASTELO BRANCO, 1924, p.202). Angélica faz à doente perguntas que fazem parte de um ritual de exorcismo, que ela aprendeu com seu confessor, o "fradinho" Silvestre.

Eram sessenta e uma as perguntas do estilo. A exorcista, porém, só em três respostas se deteve esclarecendo-se com outros interrogatórios. Foi uma quando a moça disse que sentia às vezes um forte arrepio ou formigueiro, e assim a modo de uma cobra a correr por toda ela. Era de notar esta espécie, porque lá vem marcada no capítulo dos *Sinais certos e evidentes de diabrura*. A segunda foi dizer a moça que não podia comer a comida como antes. Esta anemia de estômago que hoje se cura com bismuto e ferro, está também à conta do pobre diabo, no "Método" do arrábido. Foi o terceiro reparo chorar a rapariga sem motivo, e ter zumbidos nas orelhas. Isto é também duas diabruras a um tempo. (CASTELO BRANCO, 1924, p.203-204).

A ironia com que o narrador descreve a entrevista mostra que ele pouco acredita em possessão demoníaca. Os sintomas são simples e, como ele bem lembra, então curados pela ciência que receita "bismuto e ferro". A sua crítica é direcionada para o método do arrábido, e temos uma visão mais clara de que tipo de religiosidade ele se dedicava a pregar, baseada no misticismo e no medo do demônio.

Mas existe uma contraposição entre o diagnóstico que faria o arrábido do que tem a menina e do que Angélica acredita que ela tem. Podemos notar, nesse instante, que a "Penitente" não perdeu a memória, e consegue fazer um julgamento correto sobre o que aflige a menina. Ela pergunta à sobrinha se tinha alguma "paixão da alma" e se tinha pecado contra a castidade. A menina responde que sim

e que seus pais, que não permitem o casamento com aquele que ela escolheu para amar, é que fazem de conta que o que ela sente é resultado de um feitiço ou possessão. Angélica descobre que o irmão não quer que a filha se case porque o pretendente é pobre, e deseja que se case com um brasileiro velho e rico. Angélica pede ao irmão que permita o casamento, mas ele se recusa, e ao insistir no pedido ela conta que conheceu a irmã dele e compara as histórias para que ele perceba o erro que está cometendo ao não dar a devida atenção ao desejo de sua filha. Durante tal conversa, o irmão de Angélica conta a ela o que aconteceu com seu sobrinho, o pequeno Jacinto. Ele foi para o Brasil com a ajuda de João Antonio e enriqueceu, depois se casou.

Esse episódio é importante porque mostra a continuidade da opressão familiar, do casamento por interesses e do sofrimento a que as mulheres são destinadas por não poderem seguir seus sentimentos. A ligação entre Angélica e Mariana, sua sobrinha, nos dá conta de como a realidade para as mulheres era opressiva, controlada pela família e, como resultado dessa vigilância extrema, triste. O peso da ordem paterna e do controle que os pais têm sobre os filhos nada mudara durante aqueles anos, e mesmo com o relato de Angélica para seu irmão, sobre como o pai a tinha feito sofrer e que por culpa dele ela tinha fugido de casa e agora estava, segundo suas crenças cegas, provavelmente no inferno, ele não muda de opinião sobre o casamento que arranjara para sua filha.

Angélica vai embora sem insistir no tema, e é notável que ela não tem uma doença mental exatamente, porque durante toda a visita mostra-se muito lúcida tanto sobre o que aconteceu no passado, como com relação a situação de sua sobrinha. Na realidade, acreditamos que Angélica assimilou a culpa religiosa até um ponto em que seu misticismo pode ser confundido com loucura. O sofrimento que impinge a si mesma como forma de punição a transforma em uma pessoa muito envelhecida e fraca. Podemos então assumir que ela sofre com as opressões sociais em dois momentos: quando se sente culpada por viver com Tomás, e quando essa culpa é ferozmente alimentada no convento por frei Silvestre. Seu discurso religioso e sua aparência física a fazem ser chamada de “bruxa”.

## 2.4 O fim de Angélica

Angélica Florinda tem um importante momento de reconhecimento do seu passado na casa de seu irmão, no episódio da entrevista com a sobrinha Mariana. Depois disso, ao voltar a vagar pelos arredores, o narrador nos informa que ela já não faz questão de se lembrar mais do que viveu anteriormente.

Ao caminhar por quinchosos, campos e arvoredos da sua aldeia, e tantas memórias ali renascidas de sua juventude, dos seus amores e saudades, qual seria o sentir da alma de Angélica? Oh! Passava sem os ver! Era o esquife a transportar o cadáver da peregrina, amantíssima e saudosa moça que ali vivera. O espírito que ainda impulsava aquele escarnado arcabouço ia embebido na ideia de perfeição mística pela penúria, na esqualidez da indigência como enfeite e gala de noiva para as núpcias divinas. (CASTELO BRANCO, 1924, p.209).

Angélica evita as lembranças de sua juventude, da época em que era uma moça saudável. Ela está completamente mergulhada na ideia do sofrimento como algo necessário para não ir ao inferno, para, ao invés disso, ir ao céu de encontro a Deus. O narrador é irônico com essa proposição, pois faz uma crítica à forma como deve ser, na ideia de Angélica, a aparência que ela deve ter para as núpcias divinas. Ao invés de levar suas boas memórias e boas ações, ela levará sofrimento e dor.

Depois de quase morrer de frio e fome, ela se estabelece no Monte Córdova, perto de uma capelinha da qual ela decide tomar conta. Sua já referida fama de bruxa – podemos depreender desse termo que a consideravam também uma espécie de curandeira - espalha-se e muitas pessoas decidem subir ao Monte Córdova em busca do apoio espiritual de Angélica.

Começaram a procurá-la as doentes da alma e do corpo. Era ano aquele de extraordinária invasão de demônios nos sujeitos corpos das raparigas dos arredores, em virtude de, no ano antecedente, haverem casado duas energúmenas, cujos diabos tinham fugido, logo que os pais consentiram que elas casassem com outros mais imundos (...). as endiabradas saíam despejadas do satânico recheio das mãos da exorcista, umas para casarem, outras para levarem valente bordoadas dos pais que, a um tempo, cuidavam vingar-se delas e do diabo. (CASTELO BRANCO, 1924, p.212).

As meninas se diziam possuídas pelo demônio para tentar convencer seus pais de que o melhor remédio seria o casamento. É interessante notar que o desejo feminino, nesse caso, ganha ares de algo demoníaco. A verdade é que nenhuma delas estava de fato possuída, porém era o único artifício de que podiam fazer uso, pois conseguiam manipular seus pais por meio do medo do diabo. A comparação do homem com o diabo, no trecho em que o narrador afirma que os noivos eram demônios apenas mais imundos, é importante. Camilo mostra-se incrédulo em relação a tais superstições. Para ele não é possível acreditar nestes misticismos sem o risco de parecer ridículo. Aqueles que acreditam em possessão são tidos como inocentes e bobos, pois são manipulados pelas filhas que desejam se casar com quem amam. A proposta de uma fé mais racional, em que o sofrimento e o medo não sejam o foco, parece estar presente no discurso de Camilo.

O ideal seria que o poder paterno sobre os filhos não fosse tão tirânico. Essa proposta pode ser encontrada em boa parte da obra de Camilo, que condena os pais que, por interesse financeiro, ou para manter as aparências burguesas, destinam os filhos ao sacrifício de uma vida religiosa sem a presença de uma verdadeira vocação ou ao casamento sem nenhum sentimento verdadeiro entre os noivos.

O filho de Angélica e Tomás, como descobrimos anteriormente, havia enriquecido no Brasil e ganhou o título de barão devido à compra de uma quinta. Era um homem bastante generoso e que tinha o desejo de reencontrar a mãe. Mas antes de tal reencontro, um episódio nos interessa.

O irmão de Angélica, o mesmo que deu hospedagem a ela sem reconhecê-la, sabendo da riqueza do sobrinho, vai até a casa dele anunciando-se como um parente. Questionado por Jacinto sobre algum tipo de ajuda que poderia ter dado à irmã, ele reconhece que nunca a procurou. Jacinto expulsa o tio de casa e expulsa também o irmão de seu pai, que com as mesmas intenções procura pelo sobrinho. O narrador nos convence de que Jacinto tinha a índole muito parecida com a de seu pai, que era um homem correto que não se deixava levar pela bajulação interesseira. Tomás sempre seguiu seus ideais, morreu em batalha, mantendo sua honra. Seu filho, também se mostra honrado ao manter viva a memória de seus pais. Mas ele é barão, enriqueceu no Brasil, assim como o pretendente da juventude sua mãe. Porém, ele é poupado de críticas pelo narrador, isso porque, mesmo

sendo portador de um título que só tem devido à riqueza que acumulou, ele não se deixa levar pelas relações burguesas de interesse e falsidade.

Sua procura por Angélica mostra que ele está, de certa forma, consciente de que ela não teve a culpa integral de abandoná-lo. Ele percebe que a família dela, incluindo seu tio que viera visitá-lo, é muito responsável pelo destino que sua mãe e ele tiveram. Se eles fossem mais flexíveis em relação ao desejo de Angélica, talvez ela não tivesse vivido com tamanha culpa. Se esse irmão não tivesse concordado com o fato de ter ficado com a totalidade da herança só porque Angélica tinha fugido, talvez ela e Jacinto poderiam ter tido um destino diferente e mais feliz. Eles também poderiam ter procurado o sobrinho e ter cuidado dele, mas não fizeram isso. Procuraram-no apenas quando souberam de seu enriquecimento e das possíveis vantagens que obteriam dessa relação com um barão.

Jacinto acolhe em sua casa apenas uma pessoa, já que seu benfeitor, João Antonio, havia morrido muito tempo antes. A senhora Maria e seu esposo são os únicos que recebem atenção do barão. Mais uma vez a senhora Maria é a pessoa que recebe consideração, que se mostra melhor do que os burgueses.

Ao saber que há uma mulher vivendo da caridade dos outros no Monte Córdova, Jacinto e sua mulher decidem fazer uma espécie de peregrinação até lá, para conhecer a famosa bruxa que tem a fama de curar e orar pelas pessoas que sobem o Monte.

O contato com Angélica deixa Jacinto bastante impressionado com a dedicação da ermitã às causas religiosas, mas ele não reconhece a mãe, dado o seu estado deplorável e também a pouca idade que ele tinha quando se separaram.

Jacinto e sua família encontram no Monte um soldado já velho que conhecera seu pai Tomás. No momento em que eles começam a lembrar a morte do alferes, Angélica ouve o nome do amado e começa a passar mal com a lembrança. Nesse instante ocorre o reconhecimento entre Jacinto e sua mãe. Mas Angélica encontra-se muito enfraquecida para suportar tamanha emoção que suas lembranças e o encontro com o filho e os netos proporcionam. Afirma o narrador que “a cabeça da moribunda escaldava e o sangue batia-lhe velocissimamente nos pulsos. Era um incêndio febril, a labareda que pegara nas arestas daquela adelgada vida” (CASTELO BRANCO, 1924, p.232).

Ao saber do estado da bruxa, muitos de seus seguidores sobem o Monte para acompanhá-la em seus últimos momentos. É uma cena interessante porque Angélica de certa forma se redime de seus atos motivados pelo seu ascetismo cego e irracional. Ela havia destinado todo o tempo que passara no Monte para ajudar as pessoas que ali vinham em busca de consolo espiritual. Não há sinal de que ela perpetuou a visão supersticiosa da religião, que tanto mal fez a ela. Isso podemos depreender do fato de ela reconhecer as verdadeiras causas do mal estar das meninas impedidas de se casarem com seus amados.

A morte de Angélica é narrada de forma tão poética quanto à morte do frei Jacinto de Deus. Afirma o narrador que “soou nas quebradas da serra um longo gemido. Ajoelharam-se todos, alongando a vista pela amplidão do céu, como se vissem o trânsito luminoso de uma alma. Depois, não quiseram descer da montanha sem beijarem a mão da defunta” (CASTELO BRANCO, 1924, p.235). Tal descrição mostra como ela era respeitada por todos. É interessante notar como Angélica transitou da religião dogmática e asceta para uma espécie de ilegalidade religiosa, ao se transformar em curandeira ou benzedeira, chamada de bruxa. Essa mudança também a redime aos olhos do narrador, porque Angélica deixou o enclausuramento do convento, onde dava importância apenas a sua salvação e a de Tomás, e foi para um local público e bastante visitado pela comunidade. Ela ajuda outras pessoas a alimentarem sua religiosidade, e parece que é isso que a salva de seus pecados (para o narrador o maior, e talvez o único deles tenha sido o abandono do filho).

A morte de Angélica, o que significa o mesmo que sua provável redenção e subida ao céu só acontece quando ela reencontra o filho. Isso pode ser explicado pelo choque que o reencontro causa, por sua saúde estar debilitada depois de tanto sofrimento, mas também pode significar algo mais profundo. A retomada da maternidade, dos sentimentos pelo filho é parte da redenção dela. O pequeno diálogo que ela mantém com Jacinto antes de morrer ela pede perdão e explica a ele que o que fez foi para salvar Tomás do inferno em que ela ainda acredita que o seu amado esteja.

A narrativa termina com a transformação da velha capela de que Angélica tomava conta em um local elegante. Quem faz essa bem feitoria é Jacinto, que tenta honrar a memória de sua mãe. Tal atitude de Jacinto acaba por desagradar parte do

clero local que considerava absurda a homenagem a uma bruxa. Interessante notar como Angélica é desconsiderada pela igreja a que tanto dedicou seus esforços religiosos. A crítica do narrador é aos religiosos que se importam mais com os dogmas e as burocracias do Catolicismo do que com as boas ações. Angélica readquire sua humanidade no momento em que se afasta da religião institucional e volta-se para uma prática mais popular, próxima da comunidade do Monte Córdova.

Jacinto vive uma vida pacífica, pois é descrito pelo narrador como um homem que ajuda a todos que podem e que se orgulha muito de sua origem pobre. Ele é muito diferente de seus familiares, tanto maternos quanto paternos, é um burguês que não se importa com aparências ou com as regras sociais burguesas, tanto que não esconde atrás de seu baronato sua origem pobre e a vida sofrida que seus pais tiveram. Ele é um burguês justo, honrado. É uma personagem que serve para que o discurso do narrador seja equilibrado, afinal, ele acredita que alguns valores burgueses são hipócritas e sujos, mas não acredita que a riqueza seja condenável.

*A Bruxa de Monte Córdova* é um romance que tem como centro a crítica à sociedade cínica, à religiosidade institucional cheia de regras vazias e de dogmas que se forem seguidos muito à risca podem fomentar uma fé cega, asceta, que mais prejudica aquele que acredita do que auxilia em sua busca pela salvação. É ainda uma narrativa que mostra como a mulher impedida de viver tranquilamente e sem culpas o seu desejo, pode desenvolver um estado emocional crítico, em que o sofrimento acaba transformando sua vida em uma experiência dolorosa.

### **3 A DOIDA DO CANDAL**

O romance *A doida do Candal* foi publicado por Camilo Castelo Branco em 1867, mesmo ano de publicação do já analisado *A Bruxa de Monte Córdova*. Também é uma narrativa na qual encontramos uma mulher que entra em crise depois de perder seu amado, e, nesse caso, não há nenhuma motivação religiosa que a leve ao que poderíamos chamar de demência, mas sim o sofrimento por que passa ao se ver sozinha, sem o apoio do homem com quem teve um filho. Iniciaremos nossa análise examinando a relação desse casal.

#### **3.1 Maria de Nazaré e Marcos Freire**

Maria de Nazaré é uma mulher de “classe média” (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1048), filha de um tamanqueiro, que não é casada com Marcos Freire, mas que com ele tem um filho. “Ela não lhe chamava esposo, e assim mesmo cuidava que a sua união com ele estava santificada pelo anjo de Deus e de ambos” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1048). Podemos notar pela descrição do narrador, que a relação que os dois mantêm conta com a benção principalmente da criança, e não com o sacramento do matrimônio. Para Maria inclusive, tal sacramento não é de tanta importância, pois ela acreditava que Marcos era seu esposo porque os dois eram unidos por algo mais sagrado que o dogma. É perceptível a visão de que o amor é mais relevante do que a burocracia religiosa.

Maria “fugira incondicionalmente aos pais, quando o fidalgo lhe deu uma casinha campestre, com a tristeza da soledade e a alegria das flores em volta, e ao pé dela a bem-aventurança do amor” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1048). Marcos é um fidalgo, e não vive constantemente com Maria na casa que deu a ela. Isso se dá por conta de sua posição social, já que não é correto, para a sociedade em que ele vivia, se unir com uma mulher de classe mais baixa. Maria não era pobre, como

citamos anteriormente, era filha de um profissional liberal, mas nem de longe poderia se casar com um fidalgo.

Esse julgamento vinha principalmente dos amigos de Marcos, pois nos informa o narrador que:

Maria, não obstante a alta estimação em que tinha a sua fortuna, era, no juízo das pessoas que lhe sabiam o destino, conceituada em conta de criatura abatida ao estrado das perdas. Daí vinha o nenhum pundonor que os amigos de Marcos Pamplona queriam que lhe ela e o filho tivessem no espírito, desdourando-a, sem a nomearem, nos confrontos em que a punham com as esposas legais, e desestimando a insignificante prisão de um filho, manchado da ilegalidade com que abriu os olhos à luz deste planeta. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1048).

Maria, como vemos, aparentemente não se importa com o fato de não ser casada com Marcos porque acredita que o filho dos dois os abençoa. Mas outros fidalgos fazem questão de lembrar a Marcos a inconveniência de sua ligação com a filha do tamanqueiro. Sugeriam inclusive que a criança tinha pouca importância frente às crianças filhas de um casamento legal, reconhecido pela igreja. É visível que há duas formas diferentes de ver a relação dos dois, a forma adotada por Maria, que é apoiada pelo narrador, e a forma que os fidalgos amigos de Marcos utilizam. Para ela o amor vale mais que a posição social do casal, já para os fidalgos, as aparências e o julgamento alheio devem ser levados em consideração, sendo mais importantes que a vida da criança, que, para eles, era tida como ilegal. Notável a forma como eles se referem à criança, tratando-a como um objeto. Podemos entender tal atitude porque os filhos eram nada mais que herdeiros, continuadores da riqueza dos pais na sociedade. Se um filho não servia a esse interesse, ou se era fruto de uma relação que nada acrescentaria à fortuna do fidalgo, logo era descartável.

Sobre esse comportamento frio e desumano o narrador afirma:

A juízo de tais – homem que amparava a mulher, por amor dele tão perdida quanto o mundo a condenava, e se deixava enfiar nos encantos de um filho que, segundo o uso e a prudência, devia ter já ido à sepultura pelo postigo dos enjeitados – tal homem arguia com indignidade e despundonor

esquivando-se, por tais motivos, de conjurar com os briosos sectários de seu tio, o enforcado general Gomes Freire. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1048).

O tio de Marcos fora um revolucionário morto por mouros e cristãos portugueses. Era uma figura importante, e, de acordo com os amigos referidos, Marcos não honrava o nome do tio, nem poderia conviver com os seus companheiros, simplesmente porque fazia questão de cuidar tanto de Maria, quanto de seu filho. É grave o cinismo que há na afirmação dos fidalgos, pois Marcos estava agindo de forma correta, porém, para a opinião pública, deixar morrer uma criança filha de uma mãe pobre e de uma relação ilegítima é que era o certo a se fazer. Caso agisse assim Marcos obteria respeito de seus convivas. O narrador informa que ele era um bom homem, religioso inclusive:

Marcos Freire não desprezava os ditames da religião de Jesus nem os liames sociais constituintes e reguladores da família. Bastava-lhe amar seu filho para aceitar como justo e bom tudo que houvesse de o nobilitar aos olhos do mundo. Bastava-lhe o afeto reconhecido à cega menina, que só a ele vira à luz do seu amor desinteresseiro, para a miúdo pensar na felicidade e obrigação de dar ao seu filho mãe respeitada e defendida das injúrias da virtude intolerante. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1049).

Marcos acredita que segue as regras cristãs e sociais ao amar o filho, sendo assim um homem justo e bom. Deveria ser reconhecido como tal pela sociedade, pois se convencera de que as injúrias destinadas à Maria eram uma forma de virtude intolerante, ou seja, uma forma de virtude que, cheia de regras sociais rígidas, e no mais das vezes, hipócritas, acabava por deixar de ser virtuosa.

Importante observar que o amor de Maria é descrito como desinteresseiro, que a união com Marcos não aconteceu porque ele era rico e poderia dar a ela uma vida de luxos que não tinha enquanto filha de um sapateiro. É notável ainda que o narrador insiste no fato de que ela amava Marcos de forma cega, o que nos dá uma pista sobre a dependência, tanto econômica quanto emocional que ela tem dele. É fundamental compreender que Maria tem apenas Marcos como seu defensor de

todas as injúrias que são feitas a ela. Podemos prever desde já como seria seu sofrimento caso ela o perdesse, o que de fato acontece ao longo da narrativa.

O pai de Marcos, Cristóvão Freire, e seus parentes, também são todos contrários à união dele com Maria. Em uma conversa sobre o tema, um amigo da família, Osório do Amaral (que também é padrinho do filho de Maria e Marcos), adota um discurso mais humanizado e justo, e responde o seguinte a uma prima que afirma que Marcos romperia vínculos com toda sua família caso assumisse sua relação com Maria: “minha prima e senhora, se Marcos romper com toda a sua parentela, creia Vossa Senhoria que um homem que tem esposa e um filho não precisa de mais parentes” (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1051). No discurso de Osório podemos reconhecer a opinião do narrador sobre os fatos. Ele é um militar já aposentado, muito honrado e generoso. Suas opiniões e ideias são autorizadas pelo narrador por conta de sua postura impecável – tal como frei Jacinto de Deus em *A Bruxa de Monte Córdova*. A concepção de Osório não vai de encontro com a opinião pública sobre o que seria uma família. Para ele Marcos estaria muito bem caso tivesse apenas a companhia de sua esposa e de seu filho, não interessando a ele a aprovação do resto de seus parentes.

Marcos tem uma prima que o ama, Lúcia Peixoto. Ele a considerava uma grande amiga, uma espécie de irmã. Lúcia é também uma personagem retratada como justa e honesta, tendo seu comportamento e discurso autorizados pelo narrador. Ela conhece a história de Marcos, a existência de Maria e do pequeno filho dos dois, pois é madrinha da criança, e, mesmo sendo apaixonada por ele, e tendo a aprovação de Cristóvão Freire para se casar com Marcos, prefere que ele honre sua relação com Maria e com o filho. Tal preferência pode ser relativizada, já que Lúcia mostra-se publicamente favorável à escolha de Marcos em manter-se ao lado de Maria, mas em seu íntimo, alimenta seu amor pelo primo. Podemos afirmar que ela não tem escolha, pois sendo uma mulher justa, para não trair a postura ética que defende, abre mão de seus sentimentos para que Marcos faça o que é considerado correto por ela: que ele seja um bom protetor para Maria e para o filho. Lúcia tem um irmão, Simão Peixoto, que deseja interná-la em um convento para ficar com a parte da herança que cabe a ela. Mas ela abomina tal ideia, não somente porque ama Marcos e pretende ficar perto dele mesmo que apenas como prima, mas também

porque tem uma ideia religiosa que o narrador nos esclarece: “convento é que ela detestava, com ressalva dos seus sentimentos religiosos em que Lúcia era mais afervorada e menos hipócrita que as damas de sua prosápia” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1052). Ela é uma jovem religiosa, porém ela segue a religião que Camilo prefere e defende, uma forma de religião em que os sentimentos verdadeiros e as boas atitudes é que têm importância, não a fé cega que se importa somente com regras e dogmas. Lúcia era mais afervorada, acreditava e seguia a religião de forma mais ativa. Não era hipócrita como as outras, porque as outras apenas exibiam sua religiosidade sem vivê-la.

Lúcia insiste em não ir para o convento, e também não deseja se casar. Mas

Simão insistia no seu desígnio, posta a mira em casar com uma herdeira abastada cujo pai lhe dava, tirando a partido que a casa não se dividisse. Urgia, pois, que Lúcia, professando, renunciasse aos bens patrimoniais e aos prazos herdados de sua tia. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1053).

O que podemos compreender é que Simão está se casando por interesse, e para que o casamento se realize é importante que ele tenha os bens só para ele, que nada seja dividido entre ele e sua irmã, tal como exige seu futuro sogro. A pressão que Simão faz sobre Lúcia é relevante porque ela pedirá auxílio a Marcos. O fidalgo defenderá os interesses e o desejo que Lúcia tem e morrerá em um duelo que travará com Simão (que também acaba morto). Ou seja, Maria perde seu companheiro por conta de uma opressão feita à outra mulher. Os destinos femininos estão ligados nesse romance.

Algo importante de que devemos tratar é a noção de honra de Marcos, pois é por causa desse pensamento que ele se envolve no duelo com Simão. Marcos já não ama Maria, e segundo o narrador:

As duas almas distanciavam-se tanto quanto os corações se identificavam. Não basta um forte e sincero afeto para nivelar igualdades de espíritos. A filha do merceiro, bem que amantíssima, carecia do lustre e polimento intelectual em que o seu amado espelhasse imagens e ideias de esfera superior ao trato comum. Pode ser que o amor a utilizasse e alumiasse para tudo entender; Marcos porém, não a julgara capaz de satisfazer a todas as caprichosas necessidades da sua alma estreme do vulgar. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1054).

Mesmo que ele não sinta amor por Maria, ele sabe de suas responsabilidades. Sabe que ela fugiu de casa porque apaixonada por ele, e que tem apenas nele uma pessoa para manter suas necessidades financeiras e é o único que pode cuidar do filho dos dois. Ele sente que desafiar as ordens de Simão pode ser perigoso, sente que algo de ruim pode lhe acontecer, algo que o separe de seu filho. Ao mesmo tempo, sente a obrigação de ajudar Lúcia em sua causa, que também lhe parece muito justa.

Osório tenta dissuadi-lo de enfrentar Simão, mas ele não aceita tal ideia: “eu não posso desembaraçar com honra do encargo a que me ofereci. O miserável (Simão) cuidaria que eu te deleguei (a Osório) covardemente os perigos da luta” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1057). Marcos mostra como segue à risca as regras de conduta que acredita serem as mais corretas. Ele não segue a ordem social que diz que ele deveria abandonar o filho à roda dos enjeitados, mas segue a que é mais justa, ou seja, honra o compromisso firmado com a prima que precisa dele para garantir sua liberdade. Marcos sabe que Simão é um grande alferes e luta muito bem com a espada. É também bom atirador. Ele percebe que não tem muitas chances caso ocorra um enfrentamento direto com o primo.

Simão, além de manter essa desavença com Marcos por causa de Lúcia, também era seu rival no amor de Maria antes que ela fugisse de casa. Esse fato pode ser acrescentado à rivalidade dos dois. Marcos preocupa-se muito com a opinião pública nesse quesito da sua honra, e essa parece ser também uma questão cara a Camilo.

A honra é um importante tema romântico, já que é algo porque vale a pena morrer, sacrificar-se. É uma crença pela qual vale a pena doar-se completamente, mesmo que seja o fim definitivo da personagem. É uma forma idealista de viver, que não pretende a autopreservação, mas sim a manutenção da ética adotada pelo indivíduo. É preferível abandonar a vida a continuar vivendo covardemente, sem se opor ao que se considera errado. Marcos não poderia viver com o fato de não lutar pelos direitos de sua prima. Ele sabe que a morte significa a distância inexorável do filho e de Maria, mas a sua honra, a certeza de que fez o que considerava o correto a se fazer, está acima da vida de qualquer um e de seus próprios sentimentos.

O narrador tem uma postura interessante nesse caso. Ele afirma que caso a sociedade não impusesse seus julgamentos de forma tão maldosa, Marcos poderia desistir do enfrentamento com Simão e delegar a defesa de Lúcia a outra pessoa. Marcos é uma vítima do julgamento moral e de algumas regras sociais. Ele resiste às injúrias que fazem a Maria, mas não às que são feitas a ele.

### **3.2 Como a sociedade abre as sepulturas**

A opinião pública parece ser o que Camilo mais critica nesse romance, pois é visível que tudo seria muito mais fácil para Marcos, Maria e Lúcia se eles pudessem viver sem dar ouvidos às convenções sociais que regem tanto a honra dele quanto o comportamento ideal que ela deveria adotar como mulher. O narrador afirma que é a opinião pública quem “afogueia a cólera, e afia os gumes do ferro e dá a morte, ou remorsos ao matador. A ferida que ela rasga no peito do homem, chamando-lhe covarde, é mais sensível que a dor da bala penetrante” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1080). A sociedade estava jogando Marcos contra Simão e Simão contra Marcos ao afirmar que ora um era covarde, ora outro. Caso a opinião pública não fosse tão forte com relação ao comportamento dos dois, é possível imaginar que eles poderiam ter resolvido a questão da herança de Lúcia de uma forma diferente, que não levasse os dois à morte.

Lúcia é retirada da casa do irmão e passa a viver na casa do tio, Cristóvão Freire, o que representa perante a opinião pública, uma grande afronta a Simão. Ele, sabendo do que pensam a seu respeito, não pode deixar de revidar, pois o responsável pela saída de Lúcia de sua casa é Marcos, que, ao tentar ajudá-la, decidira que a sua casa era o melhor lugar para que ela pudesse exercer sua vontade, não indo nem para o convento e nem se casando com quem não queria.

Ela pergunta ao tio Cristóvão se não pode ficar solteira, já que seria mais conveniente a ela, que ama Marcos mas não pode casar-se com ele devido à relação que ele mantém com Maria. O diálogo entre os dois é o seguinte:

– A minha vontade era viver assim..Pois eu não posso ficar solteira?!  
 – Podes, mas sempre a braços com os desgostos e desordens de uma posição embaraçosa na sociedade. O mundo não compreende a abnegação e ânimo reto com que meu filho te protege. Deus me livre que tu visses as cartas anônimas com que me trespassam o peito os detratores da honesta generosidade com que Marcos saiu em defesa da tua liberdade. Não direi as surdas dores que o pobre rapaz curtiu, mais por ti que por ele, vendo-te envolvida na sua difamação. Além de que, Lúcia, eu agouro terríveis consequências desta desordem e meu filho não pode honrosamente evitá-las. A sociedade está no palanque e não desiste de ver homens a espedaçarem-se como bestas-feras. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1083).

O fato de Lúcia negar o casamento é algo que seu tio entende que ela faça, porém ele a alerta sobre o incômodo que terá porque será para sempre julgada pela opinião pública, que não admite que ela permaneça solteira. A maldade com que a julgarão faz Cristóvão aconselhá-la a se casar. Ele ainda fala sobre as dificuldades por que Marcos passa ao ajudá-la com a questão da opressão que ela sofre por parte de seu irmão. A causa é justa e Marcos age apenas porque acha correto defender a liberdade da prima. Porém todos acreditam que ele tem algum interesse em Lúcia e o condenam por isso. Esse suposto interesse ofende Simão, que também pensa que não se vingar de Marcos é uma vergonha perante a opinião pública.

Osório do Amaral se dispõe a casar com Lúcia para que a situação seja acalmada. Ele é consideravelmente mais velho que ela e os dois veem esse casamento como uma união pacífica de duas pessoas que apenas se querem bem, uma união que remediará o conflito social em que eles se encontram. Ela aceita porque sente que não tem alternativa. É a melhor coisa que pode fazer para poupar o tio das ofensas que estava sofrendo, e além disso, podemos afirmar que a personalidade de Osório é um ponto importante para que Lúcia chegue até a pensar que pode amá-lo. Um amor diferente do que sente por Marcos, de certa forma mais prático, porque traz tranquilidade a ela e ao tio. O casamento acaba não acontecendo. Durante o duelo, Simão mata Marcos, e Osório, para fazer justiça ao amigo, mata Simão. O militar foge porque não deseja ser preso pelo assassinato que cometeu, mesmo tendo a certeza de que foi justo ao matar Simão.

Toda essa discussão a respeito do peso que tem a opinião da sociedade em que se vive é importante para a nossa análise a respeito da crise em que as mulheres que desafiam os padrões sociais entram. O duelo entre Simão e Marcos

poderia ser evitado se os ânimos dos dois não fossem inflamados pela sociedade. Eles poderiam encontrar uma saída honrosa para a situação de Lúcia; porém, a cobrança por uma postura vingativa os deixa em uma situação contraditória, afinal a violência, nesse caso, mesmo sendo o caminho para a morte, é a única maneira de não se parecer acovardado perante o outro.

Caso o duelo não acontecesse, Marcos continuaria vivo para cuidar de Maria e do filho. Com a sua morte, Maria se vê sozinha em um mundo, que, como já vimos no começo de nossa análise, não é nada solidário com a situação dela. Lúcia e Osório, como padrinhos da criança, e como indivíduos justos que são, acabam sendo os únicos que podem ajudá-la a sobreviver depois da morte de Marcos.

Podemos afirmar, então, que a opinião pública é a grande fomentadora da demência em que Maria cai depois da morte de seu esposo. Ela já era julgada antes por ter fugido da casa dos pais (era renegada inclusive pelos próprios pais), seu filho não era aceito pelos amigos de Marcos, e nem pelo pai dele, Cristóvão. Sua permanência na casa em que vivia dependia de Marcos, pois era ele que a mantinha no Candal. O amor que ela devotava a ele era a única justificativa para a decisão que tomara, a fuga da casa dos pais, e sem a existência dele, a culpa pela fuga seria mais presente.

É importante ter isso em mente porque daí podemos concluir que a doença mental de Maria é em grande parte disparada pelo ambiente em que vive. Uma sociedade que não pode deixar de expressar seus julgamentos e suas injúrias, mesmo que isso desestabilize emocionalmente Maria e seja-lhe um peso insuportável. A situação em que se encontra não é criminosa, pois tanto ela quanto Marcos vivem de forma correta, apenas cuidando do filho, sem desafiar ninguém. A casa no Candal é distante da cidade em que a família de Marcos vivia, justamente para que ninguém se sentisse ultrajado. Ou seja, Maria nada faz a ninguém, mas apenas porque escolheu seguir seu sentimento e seu desejo, é mal vista por todos. E não é apenas uma questão econômica, pois Lúcia, bem mais rica que Maria, também não se sente, e não é de fato, livre para seguir sua vontade de permanecer solteira. Ela cede à pressão e aceita se casar com Osório, o que só não acontece porque ele se vê obrigado a fugir de Portugal depois do desfecho trágico do duelo entre Marcos e Simão.

O desejo feminino é sempre recriminado e oprimido. Assim como Angélica Florinda, Maria tem coragem para fugir de casa e viver clandestinamente com Marcos, mas, sem a proteção desse, sente-se aflita com a sociedade que a circunda.

### 3.3 A doença de Maria de Nazaré

Vale lembrar que Maria sente-se transtornada antes da morte de Marcos, quando ele vai até a casa deles, previamente ao duelo. Ela compreende a situação pela qual o amado está passando e acredita, assim como Cristóvão, que Marcos não sairá vivo do embate com Simão. O narrador descreve a forma como Maria encara a proximidade da morte de Marcos:

Maria, com os braços pendidos, o rosto branco de jaspe e o seio quieto como empedernido, tinha os olhos espasmódicos fitos no chão. Aquele torpor de corpo e alma era o contemplar de uma negridão que se avizinha e cerca, e apaga com as suas trevas a luz do entendimento. Mulher nascida noutra escaleira social, feita noutra sociedade e fortalecida para os infortúnios na prática de gente onde eles são mais habituais, desafogaria em gritos, ajoelitaria diante de Marcos, pintando-lhe o seu desamparo e o do filho. (...) E sendo que a impetuosa aflição não pudesse respirar, nem a cultura do espírito e recursos da razão lhe inspirassem a comovente e persuasiva eloquência de mãe e amante como esposa, a pobrezinha internou-se toda na sua reconcentrada agonia, sentindo talvez o indefinível vacilar entre a loucura e a morte. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1095).

O que podemos perceber é que já há em Maria um sinal de demência porque ela não consegue expressar sua aflição a Marcos. A paralisia que a toma e a descrição que o narrador faz de sua expressão são bastante característicos das loucas representadas por Camilo. Maria não tem meios de expressar suficientemente o sofrimento que a possui, segundo o narrador porque ela não foi criada na mesma classe social de Marcos. O que podemos inferir das colocações do narrador é que Maria sente-se extremamente oprimida, ou seja, que não pode mostrar seus sentimentos reais para Marcos porque foi educada para escondê-los, para viver em silêncio. O sofrimento represado e a certeza da solidão, fazem com

que Maria feche-se em si mesma, e perca o entendimento. É importante notar que ela poderia, caso se sentisse à vontade para tanto, convencer Marcos de que o duelo não era necessário, que ele tinha responsabilidades mais fortes do que enfrentar Simão. Responsabilidades essas que eram principalmente ligadas ao filho dos dois.

Antes do duelo, Marcos pede que Osório cuide de Maria e do seu filho, que garanta que a casa no Candal fique com ela e que não passe nenhuma necessidade. Mas quem ajudará Maria, na falta de Osório, será Lúcia, que por amor de Marcos cuida dela e da pequena criança, e também Cristóvão, que comovido pela perda do filho, decide aceitar o neto.

Com a notícia da morte dos duelantes, Lúcia sofre muito e seu sofrimento aproxima-se da loucura, pois ela:

(...) quis lançar-se fora do quarto. As senhoras, não podendo sozinhas reter-lhe as forças extraordinárias do delírio, gritaram por socorro. A irmã de Simão, escabujando com as roupas já despedaçadas, caiu sem alentos e foi arrastada para a alcova. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1102).

O sentir, tanto de Lúcia quanto de Maria, são muito intensos. É possível perceber que essa forma de representar as emoções é romântica, pois o sentimento toma conta da personagem e ela não controla mais suas ações. Ela sente até perder os sentidos, não há forma de expressar o que se sente que consiga abarcar a dimensão da emoção que a toma. A racionalização do sentir é impossível, e somente um descontrole total, que faz inclusive com que as roupas sejam rasgadas, em um desespero sem saída, parece ser capaz de mostrar a intensidade do que se passa no interior da personagem.

Essa forma de sentir está perto da loucura porque não admite que a emoção seja racionalizada. A incapacidade que a personagem tem para compreender racionalmente seus sentimentos é inclusive elogiada, é uma prova de que Lúcia é capaz de se deixar ser tomada pelo sentimento, o que, para Camilo, é mais verdadeiro do que o pensar frio e tranquilo.

A forma como Maria encara a morte de Marcos também é descontrolada. E tal descontrole faz parte de uma forma romântica de viver o sentimento, sem nenhum

limite para ele. Quando Maria sabe da trágica notícia, sua reação é comparada a de um animal: “o estrídulo grito que estalou do peito de Maria semelhava silvo pavoroso de uma fera. A criança caiu-lhe dos braços sobre as lajes. A mãe não ouviu o vagido do filho que lhe estendia os braços suplicantes” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1104). O sentir de Maria também não tem limites racionais, ela transforma-se em alguém que apenas sente, nada além disso.

A recuperação de Lúcia acontece, mas de forma bastante lenta. Segundo o narrador:

(...) volvidos alguns dias (ela) saiu do leito com aparências de cadáver. Qualificaram-na de ferida de tísica pulmonar e para pouquíssima vida. Verdadeiramente, os prognósticos da ciência mal poderiam rezear quebra de sua costumada infalibilidade. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1105).

Já Maria de Nazaré não se recupera do momento da morte de Marcos. A mãe dela, que lhe negava qualquer atenção depois de sua fuga, decide levá-la de volta para a casa paterna quando sabe de sua situação emocional causada pela perda de Marcos. Na casa de Rosa Fernandes, sua mãe, Maria recebe a visita de Lúcia, que, mesmo em fase de recuperação, decide tentar ajudar a demente:

Lúcia dizia-lhe tudo que podia espertar-lhe as lágrimas, citava o seu nome muitas vezes, lembrava-lhe o dia do batizado, as infantis graças do menino, o amor que o pai lhe tinha (...) todo este recordar custava à atribulada senhora inenarráveis aflições. Maria de Nazaré umas vezes ficava-se a escutá-la com olhares fixos e chamejantes; outras vezes chorava alternando com os soluços, dizeres disparatados, e, muitas vezes, quando Lúcia se contorcia em lancinantes transportes, desfechava ela umas gargalhadas aspérrimas que raspavam no coração da prima de Marcos Freire como vidro em chaga viva. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1106).

É notável o esforço que Lúcia faz, mesmo que a lembrança da relação de Marcos e Maria a faça sofrer muito, para que a louca recupere-se de alguma forma. Mas Maria está já fora de si, longe de qualquer sinal de recuperação de sua razão. A transformação de seus sentimentos, do choro em gargalhada, nos mostra como ela já não consegue lidar com o que sente. Seus dizeres disparatados são também uma

forma de representar a perda da razão, pois o discurso já não está mais disponível para que ela exprima o que sente. E é importante lembrar que antes do duelo o narrador afirma que pela sua educação, ela já não dispunha de muitos recursos para falar a Marcos sobre sua aflição. A loucura aparece nesse romance como uma forma de sentir que dispensa discurso, lembrando que Maria se parece com um animal quando recebe a notícia da morte de Marcos. É possível dizer que a loucura faz com que ela perca sua humanidade, mas para além da dimensão negativa disso, há uma dimensão positiva: a desumanização leva a racionalidade embora, e o sentimento toma conta.

A opinião pública é mais uma vez criticada pelo narrador. Algumas pessoas imaginam que Maria, mesmo com a perda de Marcos, tem motivos para comemorar, pois o reconhecimento do neto por parte de Cristóvão a torna abastada. O narrador nos conta o julgamento que fazem de Maria: “aquela filha do Tomé foi bem feliz! Se não endoidecesse, andava aí pimponando que metia tudo num chinelo! E, se ela volta ao seu juízo, vocês hão de vê-la de carruagem com o filho e a morar no palacete” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1106). Para as pessoas que comentam o enlouquecimento de Maria, ela será curada com a riqueza da família de Marcos. Eles não percebem que a falta que ela sente dele e que o transtorno causado pela sua morte são sinceros. Acreditam que ela finge tudo, e claro são criticados pelo narrador porque não são capazes de reconhecer um sentir verdadeiro, dando importância somente para o lucro que Maria obteria morando com Cristóvão.

Lúcia e Cristóvão acreditam que o melhor é dar tratamento médico a Maria, pois os esforços dos dois para fazê-la voltar à razão são ineficazes. Maria já não reconhece o filho, pois o menino cresceu desde a morte do pai. Mas ela parece estar vivendo o mesmo dia desde que recebeu a notícia trágica da morte de Marcos, e acredita que o filho deveria estar do mesmo tamanho.

O tratamento de Maria pouco faz por sua sanidade. O narrador afirma que:

Os médicos desanimaram. Viam-na, ao cabo de um ano de medicamentos, exaurida de forças, efeito das sangrias, cáusticos e toda a casta de revolucivos. Não podiam já simular boa fé com as pessoas que, a miúdos prazos, visitavam a demente. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1109).

Depois de um ano de tratamento, Maria está mais enfraquecida do que estava no início. Parece não haver mais esperanças em sua cura, e mesmo os médicos não conseguiam mais encontrar uma forma de curá-la. Nesse trecho é possível notar que o tratamento médico, racionalizante, faz mal a Maria. Podemos compreender que o narrador acredita que não é possível forçar um retorno à razão porque os problemas dela são de ordem emocional. Cáusticos, sangrias e outros remédios não podem resolver a perda de Marcos, apenas trazem à paciente mais sofrimentos do que ela já tinha. Mas Cristóvão não desiste de oferecer a ela todo tratamento moderno que se pode pagar. Há uma aparente crítica a essa confiança na medicina, na ciência. Podemos perceber que para Camilo, neste caso, não é na ciência que se encontrará a solução para um problema considerado emocional. Maria represou seus sentimentos, pois não sabia como expressá-los, e esse é o problema. Tanto porque não tinha os meios discursivos para isso, segundo o narrador, porque já vinha passando por pressões sociais que a oprimiam, como as injúrias a ela destinadas pelos amigos de Marcos e pela sua própria família, todos eles recriminando sua fuga e seu relacionamento desigual (do ponto de vista econômico, social) e clandestino (do ponto de vista religioso).

Os novos médicos de Maria fazem uma última tentativa de ajudá-la a melhorar da demência. Informa-nos o narrador que:

Por derradeiro, outros alienistas consultados alvitram o recurso de repor a demente na casa onde enlouquecera. Esperanças, se algumas tinham, assentavam no impressionar incessantemente com objetos conhecidos os olhos da louca, por maneira que se desse um ressurgimento de recordações confusas ao princípio, e, no consecutivo atuar das mesmas coisas espertadoras do passado, a possibilidade de se irem destramando e dilucidando as lembranças, até que a alma, identificada em uma só e clara recordação, exercitasse atos de juízo, pelos quais se reconhecesse e chegasse a reaver a razão perfeita. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1109).

O uso das expressões 'destramando' e 'dilucidando' mostra como os médicos acreditavam que lembrar Maria do sofrimento faria com que as ideias se organizassem em sua mente, como se apenas houvesse uma bagunça em seus pensamentos. Há certa tentativa de domar os sentimentos, de racionalizar as lembranças trágicas dela. E em uma narrativa romântica, já podemos prever que

essa abordagem não funcionará, muito pelo contrário, apenas ajudará a piorar o estado da paciente. A descrição do estado físico de Maria no momento em que ela chega à antiga casa no Candal nos dá uma boa medida do insucesso do tratamento.

Maria estava de todo desfigurada. Os ossos da face secos e vestidos de pele esverdeada faziam por igual compaixão e asco. Pestanas e sobrancelhas tinham caído. As cicatrizes roxas dos cáusticos chegavam até o lóbulo inferior das orelhas. O lábio superior mirrado e alvacentos assentava sobre as gengivas; e os dentes, apoiados sobre o lábio inferior, ficavam a descoberto e esquálidos. O colo eram umas cordoveias aderentes e proeminências ósseas. (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1110).

A aparência de Maria é terrível, e sabemos que ela era saudável no início do romance porque sua beleza foi o que atraiu Marcos e outros pretendentes, como o próprio Simão, irmão de Lúcia. A decadência física de Maria, além de ser proveniente da demência em que ela se encontra, se dá também por conta do tratamento médico recebido, que nada ajuda em seu estado. A desfiguração dela mostra o quanto se desumanizou com a crise emocional, mostra o sofrimento que a loucura traz a quem é por ela atingido. O tratamento proposto pelos médicos, em um momento no qual Maria está visivelmente enfraquecida, quase a mata. O que também a deixa à beira da morte é um retrato de Marcos que mostram a ela na esperança de fazê-la organizar suas memórias do amado.

O narrador nos faz pensar sobre a crueldade que é tentar fazer com que Maria se lembre do que passou com Marcos e com sua morte. Ele nos diz que:

Espera-se que o retrato de Marcos Freire complete o inferno de Maria de Nazaré, restituindo-lhe uma razão bem clara, de modo que todos os instantes da sua vida os empregue na consideração de que o seu amado é morto. Tal é o fervoroso desejo das pessoas que a estimavam, tirante uma que pedia a Cristóvão Freire se houvesse misericordiosamente com Maria, deixando-a acabar demente, se acaso a ciência podia repô-la no momento horrendíssimo e anterior à morte moral. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1112).

A ideia parte de Osório do Amaral, que pôde voltar a Portugal depois de ter fugido devido ao crime que cometeu. Ele acredita que Maria ficaria melhor se não

recuperasse a sanidade mental, já que assim ela não estaria totalmente consciente do que acontecia ao redor dela, e, naturalmente, o sofrimento dela seria o mesmo desde a morte de Marcos. Ela não precisa lembrar-se diariamente de tudo o que aconteceu, e aqui é interessante pensar que a pessoa com a razão intacta pode sentir mais do que a louca, porque racionalizar o sentimento é uma forma de estar consciente sobre a dor. Temos vários olhares sobre a loucura, a razão e sobre as formas de sentir. E não acreditamos que elas se excluem. O enlouquecimento é só sentir, sem a presença da razão, mas a razão pode organizar os sentimentos e proporcionar uma forma de sentir diferente da que tem o louco, mais pungente porque racional. O que é importante notar é que a razão exagerada faz mal porque exclui o sentimento, mas a desrazão, a loucura, desumaniza. Sentir demais também não é bom. Assim, podemos concluir que Camilo propõe um equilíbrio na vivência do sentimento.

Maria não era mais conhecida pelo seu nome. O povo das aldeias vizinhas à sua casa a chamava “a doida do Candal”. Assim como Angélica Florinda – que passou a se chamar de “A penitente” e a ser conhecida como “bruxa” - Maria também vai perdendo sua identidade para tornar-se apenas doida. A loucura passa a ser a característica pela qual a conhecem, o resumo de seu existir. Algumas outras tentativas de curá-la são feitas, todas elas relacionadas com o retrato de Marcos e com a recriação de lembranças do filho pequeno. Mas nada a traz à lucidez. Podemos interpretar isso como uma impossibilidade de recuperar o que Maria havia perdido. Ela apostara tudo na sua relação com Marcos, deixou a casa paterna para viver com ele. A partir do momento que ele deixa de existir, ela também não existe mais, existe apenas como uma espécie de prova do que aconteceu, uma lembrança para os outros, para Lúcia, Cristóvão e Osório não se esquecerem das injustiças que a sociedade cometeu contra Marcos.

### 3.4 A história de Margarida

Há uma personagem no romance de que trataremos agora pois acreditamos que sua história pode elucidar um pouco mais a relação entre a opinião pública e a loucura, e também sobre a situação das mulheres em uma sociedade que as oprime.

Simão Peixoto, irmão de Lúcia, se interessara por uma moça, Margarida. O narrador nos informa que Simão:

Soube que a menina se chamava Margarida, e que o pai a compelia a professar para acrescer a herança de uns filhos de segundo matrimônio. Coligiu em suma, que Margarida, convertida a honestidade em desesperação, não hesitaria em aceitar um redentor. Principiou noviciando a violentada noiva de Jesus Cristo. (...) Lá dentro dos mosteiros há santas que redobram o martírio e há pecadoras que consolam. Não se decide quais sejam as mais credoras do céu. (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1122).

Simão pretende se utilizar da tristeza e da solidão da moça para conquistá-la. Margarida está sendo internada no convento porque o pai quer lhe roubar a parte da herança a que ela tem direito. Sabemos bem que Simão tentará fazer o mesmo com a sua irmã Lúcia, mas que terá de enfrentar Marcos em um duelo do qual não sairá vivo.

É notável a forma como o narrador descreve o convento como um local em que as pecadoras são as que mais consolam as outras internas. Ou seja, há pecados que são perdoáveis, porque provavelmente só são considerados pecados do ponto de vista dogmático, de uma religiosidade que leva em conta a regra e não a veracidade do sentimento. As que se dizem santas são as que impõem tais regras, que só fazem com que as outras sofram. Outro ponto importante é que Margarida é descrita como a noiva violentada de Jesus. Ou seja, não é uma noiva que decidiu noivar-se, não há ali vocação alguma. Esse fato pode ser considerado uma forma de violência, e dada a descrição do convento, podemos adiantar que é um lugar em que pouco se evolui espiritualmente.

Margarida sente-se apaixonada por Simão, como ele previra. Ela foge com ele do convento, passa um tempo vivendo com ele em uma casa, e fica grávida. Simão some porque é óbvio que o interesse dele era apenas a conquista da moça. Para além disso, vários casamentos vantajosos são oferecidos a ele. Como podemos depreender do comportamento de Simão, está claro que ele abandonará Margarida e a menina que nasce da breve união dos dois. Ele sugere inclusive que ela coloque a menina na roda dos enjeitados, mas Margarida recusa. Então Simão pede a um frade de péssima índole que a busque e que lhe faça uma proposta. O frade deveria dizer a Margarida:

(...) que os alçapões do inferno estavam abertos para lhe receber a alma por séculos sem fim, se ela não curasse de pedir perdão à justiça irritada do Senhor, e recolher-se a um qualquer mosteiro remoto do teatro dos seus crimes, deixando a filha entregue aos cuidados dele mensageiro do céu. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1132).

Ou seja, a culpa pelo ocorrido, Simão queria que assim fosse, era apenas de Margarida. Ela deveria envergonhar-se do que fez e entregar a criança, que era uma materialização de seu pecado. Ela iria para o inferno se assim não o fizesse. Mas Margarida, diferentemente de Angélica Florinda, não abandona sua filha e nem pensa que é uma pecadora. Assim que ela vê o frade chegando, esconde-se e se salva da opressão de Simão. Ela vive com a filha, Júlia, em pobreza extrema, totalmente abandonada por Simão. A família dele não sabia da existência das duas.

Passam-se alguns anos e Margarida, já muito envelhecida por conta da pobreza, e sem ter mais forças para trabalhar, assiste a madrinha de Júlia, a única que sabia de todo o ocorrido, ir atrás de Lúcia, irmã de Simão. Lúcia encontra-se na casa no Candal, cuidando de Maria, que depois dos tratamentos médicos que recebera, como vimos, nada melhorara.

A madrinha de Júlia conta toda a história da menina e de Margarida e quem a confirma é Osório do Amaral, que desconfiava dos feitos de Simão. Porém nada se provara na época porque Margarida, como vimos, escondeu-se com medo que Simão colocasse a pequena Júlia na roda dos enjeitados.

Lúcia decide dar sua herança para as duas e elas passam a viver juntamente com a família de Cristóvão Freire. Álvaro, filho de Marcos e Maria, e Júlia, filha de Simão e Margarida, que são primos, tem quase a mesma idade e são muito amigos. É uma relação que parece redimir o duelo em que seus pais morreram.

A breve história de Margarida une-se com a situação difícil em que Maria e também em que Lúcia se veem. O que pretendemos propor é que os destinos femininos convergem nesse romance de Camilo. Assim como Angélica Florinda encontra sua sobrinha Mariana uma situação muito parecida com a dela, Lúcia e Margarida também passam por momentos de opressão, porém a última não tinha quem a defendesse e teve que tornar-se a “noiva violentada de Jesus Cristo”. Podemos imaginar que, caso ela tivesse a proteção que Lúcia encontrou em Marcos, talvez ela não se sentisse sozinha a ponto de ser seduzida por Simão. O pior é o fato de que as mulheres precisavam da proteção masculina para sobreviver nessa sociedade. Elas não poderiam enfrentar os homens que desejavam espoliá-las de suas heranças. Essa fragilidade social em que elas se encontram é compensada pela união final das três. Maria, Lúcia e Margarida convivem juntas no fim do romance, sendo que Lúcia é a última a morrer.

Essa união é em grande parte sustentada por Lúcia. Ela cuida de Maria, que já não demonstra nenhuma chance de cura de sua demência, e que provê Margarida para que ela não tenha uma velhice empobrecida. A herança que Simão desejava roubar de Lúcia internando-a em um convento, no final, é utilizada para que as três mulheres possam enfim viver livres de opressão, porém marcadas e entristecidas por ela.

O último tema de que falaremos é o fim de Maria de Nazaré e de como o narrador vê em sua morte a sua redenção e libertação.

### **3.5 O fim de Maria de Nazaré**

A morte de Maria de Nazaré é narrada no último capítulo do romance, que se intitula “Enfim!...”. Ou seja, sua morte é esperada pelo narrador, é algo que deve

fechar o romance para que o ciclo da loucura de Maria também seja fechado. Maria acorda no meio da noite, veste-se e afirma que vai para junto de sua mãe, Rosa Fernandes, já morta àquela altura da narrativa. A loucura de Maria ganha ares premonitórios, pois fica claro que ela sente sua morte chegando. O sobrenatural tem lugar na loucura, imaginamos nós, porque os dois têm dimensões inexplicáveis.

Antes de sua morte ela parece recuperar um pouco a razão e diz à sua enfermeira:

Vou morrer em graça; aqui não posso acabar sem pedir perdão a minha mãe. Ela, em eu lá chegando, abraça-me e perdoa-me. Aqui não vem... porque é virtuosa e diz que me não criou para isto. Meu pai morreu de paixão. – E, dizendo, sentou-se quebrantada do esforço feito em apertar o vestido, e prosseguiu: – Meu pai morreu de paixão. Fui eu que o matei com desgostos. Era muito meu amigo, trabalhava sempre para me deixar bom dote, queria casar-me com um primo que estava no Pará. Fugi no dia de anos de minha mãe, à noite, quando meu pai ficou à mesa a ceiar com os nossos parentes. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1145).

Em nenhum outro momento do romance sabemos dos detalhes da fuga de Maria. A proximidade da morte parece fazê-la recuperar a razão, e ela lembra-se não da perda de Marcos, mas sim da tristeza que imagina que causou aos pais quando fugiu de casa. É interessante perceber que o sofrimento por conta da morte de Marcos não é o que a acomete nesse lampejo de razão. Podemos interpretar que Maria sofria mais com a dor e a saudade dos pais do que com a falta do amor de Marcos. Quando ele morreu, podemos imaginar, partindo da lembrança que a acomete nesse último momento de racionalidade, que ela tenha enlouquecido também porque com a perda dele, o fato de ela ter abandonado os pais tornou-se mais presente. Sem Marcos, eles eram as únicas pessoas a quem ela imaginava que poderia recorrer. Pode ter se arrependido da fuga, ou, no mínimo, ter se sentido sozinha o suficiente para perceber que causara uma grande tristeza em sua família. É interessante notar que ela foge para evitar o casamento com um brasileiro, assim como aconteceu a Angélica Florinda.

Maria continua discorrendo sobre sua falecida mãe:

Era santa e desculpava as mulheres perdidas... Quantas vezes ela me disse: “Filha, Deus é que vê as pecadoras. Quem sabe se elas se perderam obrigadas pela necessidade e enganadas por promessas de melhor vida!... - Que trabalhem, que vão servir, - diz toda a gente... – A vontade de trabalhar

para conservar a virtude é maior virtude que todas as mais. As pobres pensam em remediar-se; acham quem as engane com esperanças; depois não há quem as queira; até os amos as atiram à rua". (CASTELO BRANCO, 1960, p.1146).

Maria reproduz o discurso de sua mãe mas não sabemos se concorda com o que diz. Não sabemos se ela se sente enganada por Marcos, pela promessa de uma vida melhor. Margarida, é importante lembrar para que tracemos um paralelo, foi enganada por Simão e sofreu com a pobreza para criar a filha pequena. Já Maria teve o auxílio de Lúcia e de Cristóvão.

A mãe de Maria parece muito consciente de que as mulheres que seguem seus desejos só devem ser julgadas por Deus, e não pela opinião pública. Mais uma vez, é uma mulher que poderia ser considerada menos ilustrada pelo senso comum que apresenta um discurso autorizado pelo narrador, é ela que percebe o que seria o correto a se fazer, a posição correta a se tomar enquanto pessoa que compreende a situação de uma moça que segue seus sentimentos.

Maria pode estar se lembrando e reproduzindo o discurso compreensivo da mãe, porque como está sentindo que vai morrer deseja expurgar a culpa que sente por ter abandonado sua família. É claro que há a culpa de ter magoado os seus pais, mas também há nela uma culpa por ter ido contra a lei social que recomenda que as mulheres principalmente, obedeçam a seus pais.

Lúcia vai ao Candal porque é avisada da situação de Maria. Quando ela chega, Maria já perdeu esse último momento de razão. Lúcia mostra novamente o retrato de Marcos a ela para ver se recupera a lembrança dele, e a razão. Obviamente ela está esperançosa com a melhora de Maria porque a enfermeira relatara o momento de racionalidade que a doida teve. Mas Maria teve a sua última crise que assim é narrada:

Lúcia apalpou-lhe os braços e disse que eram de gelo. O abraçado do rosto demudou-se em repentina palidez. Parara as convulsões, parou o cachoar do sangue na testa, parou o estertor crepitante da respiração, parou a vida...

Estava morta.

Luzira a aurora da eternidade naquelas trevas. Fez-se dia sem fim na alma de Maria de Nazaré.

Lúcia caíra a soluçar sobre o seio dela.

Álvaro, como visse umas das enfermeiras ajoelhar pôs as mãos, ajoelhou também e chorou.

Em frente do leito, sobre uma cômoda, estava encostado à parede o retrato de Marcos Freire. O raio visual das fulgurantes pupilas ia direto ao rosto de Maria. E a morta, com os seus olhos meio cerrados, parecia trocar com ele a derradeira luz de sua vida. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1148).

A morte de Marcos ocorrera três anos antes da morte de Maria. Esse último momento dela opõe trevas e luz. A morte traz a ela a luz que faltava em seu entendimento, liberta-a do sofrimento. Os raios que saem dos olhos do retrato de Marcos são fulgurantes e vão direto para as pupilas dela. É uma cena bastante iluminada, que transforma o ambiente então pesado em algo resplandecente. É a redenção de Maria, que está novamente junto de seus pais e de Marcos, caso pensemos que na sua vida terrena ela teve que escolher com quem ficaria, e terminou por fugir de casa.

A narrativa termina com uma conclusão na qual o narrador conta que muitos anos depois Álvaro e Júlia se casaram. Podemos compreender o casamento como uma forma de representar o reequilíbrio da família depois de mortes tão violentas como as de Marcos e Simão.

*A doida do Candal* é um romance que nos faz refletir acerca da situação de opressão e dependência das mulheres, em diferentes classes sociais. As difíceis escolhas que elas têm que tomar, muitas vezes contrárias ao que se espera delas enquanto mulheres, filhas e mães, pode, trazer-lher culpa e arrependimento.

Desejamos agora fazer um paralelo entre os dois romances que foram analisados em nosso trabalho. São notáveis as semelhanças e as diferenças que podemos encontrar, e o fato dos dois romances terem sido publicados no mesmo ano pode ser um sinal de que Camilo estava bastante envolvido na tarefa de pensar sobre os danos que regras sociais muito rígidas e injustas podem causar principalmente nas mulheres, que são vítimas de uma sociedade opressora, duramente julgadas pelo comportamento que decidem adotar.

## 4 UMA LEITURA COMPARADA DE *A BRUXA DE MONTE CÓRDOVA* E *A DOIDA DO CANDAL*

*A Bruxa de Monte Córdova* e *A Doida do Candal* foram publicadas no mesmo ano, 1867. A proximidade dos temas de que Camilo trata nos dois romances e também a proximidade na data de suas publicações justifica a aproximação entre eles. O que desejamos é compreender de que forma as concepções do autor sobre a loucura e a opressão feminina se aproximam ou se afastam em ambas as obras.

### 4.1 Destinos femininos

Começaremos tentando relacionar as trajetórias de Angélica Florinda e de Maria de Nazaré ao longo das duas narrativas. É interessante notar que no início dos romances, as duas são mulheres saudáveis e que ao longo do tempo e do desenvolvimento de seus problemas emocionais, elas definham tanto psicologicamente quanto fisicamente. Angélica é descrita da seguinte forma no início de *A Bruxa de Monte Córdova*:

Alta, reforçada, nálgas e espaldas boleadas, breve cintura separando os tumentes seios das ancas maciças e rotundas, cabelos em ondas lustrosas de azeviche, as sobrancelhas cerradas e indistintas, olhos pestanudos e piscos, dentes de um imaculado esmalte, o beijo superior orlado de um debrum penugento, e o inferior carnoso, cor de cravelina. A tez sobre o moreno, com sua zona rosada em cada face. A forma do rosto oblonga, testa escantuda, barba tirante a redonda e fendida a meio levemente no lóbulo. (CASTELO BRANCO, 1924, p.10).

A descrição da personagem é importante porque deixa muito claro que ela era completamente normal antes de sua fuga para evitar o casamento indesejado com o tio e de todo o ascetismo religioso em que se envolveu ao considerar-se culpada por sua relação amorosa com Tomás. Ao compararmos sua situação final, percebemos o reflexo do seu sofrimento em sua saúde pois ela tinha “quarenta e cinco anos com parecenças de sessenta” (CASTELO BRANCO, 1924, p.198). É importante ressaltar

a desumanização de Angélica, que ocorre por conta do tratamento que ela decide reservar para si mesma partindo da orientação de frei Silvestre. A culpa e a religiosidade exagerada, levam a personagem ao sofrimento auto-imposto. A decisão de punir-se por culpas que ela imagina ter é dela, mas fica óbvio que a influência que o meio religioso rigoroso em demasia tem sobre ela é fundamental para sua decadência física e psicológica.

Maria de Nazaré não sofre por conta de motivos religiosos, mas sim por conta do julgamento moral que fazem dela. Podemos afirmar que no caso de *A Bruxa de Monte Córdova*, a religiosidade usada como forma de controle por um frei cínico e hipócrita (Silvestre), pode ser uma forma de encarnação da moral rigorosa e também hipócrita que encontramos em *A Doida do Candal*. Ou seja, nas duas obras encontramos personagens femininas oprimidas por não se encaixarem nas regras sociais que deveriam seguir enquanto mulheres (obediência aos pais, controle da sexualidade, valorização da maternidade), porém em *A Bruxa de Monte Córdova*, a opressão que Angélica sofre vem de uma instituição que ao mesmo tempo produz e é reprodutora da moral rigorosa. Já em *A Doida do Candal*, Maria de Nazaré é oprimida pelos amigos e familiares de Marcos.

O narrador de *A Doida do Candal* não descreve Maria fisicamente – podemos supor que ela era uma mulher saudável e bonita porque era disputada por outros rapazes além de Marcos – mas nos mostra como ela estava satisfeita e tranquila quando casada com o fidalgo:

Ali (na casa no Candal) se estava como esquecida de si e absorta naquele gozo de esposa, segundo a natureza e o coração. Porque a natureza, a maviósissima esposa de Deus, lhe dava a ela as tardes saudosas, o azul do céu das manhãs; e, sagrada inspiradora, lhe ensinava a entender os silêncios do seu ninho de folhagem, apenas quebrados pelo vagido do filhinho amimado ou pela voz acariciativa de Marcos Freire. (CASTELO BRANCO, 1960 ,p. 1048).

Maria está claramente feliz com sua decisão de viver com Marcos, inclusive considerando-se sua esposa. Há no trecho acima uma aproximação de Maria com a natureza, que seria esposa de Deus. O que podemos compreender é que o narrador deseja afirmar a validade da união de Marcos e Maria porque ela segue a “natureza e o coração”. Se ela segue a natureza, e seus sentimentos fazem parte dessa

natureza, logo segue a esposa de Deus, e nessa aproximação podemos perceber o movimento que faz com que o casamento de Marcos e Maria possa ser considerado divino, ou ao menos permitido e aprovado por quem realmente importa: Deus.

É visível que ela está em paz nessa situação, mesmo que tenha fugido de casa para evitar um casamento com um tio, mesma situação que enfrenta Angélica. Assim como no caso da personagem de *A Bruxa*, Maria começa a enfrentar problemas psicológicos que a levarão à loucura, quando seu esposo morre. Até a morte tanto de Tomás quanto de Marcos, as duas mulheres veem uma espécie de justificativa para suas contravenções – a fuga de casa e a perda da virgindade – mas depois que se encontram desamparadas, o julgamento e a culpa as atingem profundamente. Vale a pena se contrapor às regras sociais para se viver uma relação amorosa verdadeira, mas o preço a pagar quando a relação não existe mais é insustentável para as duas.

Interessante notar que a falta dos homens dá início ao sofrimento que tanto Angélica quanto Maria sentem. É algo sintomático de uma sociedade em que a mulher dependia da presença e do apoio de um homem para que suas ações fossem justificadas. A proteção que Tomás e Marcos oferecem para suas esposas é uma forma de escudo contra a opinião pública. Tal proteção nada mais é do que o casamento, ainda que não reconhecido pela Igreja. Podemos afirmar que a mulher que decide viver independentemente, ou que, como Angélica e Maria, se veem em uma situação forçada de independência, sofrem mais com o julgamento moral que fazem delas. A solidão das personagens parece jogar luz sobre suas escolhas moralmente duvidosas, pois o casamento é uma forma de amenizar a conduta repreensível. A mulher que perde sua honra – a virgindade – deve se casar para salvaguardar algo que ainda reste dela. O que concorre com outros fatores para o desequilíbrio psicológico, tanto de Angélica quanto de Maria, é a consciência de estarem sozinhas. Moralmente solitárias.

Tal opressão é visível também na situação em que Lúcia se encontra em determinado momento da narrativa, quando questiona seu tio sobre a possibilidade de ela manter-se solteira. Cristóvão recebe cartas anônimas, de pessoas que insultam ele e Lúcia porque ela saiu da casa do irmão (e portanto, saiu da proteção moral que ele provia) e foi viver sob a tutela do tio, demasiadamente próxima do

primo Marcos, uma afronta aos padrões de relação entre homens e mulheres. A solidão de Lúcia também a oprime, e ela, pertencente a outra classe social que Angélica e Maria, questiona a pertinência das regras sociais que recomendam que ela se case.

É necessário atentar para esse fato: Angélica e Maria de Nazaré pertencem a uma classe social menos favorecida e privilegiada do que Lúcia. Não há nenhuma informação n'*A Doida* que nos indique a possibilidade de Lúcia ter tido acesso à educação formal, e, mesmo se tivesse, já vimos, no início deste trabalho, que a educação das meninas usualmente era voltada para as atividades relacionadas à vida privada, tarefas de esposa e mãe. Mas de qualquer forma, educada formalmente ou não, a diferença de classe entre Lúcia e as outras mulheres permite que ela esteja seja menos atingida pela opinião pública do que as outras. Mesmo que seja alvo de cartas anônimas maledicentes, ela está mais protegida por conta de sua posição social. Sua honra será menos questionada do que a honra de Angélica e Maria.

A situação de Lúcia é interessante porque ela é rica, uma fidalga, e a opinião pública, mesmo que ácida e prejudicial, não a atinge na mesma medida que atinge as mulheres mais pobres. Mas isso não significa que ela pode viver sozinha, sem a presença de um homem para garantir sua honra. O tio de Lúcia, assim que ela sai da casa do irmão, a oferece proteção.

– Minha sobrinha, começa hoje a ser minha filha. Não te pergunto se te sujeitas às minhas decisões de pai: sei que te ofenderia com tal pergunta. Menina dos teus anos que recusasse autoridade de um velho tio, na falta de pai e mãe, seria uma doida caminhando a passos rápidos para a perdição. Portanto, Lúcia, tomo a peito dirigir as tuas ações, exceto aquelas que fizerem implicância ao teu coração. (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1081).

Caso Lúcia não aceitasse a tutela que seu tio a oferece, que de certa forma impõe a ela, seria considerada, nas palavras dele, imbuídas da moral vigente, “doida”. O uso do termo torna-se mais digno de atenção porque estamos estudando textos que têm como seu principal interesse representar a forma como as mulheres oprimidas acabam enlouquecendo. O fato de Cristóvão afirmar que ela seria uma doida se não obedecesse a ele mostra que a proteção moral masculina e familiar é fundamental para que a mulher fosse respeitada e não corresse o risco de se ver

sozinha e humilhada pela opinião pública. O que percebemos nos romances é que Angélica e Maria, ao fugirem de casa e negarem a tutela familiar, agiram como “doidas”, de acordo com a moral da sociedade, porque a consequência seria a solidão e o desrespeito. E tornaram-se doidas literalmente. O processo de enlouquecimento passa pela condenação das atitudes de transgressão de Angélica e Maria. Suas decisões em favor de poder escolher o próprio destino e seus maridos poderiam colocá-las na categoria das “doidas”, das mulheres que não percebem, ou que inicialmente têm coragem para ignorar o fato de que a falta da presença masculina as lança na “perdição”, no desrespeito e na humilhação. A coragem neste caso é um componente do “ser doida”. É preciso notar que o enlouquecimento das personagens é causado pelo meio, já que, como vimos, antes de se verem sozinhas, sem seus esposos, elas eram saudáveis e encontravam-se em relativo equilíbrio emocional.

A opressão que Lúcia sofre é diferente da por que passam Angélica e Maria em outra dimensão. Depois que Cristóvão torna-se seu tutor, ele sugere a necessidade de que ela se case. Após uma tentativa de manter-se solteira, ela compreende que a melhor forma de livrar-se da opinião pública é casar-se. Mas para amenizar sua indisposição, começa a refletir sobre a ideia de seu tio: casar com José Osório, amigo da família, e, como já vimos, um personagem elogiado pelo narrador por sua postura honrada. As reflexões de Lúcia despertam a curiosidade do narrador:

Eu, que o devia esmiuçar, escassamente me demorei a pensar no secreto de semelhantes ações e reações na recôndita retorta. Crer, sim, isso creio e juro que D. Lúcia Peixoto principiou considerando qual seria a sua ventura se tivesse um pai como José Osório; depois considerou-o irmão; por fim, esquadrinhou se um coração de pai e irmão não teria favos de celestial sabor bastantes a dulcificarem a vida e coração de uma esposa. (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1087).

A postura de Lúcia mostra-nos qual era a margem de liberdade de movimentos que uma mulher de sua classe social tinha. Contando com a proteção moral do tio (chance que nem Angélica nem Lúcia tiveram) ela tem mais possibilidades de casamento, e pode escolher aquele que parece menos pior. Ela vai aos poucos, depois de refletir por um tempo, acreditando na possibilidade de

amar o amigo da família. E esse amor claramente passa pelo fato de José Osório poder ser um tutor para ela, primeiramente visto como pai, depois como irmão, e somente então como esposo. Essa aproximação de esposo e pai deixa claro como o casamento mantinha a mulher na mesma posição que ocupava enquanto filha, devendo respeito ao marido, assim como devia ao pai. Lúcia pensa em como José Osório poderia tornar sua vida doce, ou seja, de certa forma livre dos sofrimentos que ela teria que enfrentar ao ser julgada por ser uma mulher solteira.

É inegável que Camilo mostra-se um observador perspicaz da realidade injusta na qual as mulheres estão inseridas, que consegue perceber, tomando como exemplo o caso de Lúcia, a vivência feminina no século XIX e suas nuances. Ele representa situações em que as personagens femininas devem tentar encontrar um equilíbrio entre seus desejos e as obrigações sociais. Tal equilíbrio não é o ideal para uma sociedade justa em que todos possam viver de acordo com seus pressupostos, mas é o limite de ação das mulheres e mostrar tal limite é uma das grandes realizações de sua obra porque mostra formas de existência feminina em época de opressão.

Há outra forma de tentativa das mulheres em se conformar com a ordem social vigente, porém sem aceitá-la completamente. Trata-se de uma espécie de fuga da sociedade, de um ambiente de exceção: a clausura.

## 4.2 O enclausuramento

Leila Mezan Algranti, em sua tese intitulada *Honradas e devotas: Mulheres da colônia* afirma que “o enclausuramento de mulheres leigas foi sempre praticado em nome de princípios morais, da preservação dos bons costumes e da castidade feminina” (1992, p. 51). A ida para o convento significava, portanto, resguardar a mulher da opinião pública. A permanência em um local considerado sagrado, em que o respeito “aos bons costumes e à castidade” seria garantido, trazia um pouco da honra perdida de volta para a mulher. Não totalmente, é claro, pois ela ainda precisava ficar encarcerada, separada das mulheres corretas para que não as

influenciasse. A pesquisadora aproxima o convento do casamento quando diz que “reabilitar a honra das mulheres mediante o casamento ou a entrada num convento garantia cidadãs honestas da mesma forma que a disciplina do trabalho evitava a ociosidade periculosa dos homens vadios” (1992, p. 52). O enclausuramento mostra-se então uma forma de controle social, uma saída para manter-se a ordem instituída. Algranti observa que o claustro não se destinava apenas às mulheres pobres mas também às ricas que não tinham a proteção masculina tão exigida como garantia de honra. Segundo ela “a necessidade de se prover as mulheres de elite que não dispunham de uma proteção masculina, com um mínimo de conforto e segurança à altura de seu status, acaba por levá-las às instituições de reclusão” (1992, p. 52). o enclausuramento pode então ser uma forma de se manter o status da mulher rica, já que estava fora de questão que a mulher dispusesse de seus bens como bem entendesse e que levasse uma vida independente. Sua honra estaria perdida de qualquer forma.

Nos dois romances que estudamos há mulheres enclausuradas. Angélica Florinda vai para o convento duas vezes, quando foge de casa para evitar o casamento com o tio, e depois da morte de Tomás. São duas situações bastante diferentes, já que no primeiro momento ela busca o convento como um refúgio, justamente para guardar sua honra. Claro está que a questão econômica também interfere no recolhimento da personagem. Ela não tem meios de sobreviver de forma digna e o claustro representa uma oportunidade de trabalho como criada de outra religiosa. Já em sua segunda internação, ela busca purgar seus pecados na tentativa de livrar Tomás dos sofrimentos do purgatório. É a culpa que a leva até lá e sua relação com Frei Silvestre alimenta esse sentimento transformando-a em uma religiosa exageradamente preocupada com auto-punições.

Já em *A Doida do Candal*, além da tentativa de Simão Peixoto de internar no convento sua irmã, D. Lúcia, por razões financeiras (ele deseja obter a totalidade da herança deixada por seus pais), há o enclausuramento de Margarida devido ao fato de que seu “pai a compelia a professar para crescer a herança de uns filhos de segundo matrimônio” (CASTELO BRANCO, 1960, p.1122). O caso de Margarida é idêntico ao de Lúcia, porém, a primeira se vê completamente sozinha, já que é o seu único protetor, o pai, que a obriga a professar. O convento é representado por

Camilo nesse episódio como um lugar que permite que a opressão se realize e se perpetue. É por conta da solidão de Margarida que Simão consegue conquistá-la e iludi-la. Sabemos seu destino: ela tem uma filha com Simão, vive por muito tempo na pobreza e ao final da narrativa recebe o auxílio de Lúcia.

Em nenhum dos romances o convento é representado como um local bom para se viver, independentemente do motivo que leve a mulher a internar-se ou ser internada. Porém há uma dimensão do convento para a qual gostaríamos de chamar a atenção. Usualmente, na tentativa de tornar o claustro um local sem crédito algum, Camilo ridiculariza o comportamento de padres e freiras. Há nisso o anticlericalismo de que o autor se serve para separar formas de religiosidade que ele aprova das que não aprova. Todavia é possível pensar que com essa prática, o romancista acabe por mostrar o convento como um lugar de maior liberdade para as mulheres. Há um exemplo de ridicularização das freiras n'*A Bruxa* em que o narrador, ao comentar o embate entre Frei Jacinto e Frei Silvestre afirma que, depois do vexame que o segundo passa “as freiras mais novas riam sob capa e davam palmadas nas ancas respectivas umas das outras” (1924, p. 155) e que algumas outras “choraram copiosamente. Os soluços de algumas eram arrotos do bolo alimentício mal esmoído por efeito das aflições do coração e outros intestinos” (1924, p. 156). É inegável que mesmo que a intenção de Camilo seja tornar essas freiras dignas de riso e assim rebaixá-las na conta do leitor, ele acaba por demonstrar que a vida no convento permitia às mulheres um comportamento mais frouxo do que elas eram obrigadas a ter fora dele. A vida em sociedade poderia ser pesada demais se a mulher não seguisse as regras para seu gênero (vide o desequilíbrio emocional de Angélica e a loucura completa de Maria de Nazaré). Já no convento, como a honra das internas estava salvaguardada pela aura religiosa do ambiente, elas podiam apresentar comportamentos mais licenciosos.

N'*a Doida do Candal*, há um momento em que Margarida vai pedir auxílio a outra religiosa na questão de seu relacionamento com Simão Peixoto. A freira mais experiente a alerta:

O teu alferes é um estróina dos mais desenvoltos. Todas as mulheres morrem por ele, e todas lhe fazem más ausências, porque não se deixa governar por nenhuma. É militar porque o pai o não quer no Porto. É morgado muito rico e dos mais fidalgos que por aí passeiam. Mas olha,

Mimi, escolhe outro, que o Peixoto não serve para amar à moda conventual. O que ele procura em ti é o que tu não podes ser, filha. (CASTELO BRANCO, 1960, p. 1123).

A religiosa sabe muito sobre a personalidade de Simão e, se levarmos em conta que o enclausuramento, em tese, deixaria as internas em completo isolamento do mundo, é impossível não pensar em como ela obteve tais informações. Fica insinuada uma possível forma de contato com o exterior. Essa forma de contato pode ajudar a explicar o que a freira chama de “amar à moda conventual”. Inicialmente imaginamos que no convento nenhuma forma de amor carnal seja possível, porém há sim regras conventuais para relacionamentos. Margarida, mesmo enclausurada, poderia viver um romance dentro de tais regras, que muito provavelmente versam sobre a manutenção de uma mínima aparência para garantir que a honra fosse preservada. Mas ela não dá ouvidos à freira mais velha e engravida, o que torna óbvia a sua transgressão e impede que sua honra seja recuperada.

Nos dois romances é possível observar que o convento, mesmo tornado símbolo da opressão feminina, pode também ser um local em que as mulheres convivem com suas iguais, em que podem dividir angústias e adotar comportamentos menos rigorosos aproveitando-se de uma boa dose de liberdade, ainda que restrita aos muros do claustro.

### **4.3 O narrador**

Nos dois romances que nos dispusemos a estudar, o discurso do narrador sobre as mulheres e as opressões por que passam e ainda sobre o enlouquecimento, é bastante relevante. As opiniões do narrador, em ambas as obras, são fundamentais para que o leitor construa suas ideias sobre o que lê. N'a *Bruxa de Monte Córdova* podemos afirmar que o narrador constrói seu discurso de forma mais aparente e comporta-se de forma mais irreverente.

Há um capítulo em que ele deixa claro qual é seu pensamento sobre a religiosidade sem controle. Afirma ele que:

Se tentássemos esclarecer-lhe (ao leitor) o ser moral de Angélica, explicar-lhe uma vulgar demência que mais de uma vez topamos e não vingamos entender, malograria-se empresa, que não teve ainda melhor saída dos laboratórios das ciências físiopatológicas. Faz-se mister cavar fundo na vasta livreria da teologia mística para entender, se quer muito à flor da terra, como os ascéticos percebem e definem as vertigens que desconcertaram o entendimento de Angélica Florinda. (CASTELO BRANCO, 1924, p.188-189).

Podemos perceber nas palavras do narrador que de saída ele se desculpa por não entender o que acontece com Angélica. Afirma ainda que a ciência também não se encontra em situação melhor que a dele, já que não compreende muito bem o funcionamento fisiológico da demência. O narrador inclusive recusa-se a aceitar que o que a personagem tem é apenas demência. Ele faz questão de dar complexidade ao caso dela discorrendo sobre os danos que o ascetismo pode causar. Ao discutir todos os procedimentos complicados que levam o crente à purificação da alma ele afirma que:

Cabeça que resistisse a isto, também eu não queria aparar-lhe a marrada! Não há entendimento, que saia destes laxantes de fogo, digno de entender Deus, segundo a simplicidade com que Ele quis que nós o entendêssemos e rogássemos: Pai nosso, que estais no céu, santificado seja teu nome, venha a nós o teu reino, etc. (CASTELO BRANCO, 1924, p. 190).

O narrador deixa claro qual é sua visão sobre a religião e também sobre o que causou a loucura de Angélica. Seu discurso é relevante porque interfere na visão que o leitor tem do processo que deixa a personagem em um estado lamentável. Ao ter acesso diretamente ao que pensa o narrador, o leitor pode concordar ou discordar dele, pode escolher a interpretação que ele dá dos fatos ou contrapor ao seu discurso o que vinha pensando sobre a trajetória de Angélica até aquele momento. Um bom exemplo disso é o momento, nesse mesmo capítulo, em que o narrador tenta inflar a antipatia do leitor pela personagem ao afirmar que “vale a pena ser vista uma dessas enfermas, mais digna de ódio que dó: aquela mulher que purgou com as passadas culpas as entranhas de mãe: Angélica Florinda” (1924, p. 191).

Há uma tentativa do narrador em culpar Angélica pelo seu “beatério”, principalmente porque ela esquece do filho e de seus deveres maternos – importante dizer que Camilo apresenta tais deveres como pertencentes ao coração,

como algo intrínseco à personagem, e não como um dever apenas social – o que é algo imperdoável. O narrador encontra-se em uma posição ambígua, porque percebe e aponta a culpa de Frei Silvestre no exagero de Angélica com suas penitências e seu ascetismo, mas também confere a ela uma parte da responsabilidade por sua demência. Tal postura por parte do narrador é interessante porque, mesmo que na maior parte do tempo ele se dedique a demonstrar como Angélica é vítima de um sistema religioso que pode resultar em um misticismo desvairado, ele também aponta para as escolhas que ela faz. Com o apoio de frei Jacinto ela não precisaria internar-se no convento pela segunda vez, e, caso ouvisse o religioso, poderia pensar suas culpas (caso elas de fato existissem) de forma diferente. Tal postura por parte do narrador evita, na representação de Angélica, o maniqueísmo que podemos encontrar na representação de Frei Silvestre e de Frei Jacinto, por exemplo.

N'a *Doida do Candal* a concepção do narrador sobre os fatos é construída de forma mais orgânica, já que não há interpelações tão diretas como há n'a *Bruxa de Monte Córdova*. Neste, as opiniões do narrador são mais claras e apresentadas em tom mais explicativo que naquele. Os títulos dos capítulos d'a *Doida* representam uma forma de o narrador expressar seus pensamentos. O título do décimo capítulo, *Como a sociedade abre as sepulturas*, deixa claro de saída que o narrador acredita na responsabilidade direta da sociedade nas mortes de Marcos e Simão em um duelo. Sem a forte presença da opinião pública, os dois não se sentiriam obrigados por uma questão de honra a participar do embate.

O funestíssimo juízo da opinião pública estava aquecendo o embrião de grandes calamidades. É ela quem afogueia a cólera, e afia os gumes do ferro e dá a morte, ou remorsos ao matador. A ferida que ela rasga no peito do homem, chamando-lhe covarde, é mais sensível que a dor da bala penetrante. O injuriado e atormentado pelos remoques da opinião social doise mais de que o alcunhem de covarde que de homicida. E ainda o homem de bem, de lúcida razão e piedosas crenças, tendo de escolher entre o perdão das injúrias, que vem do céu, e o remorso do matador, que a sociedade lhe insinua, inclina o ouvido e alma à voz do mundo, e toda a filosofia e piedade não bastam para rebater o epíteto de covarde com que lhe malsinam a honra. (CASTELO BRANCO, 1924, p. 1080).

O discurso do narrador serve para garantir que o leitor não culpe apenas Marcos e Simão pelo duelo que os dois sabem que será mortal. O narrador tenta

mostrar como a verdadeira culpada, para além dos erros que possam ter cometido os dois personagens, é a opinião pública. A crítica feroz que Camilo empreende à maledicência, aos julgamentos irresponsáveis é visível ao longo de toda a narrativa, mas fica mais clara e óbvia nesses trechos em que ele expõe sua opinião declaradamente contrária ao julgamento social.

Porém, para introduzir a história de Margarida e sua pobreza depois de ser abandonada por Simão, o narrador faz uma ressalva afirmando que a trajetória dos maus não pode ser esquecida. Ele mesmo chama Simão de “delinquente”.

Temos de remexer na sepultura de Simão Salazar Peixoto. A história dos maus não pode calar-se, quando a pedra os separa do mundo em que deixaram rasto e alheias lágrimas a memorarem largo tempo a passagem de um delinquente. Assim como a vida abençoada dos justos que morreram é recontada para exemplo e glória, justo é que os caminheiros deste desterro, alguma hora, se assentem à beira das cinzas do réprobo da humanidade, e, sem condenar os que já passaram ao juiz misericordioso, relembrem os malefícios que lhe denigrem a memória e sobrevivem ao malfeitor deles. (CASTELO BRANCO, 1924, p. 1121).

O narrador coloca-se a tarefa de não permitir que as péssimas atitudes de Simão não sejam deixadas para trás. Ou seja, há os bons e os maus, não podemos nos esquecer do que cada um fez, porém devemos fazer esse julgamento de forma justa, sem exageros que possam levar os indivíduos a se exaltarem ao ponto de duelarem entre si, exemplo de Marcos e Simão.

Da mesma forma como a posição do narrador em *A Bruxa de Monte Córdova* é a de mostrar a verdadeira culpa de Angélica – esquecer-se do filho para purificar sua alma e a de Tomás – em *A Doida do Candal* o narrador critica duramente a opinião pública, mas ainda assim demonstra seu valor e importância no não-esquecimento dos “delinquentes e réprobos” e dos “justos”.

Nos parece que os narradores das duas obras diferem na forma como constroem seus discursos a respeito do que pensam principalmente sobre a causa dos infortúnios das personagens. Mas os dois deixam claro que, em último caso, mesmo que alguns dos comportamentos deles sejam reprováveis (como é o caso de Angélica com a maternidade e de Simão com sua ganância em relação à irmã) é a configuração social, suas exigências, e a opinião pública que se vale desses fatores para julgar sem piedade aqueles que não obedecem, os verdadeiros culpados pelas

tragédias ocorridas. No caso de *A Bruxa de Monte Córdova* podemos afirmar que as regras sociais, além de oprimirem Angélica no momento em que ela foge de casa para evitar o casamento que não deseja fazer, ainda há a Igreja e os dogmas católicos que de certa forma são uma incorporação e uma forma de execução das exigências sociais.

#### 4.4 A loucura na economia narrativa das obras

Algo que merece atenção em nosso estudo é o fato de tanto Angélica quanto Maria de Nazaré apresentam momentos de lucidez extrema em meio a loucura. No caso de Angélica, selecionamos a visita que ela faz ao irmão depois que se torna “a Penitente”. É de se imaginar que depois de tanto desgaste físico e psicológico, e qu depois de todas as penitências e do recrudescimento da fé da personagem, ela não consiga mais lembrar sua vida, manter a racionalidade. O narrador inclusive atenta para o fato de que ela passava pelos locais que marcaram sua juventude e não se lembrava deles, mais parecendo já estar morta. Porém ela, com frio extremo, aceita o auxílio de alguns moradores da casa por onde passava.

Angélica Florinda encarou em todas (as pessoas presentes) e desconfiou que uma das mais velhas devia ser seu irmão. A mulher idosa, que devia ser cunhada, não a conheceu. Fazia neste ano vinte e seis que ela tinha fugido d'aquela casa. Parecia-lhe, circunvagando os olhos pelas alfaias da cozinha, que tudo estava como ela o deixara. O que ela não via era os dois velhos, seus pais que se reviam na formosura dela. O mais, tudo. O mesmo escano. A mesma trempe de pedra. O irmão mostrava um resto das feições da mocidade. Estava gordo, alegre e feliz com os seus muitos filhos. (CASTELO BRANCO, 1924, p.202).

O episódio é interessante por vários motivos. Funciona como uma espécie de retorno ao início da narrativa e serve de comparativo da situação de Angélica quanto jovem e agora, vinte e seis anos depois. Impossível não perceber sua decadência física e psicológica. Ela reconhece a família, mas a família não a reconhece, sinal de como ela mudara. A família negara a ela a sua parte na herança por conta de sua fuga para o convento, logo a sua presença ali sem nenhum sinal de raiva é notável. Ela, depois da saída do convento, como já dissemos no capítulo dedicado à análise d'a *Bruxa*, vive a religião de forma mais prática, ajudando os que necessitam,

ganhando por esse motivo o título de “bruxa”. Sua presença na casa do irmão termina com uma tentativa de ajudar a sobrinha, que se encontra em situação semelhante à dela, vinte e seis anos atrás. Mesmo que sua tentativa de convencer o irmão a deixar a menina casar com quem deseja fracasse, o episódio serve para mostrar como os preconceitos de classe, como o interesse apenas no dinheiro podem ainda, vinte e seis anos depois, arruinar a vida de uma mulher que deve obediência ao pai.

Tal episódio não seria possível se Angélica estivesse completamente louca. Podemos afirmar que as oscilações da loucura da personagem são na realidade uma saída romanesca que Camilo utiliza para poder colocá-la em cenas nas quais é necessário que ela apresente algum controle de seus pensamentos e sentimentos. A riqueza dos detalhes da cozinha de sua casa e a forma como Angélica consegue lembrar-se deles impressiona para uma louca. Porém a cena tem certa força no que tange ao retorno dela à casa, à volta de suas memórias. Tais memórias interferem na forma como ela vê e compreende a sobrinha, e em como nós leitores fazemos o mesmo.

A lucidez de Angélica também é notável quando ela reconhece o filho. Ao ouvir um diálogo que envolve o nome de Tomás, ela percebe que se encontra diante de Jacinto, seu filho. O reconhecimento também acontece porque ela vê uma espécie de tatuagem/marca que o marido da senhora Maria, ama de leite de Jacinto quando criança, havia feito no braço do rapaz:

Angélica chegou-se a ele, travou-lhe do braço direito, regaçou-lhe vertiginosamente a manga do fraque, depois a da camisa até acima do cotovelo, examinou as duas iniciais do nome do pai, e exclamou:  
–É...! É ele, é meu filho! Este é, meu Deus! (CASTELO BRANCO, 1924, p. 230).

As lembranças claras de Angélica nos mostram que em momentos decisivos ela recupera sua razão. Do contrário o reconhecimento seria impossível, e caso essa cena não fosse representada, isso significaria uma perda, já que a expectativa do leitor aponta para o reencontro de mãe e filho. A narrativa ganha em verossimilhança com o reencontro e reconhecimento, porém, podemos afirmar que as indefinições pelas quais passa Angélica em relação ao seu estado psicológico,

podem contribuir para uma falta de organicidade na representação da doença mental da personagem.

Já em *A Doida do Candal*, a loucura de Maria de Nazaré é representada de forma mais verossímil. Ela, a partir da morte de Marcos, torna-se cada vez mais adoentada, e mesmo os tratamentos médicos que são dedicados a ela só fazem com que ela piore. O episódio com o retrato de Marcos, em que tentam reavivar suas memórias é extremamente mal sucedido. Ao contrário de Angélica, que reconhece as feições de seu irmão mesmo vinte e seis anos sem o ver e mesmo depois de todos os problemas psicológicos que teve, Maria não reconhece seu amado, nem o filho pequeno. Ela vive como se estivesse ainda no dia em que Marcos fora morto, e não foi capaz de registrar nada mais depois disso, o que nos sugere que sua capacidade mental foi gravemente afetada.

Porém, no momento de sua morte, Maria recupera a sanidade e lembra-se do momento em que fugiu de casa, na comemoração do aniversário de sua mãe.

Vou morrer em graça; aqui não posso acabar sem pedir perdão a minha mãe. Ela, em eu lá chegando, abraça-me e perdoa-me. Aqui não vem... porque é virtuosa e diz que me não criou para isto. Meu pai morreu de paixão. - E, dizendo, sentou-se quebrantada do esforço feito em apertar o vestido, e prosseguiu: - Meu pai morreu de paixão. Fui eu que o matei com desgostos. Era muito meu amigo, trabalhava sempre para me deixar bom dote, queria casar-me com um primo que estava no Pará. Fugi no dia de anos de minha mãe, à noite, quando meu pai ficou à mesa a ceiar com os nossos parentes. (CASTELO BRANCO, 1960, p.1145).

O episódio é fundamental porque até então não tínhamos nenhuma informação sobre os motivos que levaram Maria a fugir. Não sabíamos que havia um casamento arranjado para ela por motivos econômicos e nem sabíamos de como a fuga e o abandono da família a afetavam negativamente. Não há ninguém mais capaz, nenhum outro personagem, que possa esclarecer-nos sobre esse tema, e na voz de Maria, seus arrependimentos e culpas ganham força. É necessário aqui também que ela esteja lúcida e de posse de suas memórias para que a cena se desenrole. O episódio tem como função corroborar a visão do narrador, já que a mãe de Maria, que cuidou dela depois da morte de Marcos, pensava como ele:

Era santa (a mãe) e desculpava as mulheres perdidas... Quantas vezes ela me disse: "Filha, Deus é que vê as pecadoras. Quem sabe se elas se perderam obrigadas pela necessidade e enganadas por promessas de

melhor vida!... - Que trabalhem, que vão servir, - diz toda a gente... - A vontade de trabalhar para conservar a virtude é maior virtude que todas as mais. As pobres pensam em remediar-se; acham quem as engane com esperanças; depois não há quem as queira; até os amos as atiram à rua". (CASTELO BRANCO, 1960, p.1146).

As palavras de Rosa, mãe de Maria são bastante relevantes para a narrativa, e somente a louca pode lembrar-se delas. Há a possibilidade de o narrador contar-nos o que houve entre mãe e filha, mas o fato de ele representar Maria e seu discurso é mais interessante porque significa uma espécie de exame de consciência e uma forma de finalizar o martírio da personagem no momento em que ela lembra-se do perdão que a mãe tinha concedido a ela ainda em vida.

Em *A Doida do Candal* a oscilação entre loucura e lucidez não é tão irregular como em *A Bruxa de Monte Córdova*. No caso deste, Angélica intercala muito mais vezes momentos de delírio com momentos de auto-consciência, o que torna a tarefa de descrever seu estado emocional muito mais difícil. Já Maria de Nazaré retoma a consciência no momento final de sua vida, no qual ela aparece envolta em uma aura de espiritualidade, já que a cena é a de sua morte. Talvez a retomada da consciência e de lembranças fundamentais de sua vida exatamente neste momento seja mais orgânica do que os momentos de lucidez de Angélica. No momento da morte, fenômeno que tem algumas dimensões desconhecidas de todos nós, faz sentido que acontecimentos inexplicáveis ocorram. A morte de Angélica também é um momento mais propício para essa oscilação psicológica do que os outros episódios em que retoma a razão, principalmente na casa de sua família. O narrador, no momento da morte de Angélica, afirma que "com alguns intervalos de letargia e aparências de final trespasse decorreram trinta minutos até a chegada da extrema unção" (1924, p. 234). O fato de ela já ser conhecida como bruxa e a ela serem imputados alguns poderes sobrenaturais, pode ser um fator que torna mais verossímil sua retomada parcial da razão.

O que mais nos chama a atenção é que Camilo faz suas personagens oscilarem entre loucura e razão de acordo com suas necessidades ficcionais. Para que sua narrativa mantenha a verossimilhança, ele algumas vezes, especialmente em *A Bruxa de Monte Córdova*, sacrifica um possível desenvolvimento mais orgânico da enfermidade de Angélica. Já em *A Doida do Candal*, mesmo que esse procedimento se faça necessário para que o momento da morte de Maria ganhe

força dramática, a manobra de devolver razão e memória à louca é feita de forma mais bem acabada.

Camilo usa a loucura para criticar padrões sociais que vão contra a natureza e os desejos humanos. A não-adaptação do indivíduo, principalmente as mulheres, aos papéis que deve representar, principalmente das mulheres, causa desequilíbrios emocionais e psicológicos graves que podem destruir a vida da personagem e conduzi-la incondicionalmente à morte. Além disso, Camilo devolve a lucidez às suas personagens quando deseja representar cenas em que a memória e a auto-consciência sejam necessárias. Poderíamos observar apenas os impactos que essa manobra tem na verossimilhança, mas acreditamos que ao intercalar momentos de sanidade aos de loucura, Camilo também mostra o quão triste a desumanização causada pelas injustiças sociais pode ser. Ao aproximar “Angélica louca” e “Angélica sã” e “Maria louca” e “Maria sã”, os danos causados pelo enlouquecimento e, conseqüentemente, os danos causados pela sociedade hipócrita, ficam mais óbvios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo investigar como Camilo Castelo Branco representou, em duas obras em especial, *A Bruxa de Monte Córdova* e *A Doida do Candal*, o enlouquecimento/transtorno feminino e seu desenvolvimento tendo em vista a relação conturbada que as personagens mantinham com a sociedade e seus padrões de comportamento. Esperamos ter, de alguma forma, apresentado uma interpretação possível para algumas situações-chave que, nos dois romances, configuram a opressão feminina no século XIX e a forma como o autor estabelecia seus significados.

Em *A Bruxa de Monte Córdova*, Angélica Florinda, de moça saudável que ia às festas de igreja e “amealhava” pecados para depois se confessar sem muito se preocupar com eles, transforma-se aos poucos em uma mulher psicologicamente perturbada, alternando momentos de loucura – o narrador chama de demência – e de sensatez. Sua decadência física e envelhecimento precoce são provas de que o sofrimento dela era imenso, a ponto de levá-la a destruição enquanto pessoa, desumanizando-a. A parcela de responsabilidade que o autor atribui à religião exacerbada da personagem é óbvia em suas críticas ao beatério. Ao mesmo tempo que faz questão de mostrar a culpa que ela tem enquanto mãe irresponsável, deixa claro que o maior culpado por seu ascetismo é Frei Silvestre. O fato de ele ser um criminoso, vendedor de relíquias falsas, termina por deixá-lo – e junto com ele todo o seu discurso religioso – em descrédito com o leitor.

A maternidade parece ser um valor muito importante para o autor pois o único momento em que ele chama a atenção para a culpa de Angélica, é para uma culpa que ela não acreditava ter: o abandono do filho. Mas a atitude dela é colocada em perspectiva quando pensada a partir das opressões que sofreu ao longo de sua trajetória. Quando jovem, Angélica escolheu fugir de casa porque seria obrigada a casar com um tio que voltava enriquecido do Brasil. Internou-se em um convento porque não tinha nenhuma outra escolha para sobreviver de maneira honrada. Podemos perceber que a margem de escolha da personagem é muito pequena. O narrador intitula o capítulo em que ocorre o reencontro dela com Tomás de “Reflorece o amor”. Ou seja, o amor que havia entre eles pode ser compreendido

como um sentimento superficial, que não se manteve forte, porque para renascer necessariamente deveria ter arrefecido durante a separação. Então podemos imaginar que ela uniu-se a Tomás tendo em vista uma vida melhor do que a que levava no convento enquanto criada. Havia amor? Não podemos afirmar com certeza. O sofrimento por que ela passa depois da morte de Tomás se dá porque se vê sozinha, culpada por supostamente tê-lo desviado de sua vocação. É para salvar a alma dele que ela se pune com penitências e silícios.

A culpa, atestada por um religioso interessado em controlar as internas do convento, consome Angélica. Seu fim como “Penitente” aproxima-se de uma redenção. O narrador torna-se mais simpático à sua causa porque ela oferece auxílio a outras pessoas, como uma espécie de curandeira, denominada pelos moradores locais de “bruxa”. O reencontro com seu filho e o perdão que recebe dele a permite sair do sofrimento terreno e dar um fim às injustiças pelas quais passou.

Já em *A Doida do Candal*, Maria de Nazaré também é uma mulher saudável no início do romance e, assim como Angélica, foge de casa pelo mesmo motivo: tentar evitar um casamento indesejado, também com um brasileiro enriquecido. Sabemos, apenas no momento de sua morte, que ela carregava imensa culpa por ter abandonado seus pais. Ela diz que seu pai era seu amigo e que naquele dia comemoravam o aniversário de sua mãe.

Os comentários maldosos que ela enfrenta na época que vive com Marcos, um homem de uma classe social superior a sua, tem grande peso no desamparo em que ela se encontra depois da morte do esposo. Sozinha, sem a tutela dele, sofreria com a pobreza. Isso não acontece por conta da bondade de Lúcia, que ajuda a ela e a Álvaro, filho do casal. Maria perde o companheiro mas não exatamente o amor que tinha por ele que a faz sofrer, mas sim a solidão a que estava condenada por ter fugido da casa paterna e por não contar com a aprovação social de seu casamento. É Lúcia que, como já dissemos, a ampara e também convence o tio, Cristóvão, avô de Álvaro, que compete a eles serem a nova família de Maria. Lúcia não partilha da opinião pública, não somente no que diz respeito a união não-sacramentada de Marcos, mas também no que concerne à sua obrigação de se casar. Ao questionar os motivos pelos quais não poderia permanecer solteira, a resposta do tio deixa claro o peso do julgamento social para eles, fidalgos.

“A sociedade abre sepulturas” afirma o narrador. E as sepulturas são tanto para os ricos, como Marcos e Simão Peixoto, como para os pobres, como Maria. Mesmo com o auxílio financeiro de sua nova família para que ela recebesse tratamento médico na tentativa de salvá-la da loucura, o processo de enlouquecimento criou raízes na época em que ela sofria pelo fato de pertencer a uma classe social inferior à de Marcos. Para além disso, ela não podia voltar para casa e pedir ajuda aos pais que tinha abandonado em um momento de desespero. Sua mãe a auxilia quando ela já apresenta sinais de loucura, depois da morte do pai da personagem, fato que demonstra o provável ressentimento que ele mantinha com relação à fuga da filha.

A crítica de Camilo ao casamento por interesse e também ao completo domínio dos pais sobre os filhos é visível nos dois romances. O autor não discorre muito sobre o tema, mas fica claro seu repúdio. Os pais, tanto de Angélica quanto de Maria, pretendiam casá-las contra a sua vontade. E com homens ricos. Ao não respeitar a vontade das filhas, acabaram por obrigá-las à fuga, e depois a um leque de escolhas reduzidas. Talvez os relacionamentos amorosos em que elas entraram sejam apenas uma forma de fuga, uma tentativa de reaver a honra perdida perante a uma sociedade que não as poupava de críticas e de segregação de forma alguma.

Decidimos chamar de loucura fenômenos por vezes diferentes entre si, porém frutos de opressões parecidas. Além disso, nossa escolha em usar o termo tem origem na concepção de que o que ocorre com Angélica e Maria de Nazaré faz com que elas percam a razão, e por vezes a memória. A fuga de uma realidade pouco amistosa com a situação delas pode explicar o que acontece. Como afirmamos no primeiro capítulo de nossa dissertação, a demência/loucura pode ser compreendida como uma forma de expor o sofrimento, não exatamente uma doença com dimensões fisiológicas. A loucura seria uma **resposta** às pressões, críticas e também à falta de escolhas dessas mulheres. É o que acreditamos que acontece com Angélica e Maria de Nazaré, de formas diferentes, é claro. Mas de uma forma geral, as duas sofrem com opressões, solidão, culpa e escolhas reduzidas por conta de seu gênero e de sua classe social.

Importante ressaltar o interesse de Camilo pelas vidas femininas e pelas dificuldades pelas quais as mulheres, principalmente as das classes inferiores,

passavam. Seu olhar, enquanto autor, volta-se majoritariamente para o interior das personagens, descrevendo seus estados emocionais e psicológicos. Mas a dimensão social é contemplada quando observamos os motivos, às vezes apenas rapidamente referidos, que levaram essas mulheres a tamanho sofrimento. Sendo Camilo um autor bastante lido, tanto em sua época como depois, é fundamental o papel que sua obra tinha junto às leitoras. Ao representar as opressões, comuns no século XIX, o escritor instrua-as sobre sua realidade, possibilitando a reflexão por parte delas a respeito de suas vidas.

É inegável o poder da literatura e da leitura como agente de catarse e auto-reflexão e, ao escolher falar sobre as agruras enfrentadas pelas mulheres, Camilo coloca-se como um grande observador da sociedade de seu tempo e também de agente modificador dessa realidade. Isso afirmamos para além dos desejos concretos e comprovados que ele poderia ter. Camilo – assumimos aqui a proximidade da pessoa do autor com a entidade que escreve o prefácio à segunda edição de *A Doída do Candal* – afirma que *A Bruxa de Monte Córdova* não tinha sido um sucesso de vendas por conta da filosofia em demasia que, segundo o editor, tinha estragado o romance. Ao final do prefácio, Camilo faz questão de dizer que é necessário manter na novela “a inutilidade que faz preciosa” (1960, p. 1046). Para ele, é visível que a literatura pode ter tantas funções e dimensões que forem. Sua inutilidade existe, enquanto apenas fonte de entretenimento, mas a filosofia está presente, mesmo depois da advertência do editor.

Ou seja, podemos sustentar que a insistência do autor em tratar do mesmo tema, de investigar o sofrimento feminino e de atribuí-lo aos padrões sociais injustos e opressores, é um sinal de que havia um desejo de registro da vivência das mulheres de sua época, e também, estando ele consciente de sua influência junto às leitoras, de que estava disposto a colaborar com alguma forma de mudança de sua realidade.

A relevância de Camilo Castelo Branco enquanto observador do estado da sociedade em que vivia é muito grande e podemos afirmar que o trabalho que realiza em ambos os romances que nos dedicamos a estudar confirma tal importância. É desse poder de observação, representação e crítica que Camilo apresenta que se constroem os movimentos em prol dos direitos das mulheres. Não

afirmamos que o autor era um feminista, um ativista atuante, mas sim que estava disposto a dedicar suas reflexões à causa. Seu trabalho, além da força literária que apresenta é também uma espécie de registro da época. A dimensão social do autor, sua relação com a realidade, apreendendo-a e dando sentido a ela e também modificando-a, não pode ser esquecida.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, L M. *Honradas e devotas: mulheres da colônia. (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste 1750-1822)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo: 1992.

CASTELO BRANCO, C. *A Bruxa de Monte Córdova*. 7ª edição. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, LDA, 1924.

\_\_\_\_\_. *A Doida do Candal*. In: Obra seleta. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960.

FRAISSE, G. *Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos*. In: História das Mulheres no ocidente. Vol 4. DUBY, G. & PERROT, M. (Org.) Porto: Edições Afrontamento. São Paulo: Ebrabil, 1991. Tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho.

HOBSBAWM, E. *O mundo burguês*. In: A era do Capital 1848-1875. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Tradução de Luciano Costa Neto.

LENTINA, A M. *Destinos no feminino na obra de Camilo Castelo Branco*. In: *Representações do feminino em Camilo Castelo Branco*. SOUSA, S G de. (Org.). Vila Nova de Famalicão: Casa de Camilo - Centro de Estudos, 2014.

MARTIN-FUGIER, A. *Os ritos da vida burguesa*. In: História da vida privada. Vol 4. PERROT, M. (Org.) São Paulo: Cia das letras, 6ª reimpressão, 1997. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily.

PAIS SIMON, M C. *A mulher na novela camiliana*. In: *Representações do feminino em Camilo Castelo Branco*. SOUSA, S G de. (Org.). Vila Nova de Famalicão: Casa de Camilo - Centro de Estudos, 2014.

PERROT, M & FRAISSE, M. *A mulher civil, pública e privada*. História filosófica da diferença entre os sexos. In: História das Mulheres no ocidente. Vol 4. DUBY, G. & PERROT, M. (Org.) Porto: Edições Afrontamento. São Paulo: Ebrabil, 1991. Tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho.

PERROT, M. *Dramas e conflitos familiares*. In: História da vida privada. Vol 4. PERROT, M. (Org.) São Paulo: Cia das letras, 6ª reimpressão, 1997. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily.

\_\_\_\_\_. *Figuras e papéis*. In: História da vida privada. Vol 4. PERROT, M. (Org.) São Paulo: Cia das letras, 6ª reimpressão, 1997. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily.

\_\_\_\_\_. *Funções da família*. In: História da vida privada. Vol 4. PERROT, M. (Org.) São Paulo: Cia das letras, 6ª reimpressão, 1997. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily.

PRADO COELHO, J. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 2ª edição. Vila da Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Porto, 1981.

VAQUINHAS, I. *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*. 2ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

WALKOWITZ, J. *Sexualidades perigosas*. História filosófica da diferença entre os sexos. In: História das Mulheres no ocidente. Vol 4. DUBY, G. & PERROT, M. (Org.) Porto: Edições Afrontamento. São Paulo: Ebrabil, 1991. Tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho.